

# NOVOS RUMOS

Edição para São Paulo

ANO II

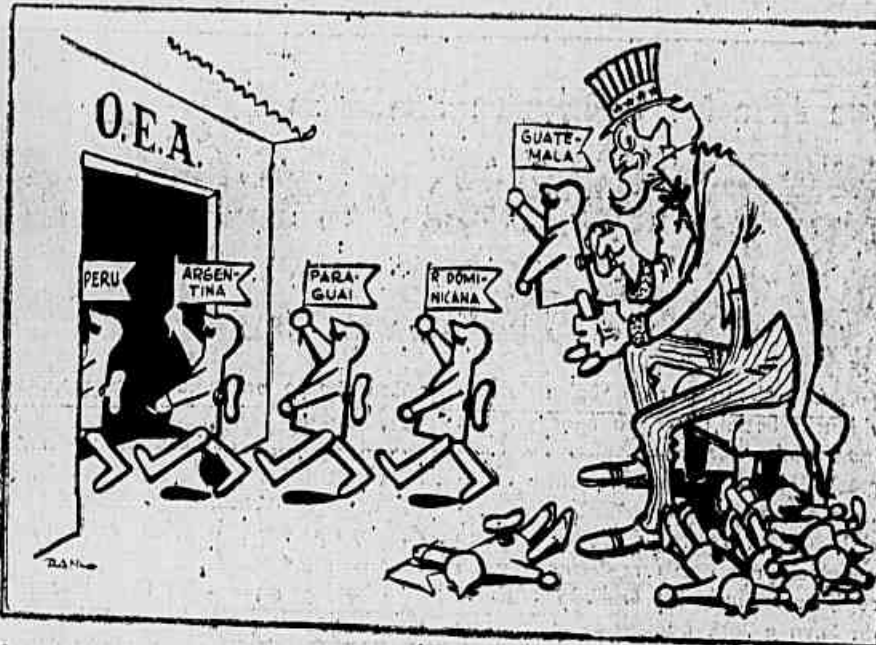
Rio de Janeiro, semana de 22 a 28 de julho de 1960

Nº 73

Redator-Chefe — Orlando Bomfim Jr.

Diretor — Mário Alves

Gerente — Guttemberg Cavalcant



ORDEM DO DIA: Reconduzir Cuba ao «bom caminho»

## Não Toquem em Cuba

Dep. Lycio Hauer  
fala sobre paridade

**CIVIS E MILITARES  
SÃO IGUAIS:  
CONSTITUIÇÃO  
PREVÊ  
EQUIPARAÇÃO**

Completa reportagem  
na 8ª pág. do 1º cad.

**Pelé jogou (xadrez)  
com soviéticos  
e venceu...**

JÁ o conheciam de nome, mas em carne e osso foi esta a primeira vez que os marujos do navio soviético «Tiksi» viram Pelé, com ele conversaram e até mesmo disputaram uma partida... de xadrez (foto). O mais curioso é que o jovem e consagrado ás do futebol brasileiro mostrou que também sabe dar um xeque ao rei, propriamente dito, e venceu a partida... Tudo isto aconteceu em Santos, na semana passada, quando o jornal «Última Hora» promoveu uma visita de Pelé ao barco soviético. Antes de subir as escadas do navio, Pelé foi homenageado por uma multidão de portuários e, uma vez a bordo, foi alvo de carinhosas manifestações por parte da marujada do cargueiro soviético «Tiksi». (Texto na 6ª página do 1º caderno).

O CONSELHO de Segurança da ONU, com a abstenção da União Soviética e da Polónia, resolveu entregar a acusação cubana aos Estados Unidos para a Organização dos Estados Americanos. Durante a sessão, o chanceler de Cuba, Raul Roa, deixou claro, entretanto, que seu país voltará a apresentar o caso ao Conselho de Segurança se os Estados Unidos forcaram os governos latino-americanos a tomar posições contra a revolução cubana. Ao mesmo tempo, o representante soviético Arkady Sovolev reafirmou a disposição da URSS de lançar mão de todo o seu poderio militar se os EUA concretizarem suas ameaças de intervenção militar contra o povo da ilha das Caraíbas. Desmascarando a colúnia de «intervenção» da União Soviética nos assuntos do continente e de «ameaça» aos Estados Unidos, disse Sovolev: «Nós nos limitamos a dizer: não toquem em Cuba!» (Na 7ª página do 1º caderno o leitor encontrará matérias sobre a posição cubana e a solidariedade soviética e brasileira ao governo da ilha).



**Mercado socialista  
segundo comprador  
do café brasileiro**

NOS dois últimos anos, as vendas de café brasileiro para os países do campo socialista cresceram tanto que eles (somente considerada a Europa) já constituem hoje o segundo grande mercado para o nosso café, vindo depois dos Estados Unidos. Já na safra de 1959-1960, que vem de terminar, quando a URSS estava praticamente excluída das nações com as quais negociamos diretamente, mais de meio milhão de sacas de café foram exportadas para o campo socialista, proporcionando-nos uma receita superior a 20 milhões de dólares. Na atual safra, porém, aqueles totais deverão ser sensivelmente elevados, como consequência do convênio comercial com a União Soviética, pelo qual venderemos aquele país 1.500.000 sacas durante três anos, número que pode ser ampliado, como, aliás, desejam os soviéticos. Dentro do campo socialista, os dois maiores compradores de café vêm sendo a Tchecoslováquia e a Polónia (Reportagem na 4ª página).

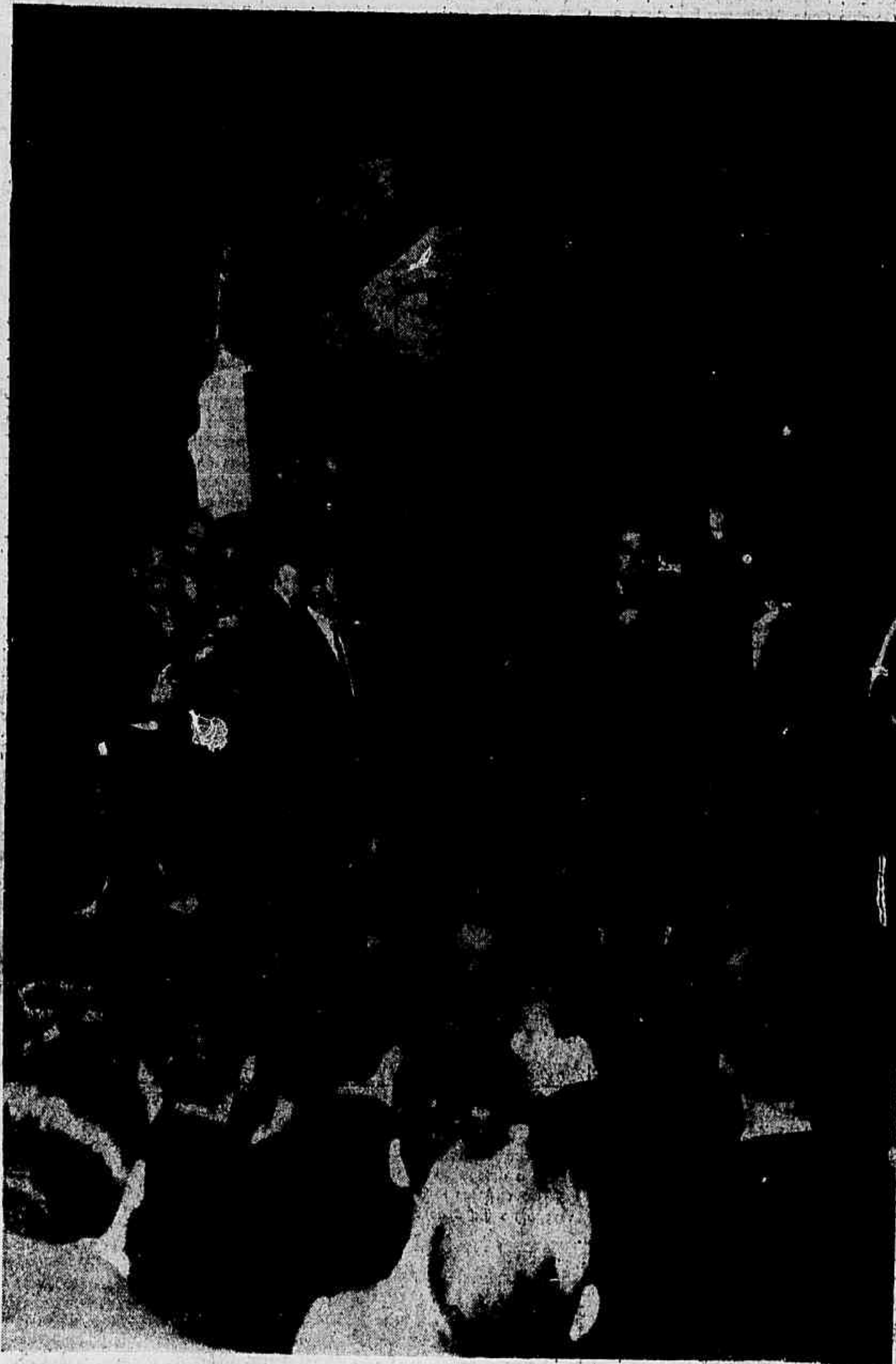
**Operários  
vão dirigir  
os Institutos**

A LEI Orgânica da Previdência Social, que há mais de 14 anos vinha sendo reclamada pelos trabalhadores de todo o país, acaba de ser aprovada na Câmara dos Deputados, e o seu texto enviado à sanção presidencial. Embora tenha sido derrotada a emenda que assegurava o monopólio estatal do seguro de acidente de trabalho, os segurados dos IAPs tiveram inúmeras de suas reivindicações consignadas no atual projeto de lei que o presidente Kubitschek deverá sancionar dentro dos próximos dias. Os Institutos passarão a ser administrados por uma direção colegiada da qual participarão representantes dos trabalhadores. A Carteira Imobiliária, que estava ameaçada de sair do controle dos IAPs, permanecerá sob administração dos Institutos. A aprovação do atual projeto constitui uma vitória inestimável do movimento sindical brasileiro, que agora se volta para o presidente Kubitschek, exigindo a sanção do projeto. (2ª página do 1º caderno).

**Ilha do Governador:**

**Um Bairro  
Cercado  
de Comitês  
Nacionalistas  
Por Todos  
os Lados**

Reportagem na  
1ª pág. do 2º cad.



## Sem Máscara.

ORLANDO BOMFIM JR.

O IMPERIALISMO, cuja face verdadeira é monstruosa e repelente, não pode viver sem máscara. E de sua boca saem palavras falsas e hipócritas, porque seus atos são inconfessáveis. Nos tempos idos da expansão colonialista, seus crimes — e muitos foram dos mais hediondos — eram apresentados como atos abnegados da «missão civilizadora» de que se dizia investido. Agora, nos dias de degradingolada do colonialismo, seus crimes são apresentados como atos de defesa da civilização, que chama de ocidental e cristã. A falsidade é o disfarce com que procura ocultar a essência de sua natureza, que se nutre não apenas da exploração de classes, mas também da exploração de povos. E o vilão permanentemente fantasiado de homem digno e probo.

O GOVERNO norte-americano está lançando mão de todos os engodos para tentar justificar a intervenção em Cuba. Fala em evitar que o país seja «dominado pelo comunismo internacional». Desencoverna a Doutrina de Monroe, a Declaração de Caracas, o Tratado do Rio de Janeiro e coisas análogas, para defesa da «unidade» e «solidariedade» das Américas. Berre contra a «intervenção» de Kruschiov e a ameaça dos foguetes soviéticos. E chega ao cinismo extremo de acusar a pequena ilha de agressão aos Estados Unidos! Mas, tudo isso não consegue ocultar a eloquente verdade dos fatos.

TODOS sabem o que era Cuba nos tempos da ditadura de Batista. Era o inferno dos cubanos e o paraíso dos tristes ianques. Ao saque da economia se juntava a opressão do povo, que suportava as mais revoltantes humilhações. Recordemos a denominação degradante: Cuba é o «night club» dos norte-americanos. Que faziam, então, os briosos defensores da civilização ocidental e cristã sediados em Washington? Amparavam o ditador, sustentavam-no de todas as formas. Não havia, com o sanguinário Batista, quebra da unidade das Américas. Nem o perigo do comunismo internacional. Para ele, pois, a máxima solidariedade. E as garantias jurídicas

da doutrina de Monroe, dos Tratados de Caracas, do Rio de Janeiro, de Bogotá, etc., etc.

MAS, ACONTECEU o que é inevitável. O povo cubano derrotou seus opressores e passou a ser o senhor de seus destinos. O governo revolucionário de Fidel Castro pôs em prática uma série de medidas destinadas a assegurar o progresso e a independência do país. Como não podia deixar de ser, essas medidas contrariaram os interesses daquelas forças que se beneficiavam exatamente do atraso e da submissão de Cuba. E aí é que está o centro verdadeiro da questão, que os imperialistas ianques e seus agerites servis procuram encobrir por todos os meios.

O QUE o governo dos Estados Unidos deseja, na realidade, é restaurar em Cuba o domínio dos trustes, escravizar novamente seu povo, impedir que a revolução vitoriosa prossiga em sua marcha libertadora. Como falar, então, em solidariedade das Américas e defesa da unidade continental? Que espécie de unidade se pretende defender? A unidade de que a corrupta ditadura de Batista era um elo? Essa unidade realmente foi rompida por Cuba. Era a unidade da RETAGUARDA INCARACTERÍSTICA, na suave expressão do sr. Juscelino Kubitschek. Ou do CORPO CORAL. Unidade da submissão à exploração imperialista. Outra coisa, sem dúvida, é a unidade dos povos latino-americanos, que se aproximam cada vez mais e juntos infundem vigor crescente à luta comum contra a espoliação dos monopólios estrangeiros. Da mesma forma, os povos só entendem a solidariedade como apoio recíproco nessa luta, e jamais como reforço a seus exploradores.

ATRAVES de manifestações nas ruas, nos sindicatos, nos gremios estudantis e no Parlamento, o povo brasileiro vem deixando clara qual é sua posição. Também decidida a conquistar a completa emancipação econômica e política, vê na vitória da revolução cubana uma vitória que é igualmente sua. Por isso a defende. E outra não deverá ser a posição do governo brasileiro.

















# Um Bairro Cercado de Comitês Nacionalistas Por Todos os Lados

Quem vai à Ilha do Governador, antes mesmo de chegar àquele populoso bairro carioca já dá conta da existência ali de um ativo movimento nacionalista. Pouco antes de deixar a Avenida Brasil e tomar o caminho asfaltado para o Galeão, o visitante poderá ver uma ampla faixa de propaganda de Lott e Jango, ali colocada pelos comitês nacionalistas da Ilha. Se não conseguiu, entretanto, não precisará preocupar-se; quando chegar ao bairro propriamente dito ele se verá verdadeiramente assediado por uma vista, caprichada e farta propaganda nacionalista, na forma de faixas, cartazes e inscrições murais.

Esse tipo de propaganda de rua é, de fato, um dos pontos fortes da atividade dos comitês nacionalistas de Governador, mas está longe de esgotá-la. Bem ao contrário, é através das festas que promove, das conferências e comícios que patrocina, das conquistas alcançadas, por sua iniciativa, para os moradores da Ilha, e de diversas outras atividades que a imaginação e a dedicação de seus membros torna possível, que o movimento nacionalista de Governador mais se tem projetado aos olhos dos 70 mil habitantes daquele bairro, e está sendo apontado como um brilhante exemplo a seguir, para os comitês nacionalistas Lott-Jango, que hoje se formam aos milhares, em todo o país.

## Começou no "bate-papo"

Hoje, existem em Governador, além do comitê geral de coordenação, sediada à Rua Serrão 351-A (Zumbi), quatro comitês Lott-Jango, funcionando a pleno vapor, cada um com sua sede e seus programas próprios: os comitês de Jardim Guanabara, do morro do Dendê, das Pichunas e da Ligação. Outros três (o comitê da praia de Zumbi, um Comitê Feminino e outro Infantil) já estão formados, trabalhando, e apenas esperam que o termo de posse de suas diretorias seja assinado por D. Edna Lott. E há ainda quatro outros (nos lugares de

Tauá, Ribeira, Guarabú e Nossa Senhora das Graças) que estão em fase de organização.

Pelo trabalho que desenvolvem, todos esses comitês já representam uma verdadeira força social e política em seu bairro. Sua origem, entretanto, é das mais modestas e despretensiosas. O primeiro deles, Comitê Nacionalista Lott-Jango de Jardim Guanabara, nasceu de um grupo de amigos, que tinham em comum idéias nacionalistas, se reuniam, ora na casa de um, ora na casa de outro, ora no café da esquina, e quase sempre estavam conversando sobre política. Num dia de agosto do ano passado, quando tomava impulso no país o movimento dos comitês Lott-Jango, descobriram que também eles poderiam formar o seu Comitê. Escolheram a diretoria, elegeram Presidente um médico, Dr. Abenatã Netto, que era a voz mais acatada do grupo, puseram-se em contato com um oficial do Exército, Major Itagibe Cerqueira de Novais, que era amigo de alguns deles e que eles sabiam ser um ativista do nacionalismo, convidaram D. Edna para a festa da instalação e da posse, e distribuíram alguns volantes, chamando o povo. No dia marcado, veio tanta gente e o sucesso foi tão grande que eles até se assustaram.

Logo chegaram nacionalistas de todos os tipos: médicos, engenheiros, militares, operários, às vezes de longe, das Pichunas, de Zumbi, da Ligação, para aderir ao Comitê, procurando trabalho, ou perguntando o que fazer para formar novos comitês Lott-Jango. O próprio Comitê Jardim Guanabara passou a organizar visitas diárias aos moradores da Ilha («Sempre em comissão de três ou quatro, porque um sózinho pode parecer picaretagem...») para pedir recursos, trabalho, ou, simplesmente, interesse, discutindo com cada um, paciente e dedicadamente, os problemas nacionais, e demonstrando os objetivos nacionalistas e democráticos das candidaturas Lott e Jango. E assim foram feitos os primeiros comícios, vieram novos comitês, e o movimento nacionalista ganhou a Ilha do Governador.

## Êles construíram a casa do nacionalista

O exemplo mais vigoroso da capacidade de trabalho dos nacionalistas de Governador veio a ser dado pelo Comitê do morro do Dendê. Neste morro, quase uma favela, vivem alguns milhares de famílias de trabalhadores, muitos deles nordestinos, e em sua maioria operários em construção civil e da Prefeitura. Um grupo deles, encabeçado pelo operário etricista Anírio Belarmino de Lima, iniciou a organização do seu Comitê. O interesse despertado foi tal que as reuniões preparatórias eram feitas com a presença de 150 e mesmo 200 pessoas. E logo surgiu o problema: como encontrar uma sede capaz de atender às possibilidades de seu movimento. Na festa da instalação do Comitê, realizada na varanda de um armazém, mais da metade dos que compareceram ficaram de fora.

Os nacionalistas de Dendê não pensaram muito tempo, e puseram êles mesmos mãos à obra. Arranjaram um terreno ainda vago no morro e ali ergueram a sua sede própria, que é muito mais do que um barracão, com chão cimentado, paredes de lãvua e cobertura de telhas. Cada um deu o que pôde: uns trabalharam, outros deram dinheiro, outros deram telhas, outros ainda deram apenas recados, mas todos ajudaram. E hoje todos podem ver, sólida e orgulhosa, à Praça São Sebastião, a sede do Comitê Nacionalista Lott-Jango do Dendê. Nes sábados e vésperas de feriados é sala de baile, e ninguém pode dançar sem comprar um bônus para a campanha nacionalista. Outros dias é sala para conferências e atos nacionalistas, para reuniões do Comitê, ou para outras festas. E nunca está vazia.

## Reivindicações locais

Uma das chaves do sucesso dos comitês do Governador é a associação de seu trabalho com as reivindicações dos moradores locais. Todos êles se reúnem semanalmente, no comitê de coordenação, para elaborar um conjunto de «teses» sobre os problemas e necessidades básicas da Ilha. Além disso, procuram sempre dar solução àqueles problemas que possam ser imediatamente resolvidos. O Comitê das Pichunas, por exemplo, conseguiu junto ao Departamento de Obras da Prefeitura o calçamento de um trecho da Estrada das Parreiras, passagem obrigatória para os moradores de seu bairro, e que sempre foi um sacrifício para êles («Quando não é poeira, é lama...»).

Outro exemplo expressivo é dado ainda pelo Comitê de Dendê. A ausência de um caminho para automóveis



## O comício é também festa

Um dos segredos do sucesso dos nacionalistas de Governador é a organização das festas e comícios. Domingo passado, prenderam a atenção de mais de mil pessoas, durante mais de seis horas, com festas e jogos variados, para crianças e adultos. Isso só ajudou o comício, que veio depois, concorrido e cheio de entusiasmo.

entre aquele morro e a parte baixa da cidade sempre era um problema, às vezes trágico, para os seus moradores. Vários são os casos contados por êstes, de pessoas feridas, ou senhoras grávidas que tiveram de descer o morro a pé, ou carregadas em cadeiras, a caminho do hospital, porque a ambulância não podia subir. O Comitê Nacionalista tomou a si o problema, e conseguiu do Departamento de Obras que fosse aberta uma rua conduzindo ao topo do morro. Era um problema simples, de fácil solução, mas que muito vinha custando aos moradores locais, e que foi resolvido graças à iniciativa e à imaginação dos nacionalistas.

Também é sempre cuidada pelos comitês a associação entre o sentido político de seu movimento e a tradição das festas e reuniões familiares, para a qual pendem naturalmente os moradores da Ilha. Seus comícios são sempre precedidos de jogos para crianças (quebra-pote, corrida do ovo na colher, cabo de guerra, etc.), todos com prêmios ao vencedor, presenteado por um dirigente de comitê), corridas de bicicleta, «programas de calouros» para canto e instrumentos musicais, «show»

com artistas conhecidos, eleição de «rainhas», e todos os tipos de festa imagináveis. Durante as festas juninas, organizaram várias «quadrilhas», «casamentos», queima de fogos, e outros festejos da época, sempre com muito sucesso e entusiasmo. E, com isso, ganham nos dois tabuleiros: tornam-se um centro de atividade social e política no bairro — atividade que já se desdobra para um programa cultural, tendo como centro a formação de uma volumosa biblioteca, na sede do comitê de coordenação — e ainda fazem campanha de finanças...

Ainda no domingo passado viu-se um programa desse tipo ser realizado com o mais completo êxito. Os comitês prendem a atenção e o entusiasmo de mais de mil pessoas durante mais de seis horas (16 a 22,30), com um intenso programa de festas, encerrado por um grande comício, com a participação do deputado Sérgio Magalhães.

Todo o trabalho de organização, de preparação e de realização desses «comícios-festivos», que todos os habitantes da Ilha já conhecem, é feito com o pessoal e com os recursos dos próprios

comitês. O caminhão para o transporte de gente e de material, e para a propaganda, é fornecido e dirigido por um dirigente do Comitê da Ligação, o motorista João Ferreira da Silva. Dois outros membros deste Comitê cuidam das instalações elétricas e de rádio, e ainda fazem as vezes de locutor, na propaganda e nos comícios: os eletricitistas José Maria e Pedro de Farias. Os próprios oradores quase sempre também saem dos comitês: o bombeiro Salomão Alves, o médico Maurício Pin-kunfield e outros mais, já aprenderam a não temer uma multidão diante deles, fixada neles, e esperando que êles falem. Os cartazes de propaganda muitas vezes são feitos à mão, aproveitando os nacionalistas que gostam de desenhar. E assim por diante; nada se espera de fora. Até as crianças têm o que fazer: são elas, com seu Comitê Infantil, que, entre outras coisas, vigiam as outras crianças, e mesmo os adultos, para que ninguém toque nos doces antes da hora. E o fato é que elas têm dado conta do recado; as festas transcorrem em boa ordem, como tudo o mais, nos comitês de Governador, porque ali trabalham com dedicação, entusiasmo e — sobretudo — imaginação.



## Deus ajuda quem cedo madruga

Os nacionalistas de Governador fazem tudo êles mesmos, e com os próprios recursos. Entram até com os oradores dos comícios: quem fala, na foto, é um médico do bairro, o Dr. Maurício Pin-kunfield.



## Há Trabalho Para Todos

As crianças e jovens também formaram o seu Comitê, e estão mostrando que, na luta nacionalista, há lugar para todos. Organizaram uma biblioteca infantil, ajudam na propaganda e, com êles, ninguém toca nos doces antes da hora... A foto mostra a recepção ao deputado Sérgio Magalhães, domingo último, na sede do Comitê de Coordenação, com a bandeira do Comitê Nacionalista Infantil orgulhosamente levantada.

# NOVOS RUMOS

ANO II      Rio de Janeiro, semana de 22 a 28 de julho de 1960      Nº 73

Fortaleza (Via VARIG) — Teve início no dia 15 de junho a reconstrução do Orós. As obras da grande barragem voltaram a ser atacadas com mais de 500 operários se movimentando nas diversas frentes de trabalho sob o comando geral do engenheiro Anastácio Maia. O ritmo acelerado dos serviços foi determinado pelo diretor geral do DNOCS, engenheiro José Antônio de Paula Pessoa, que deu a obra branca ao Dr. Anastácio Maia para que este mobilizasse todas as máquinas que considerasse necessárias, existentes nos diversos distritos do DNOCS, contando que o Orós fique concluído no dia aprazado pelo Presidente da República: 15 de novembro próximo.

A barragem terá a altura de 49 metros partindo do leito do rio e 58 metros partindo das fundações.

**Resistem os coronéis**

No momento em que são reconhecidas as obras do Orós, recrudescem de forma inusitada a resistência dos latifundiários do Vale do Jaguaribe contra a grande agudagem.

Toda a campanha é concentrada contra o Orós. Presentemente, a oposição dos coronéis mascara-se com a defesa das indenizações dos pequenos proprietários de terras que habitam a bacia hidráulica do açude. Apegam-se assim, hipócritamente, a uma causa justa, mas visando com isto apenas procrastinar, na medida do possível, a construção da barragem, e ganhar tempo para futuras manobras protelatórias, sempre com o objetivo de impedir que o Orós venha a ser uma realidade.

A campanha contra o Orós vem de longa data. Em 1922 Epitácio Pessoa mandou construir o açude, vieram técnicos da Inglaterra e as máquinas entraram em ação. De

# Latifundiários e Truste Americano Resistem à Reconstrução de Orós

ANNIBAL BONAVIDES (Correspondente de NR no Ceará)

repente, a obra ficou abandonada e nunca, até hoje, se deu a verdadeira explicação sobre a desistência governamental. É quase certo que os imperialistas tenham farejado as jazidas de minérios espalhadas pela bacia hidráulica e preferido deixar que as mesmas continuassem dormindo em "berço esplêndido" até melhor oportunidade de exploração... Em 1958, o Governo Kubitschek autorizou a construção. Os serviços estavam bem adiantados quando ocorreram repetidas retensões de verbas, as quais coincidiram, sintomaticamente, com os "seminários" do Orós e do Banabuiú e nos quais os coronéis da carnauba e seus representantes na Assembleia do Ceará tomaram posição ostensiva contra o Projeto de Lei de Irrigação do Nordeste, condenando também o que chamaram de "política da grande agudagem". Em março do corrente ano, como consequência natural da desídia e da irresponsabilidade administrativa, a obra estava por concluir. Veio a colossal enxurrada do rio Jaguaribe e a barragem não suportou o impacto. Com esse desastre, houve suspiros de alívio no Vale do Jaguaribe, os senhores latifundiários acreditaram que jamais se voltaria a cogitar do Orós. Mas eis que o Presidente da República, voltando à carga, autoriza a reconstrução.

Nesta hora, portanto, em que deputados udenistas, pessedistas e de outros partidos investem furiosamente, na Assembleia do Estado, contra a reconstrução do Orós a

pretexto de estarem defendendo os interesses dos pequenos proprietários da bacia hidráulica; em que se nomeia uma comissão interparlamentar para ir ao Rio falar com o Ministro Amaral Peixoto, em que se desencadeia violenta campanha de ataques contra o engenheiro Anastácio Maia, nesta hora julgamos oportuno formular e tentar responder a duas perguntas.

Por que os coronéis latifundiários opõem tão frenética resistência à construção do Orós? Que outra força econômica e política influente, na atual conjuntura nacional, tem levado à derrota os desígnios dos latifundiários do Ceará, obrigando o Governo a enviar o projeto de Lei de Irrigação ao Congresso e assegurando a reconstrução do açude?

**Significação da grande agudagem**

A construção de açudes como o Orós (4 bilhões de metros cúbicos), Banabuiú (1 bilhão e meio de metros cúbicos) e Araras (um bilhão de metros cúbicos), coloca no ordem do dia da economia regional o problema da construção dos sistemas de irrigação. Mas aí surge logo uma indagação: e tanta água acumulada vai servir apenas a uma minoria de grandes proprietários de terras ou será destinada a um fim social?

A Lei de Irrigação do Nordeste, cujo projeto se encontra na Câmara Federal, era a resposta a essa indagação oportuna. Neste caso, aprovada a lei, aplicada a lei, a água teria realmente um fim social e haveria de fato uma transformação substancial na situação agrária da região, pois a lei manda desapropriar toda a área a ser irrigada e distribuí-la em lotes de 25 hectares com os agricultores pobres, inicialmente em forma de arrendamento e posteriormente em posse definitiva.

Tal perspectiva pôs os latifundiários em guarda. Não poderiam concordar com a quebra do monopólio da terra. Para eles, o Vale do Jaguaribe, o Vale do Banabuiú, o Vale do Acaraú, devem permanecer eternamente enfeudados, reduzidos à monocultura da carnauba e à pecuária. Conservadores, egoístas, retrógrados, não podem admitir o florescimento econômico da região. Não querem que a massa camponesa se liberte da tutela secular e degradante. Para eles, o desenvolvimento econômico significa a liquidação dos hediondos "currais eleitorais" em que ainda hoje se baseia o predomínio político dos coronéis da terra.

Por isto, os coronéis são contra o Orós, pois opondo-se ao açude estão lutando contra a Lei de Irrigação.

**Quem leva os coronéis à derrota?**

A verdade, porém, é que os coronéis latifundiários do Vale do Jaguaribe não estão tendo êxito nessa luta inglória e insana que sustentam desde o ano passado.

Ano passado, quase toda a Assembleia Legislativa do Ceará (cerca de 30 deputados numa só comissão) se deslocou para o Rio com o fim de impedir que o Presidente da República enviasse ao Congresso o projeto de Lei de Irrigação. Encastelada em luxuosos apartamentos do Hotel Serrador,

essa comissão mobilizou Deus e o mundo para advogar a sua causa ingrata e quase conseguiu impor a renúncia do economista Celso Furtado da direção da OPEHO. Finalmente, o esforço resultou em vão; o projeto foi remetido à Câmara Federal e o sr. Celso Furtado permaneceu à frente da Operação Nordeste.

Depois do rompimento da barragem do Orós, os latifundiários recobram as esperanças e lançaram-se num trabalho de envergadura, inicialmente nos bastidores, e já agora, como vimos, abertamente contra o Orós. E novamente estão sendo batidos, derrotados. Isto porque as obras de reconstrução do açude acabam de ser atacadas e marcham a todo vapor.

Que força poderosa está impondo sucessivas derrotas aos latifundiários do Ceará?

No programa da SUDENE, como se sabe, está prevista a transferência de indústrias do sul do país, particularmente de São Paulo, para o Nordeste.

A burguesia industrial de São Paulo e Minas é, pois, interessada em que haja alguma modificação na situação agrária nordestina, com vistas à formação de um mercado interno capaz de consumir os produtos do parque industrial que ela pretende instalar na região. Ao mesmo tempo, interessa-se também pela criação de novas fontes de energia para essas indústrias, e os grandes açudes darão algumas hidrelétricas ao Nordeste.

Apresenta-se, assim, uma contradição entre latifundiários nordestinos, de um lado, e a burguesia industrial do sul, de outro lado, na questão da agudagem e da irrigação. Os coronéis da terra combatem e os industriais defendem a Lei de Irrigação do Nordeste.

Claro que esta contradição precisa ser superada num sentido progressista. O interesse das massas camponesas e da maioria esmagadora da população cearense, coincide com o da burguesia industrial. As forças progressistas, democráticas, nacionalistas e populares do Ceará apóiam decididamente a decisão governamental de construir imediatamente o Orós e exigem tramitação rápida no Congresso para o projeto de Lei de Irrigação do Nordeste.

Neste sentido, a definição máxima dos elementos progressistas e nacionalistas do Ceará foi expressa no Manifesto em defesa da Lei de Irrigação, lançado no ano passado e firmado pelas figuras mais representativas da intelectualidade, dos estudantes, do movimento sindical e dos meios culturais e econômicos do Ceará, documento publicado e comentado em diversos jornais da região e do sul.

Essa tomada de posição vem sendo reforçada ultimamente por novos e importantes pronunciamentos, entre os quais destacamos um trecho da Nota Oficial com que o diretor geral do DNOCS denunciou a campanha que vem sendo movida contra a construção do Orós pelo líder pessedista na Assembleia Estadual. Diz a Nota do DNOCS que "pode-se interpretar a campanha aludida como ten-

tativa impatriótica de criar ambiente de resistência à construção do açude Orós, que concretiza o maior sonho do cearense, cuja realização tem sido tão bem compreendida e prestigiada pelo ilustríssimo sr. Presidente da República Dr. Juscelino Kubitschek". Por sua vez, o engenheiro Anastácio Maia, em telegrama que dirigiu ao deputado pessedista Wilson Roriz, líder parlamentar da campanha contra o Orós, afirmou: — "outrossim, ao ilustre deputado quero adiantar que qualquer um que queira perturbar os trabalhos da obra para tirar proveitos políticos, demagógicos ou outro qualquer, terá da minha parte toda a reação e estou certo de que o povo cearense não admitirá frustração. Sabemos muito bem que existem elementos anti-nacionalistas que tentarão prejudicar a construção do Orós, sabemos também que elementos com interesses escusos contrariados nos combaterão, sabemos ainda que elementos fracassados procurarão nos perturbar, mas, a luta, o trabalho e o bem comum animam."

**As indenizações aos pequenos proprietários**

Na bacia hidráulica do Orós vivem e ainda vivem 20 mil pequenos proprietários. Eles reclamam, justamente, as indenizações a que têm direito. O Governo do sr. Kubitschek, entretanto, ainda não deu a devida consideração a esse apelo. Com isto, o governo alimenta, indiretamente, a campanha dos latifundiários que agem mancomunados com um truste norte-americano de minérios, também interessado em torpedear a construção do açude, a fim de deitar as garras sobre as jazidas. No momento, os pequenos proprietários ameaçam promover uma ação judicial para embargar a construção. Em sua nota oficial, o diretor do DNOCS disse que as providências iriam ser tomadas pelo governo no sentido de assegurar o direito às indenizações dos pequenos agricultores. Mas nada de concreto se fez. Urge que tais providências sejam realmente adotadas, retirando-se deste modo o último pretexto a que se apegam os latifundiários para tentar torpedear as obras.

É bom lembrar que quando se tratou de construir as barragens de Furnas e Três Marias, o governo de J.K. agiu com presteza e desembaraço na indenização de todos os proprietários situados nas respectivas bacias hidráulicas. Por que não faz a mesma coisa com os agricultores pobres do Nordeste? Por que fica fornecendo lenha para a fogueira agitativa dos coronéis interessados em sabotar o açude, inclusive ao sr. Jânio Quadros que, de passagem por Orós, derramou também algumas lágrimas de crocodilo ante a situação aflitiva dos pequenos proprietários?

Pelo menos o levantamento cadastral de toda a bacia hidráulica deve ser feito imediatamente pelo DNOCS. O levantamento garantirá o direito de cada um dos interessados nas indenizações oficiais

## Dicionário Fatôres de Produção

De acordo com a ciência econômica marxista, a produção dos bens materiais pressupõe os seguintes momentos: o trabalho do homem, os objetos do trabalho e os meios de trabalho.

O trabalho é uma atividade racional do homem, em cujo processo ele muda o aspecto dos objetos da natureza de maneira conveniente à satisfação de suas necessidades. Segundo o marxismo, o trabalho é uma necessidade natural, uma condição essencial à existência dos homens. Sem trabalho, seria impossível a vida humana. Engels, em sua obra clássica "O papel do trabalho na transformação do macaco em homem" afirma que o homem, como ser inteligente e superior, é produto de um trabalho multifamiliar. Foi o trabalho que lhe desenvolveu a destreza física e o cérebro.

Por objetos do trabalho entende-se tudo aquilo sobre que atua o trabalho humano. Os objetos do trabalho podem ser obtidos diretamente na natureza, como, por exemplo, a madeira que se corta nas matas, ou os minérios extraídos do subsolo. Aquêles objetos do trabalho que anteriormente tenham sido submetidos à ação do trabalho humano — como, por exemplo, o ferro numa usina metalúrgica, ou o algodão numa fiação — recebem o nome de matérias-primas.

Meios de trabalho são todas as coisas com as quais o homem atua sobre o objeto do seu trabalho e o modifica. Entre os meios de trabalho figuram, em primeiro lugar, os instrumentos de produção e também a terra, as instalações, as estradas, etc. O papel mais importante, entre os meios de trabalho, cabe aos instrumentos de produção, isto é, aos diferentes instrumentos de que o homem se utiliza em seu trabalho, desde as toscas pedras dos nossos primitivos antepassados, até às máquinas mais modernas. O nível do desenvolvimento dos instrumentos de produção serve de medida do domínio do homem sobre a natureza. Quanto mais desenvolvidas forem os instrumentos, tanto maior é o domínio do homem sobre as forças e os recursos da natureza. Durante muitos anos, por exemplo, o petróleo ou não foi utilizado pelo homem, ou o foi de maneira primitiva, usado em sua forma natural, como combustível. A invenção de modernas máquinas (para pesquisar, extrair e destilar) tornou possível ao homem encontrar uma infinidade de usos para o petróleo.

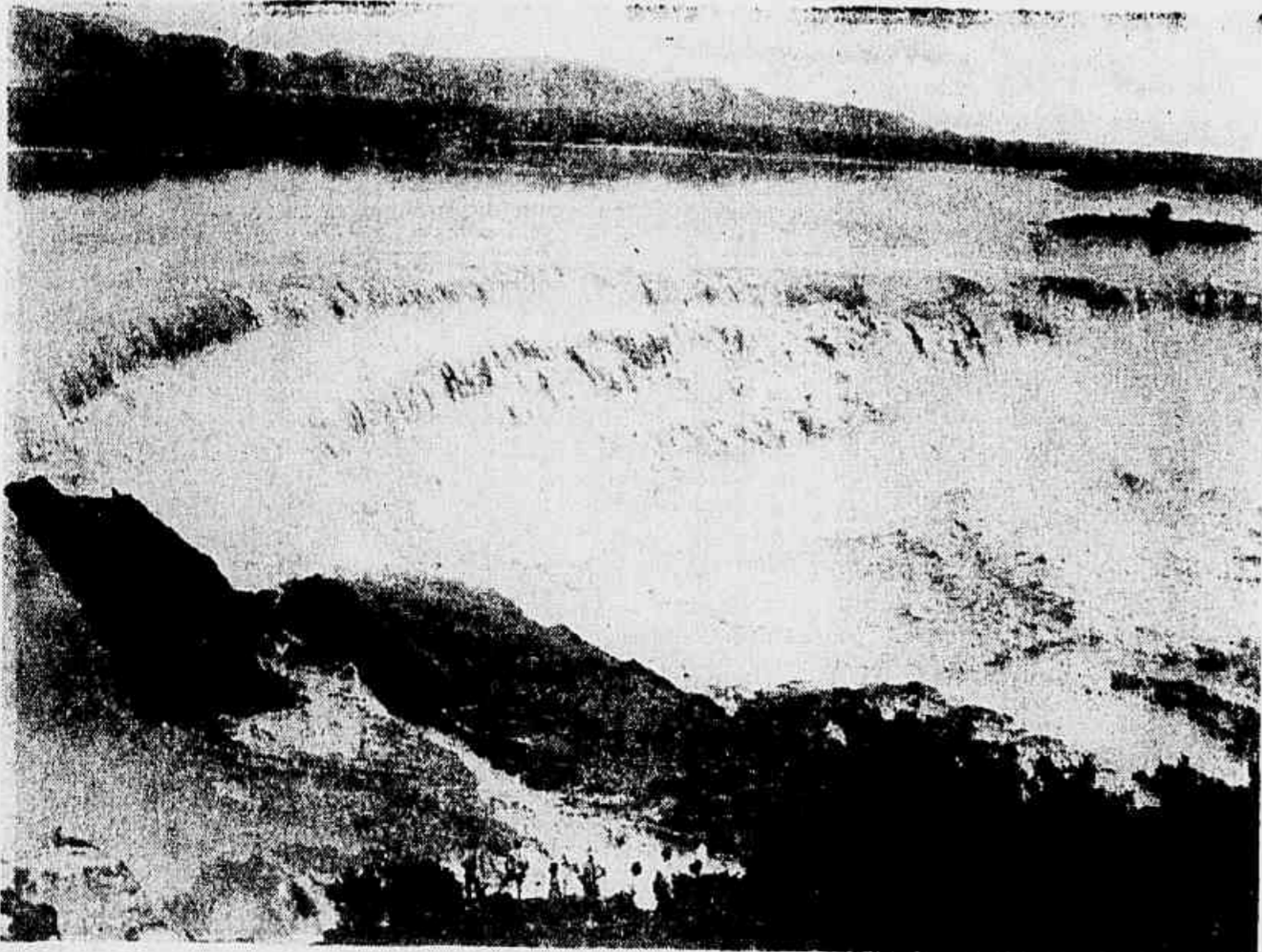
Os objetos do trabalho juntamente com os meios de trabalho constituem os meios de produção. Estes, por si mesmos, sem a ação humana, nada podem criar. Para que possa realizar-se o processo do trabalho é necessário que aos meios de produção se associe um outro elemento, decisivo, a força de trabalho do homem. A força de trabalho é a capacidade do homem para o trabalho, o conjunto de energias físicas e espirituais do homem, que lhe permitem produzir bens materiais. É a força de trabalho o elemento ativo da produção, quem põe em movimento os meios de produção. Com o progresso dos instrumentos de produção, desenvolvem-se também a capacidade do homem para o trabalho, sua sabedoria, seus hábitos e sua experiência de trabalho.

Segundo a economia política burguesa, a produção pressupõe três elementos: o capital, o trabalho e a terra, sendo que todos eles criariam valor. A ciência marxista refuta essa tese, mostrando que nem o capital nem a terra criam valor, mas somente o trabalho.



A miséria não os abate

Dizem que o cearense vive sempre rezando: pedindo chuva ou implorando a Deus para que ela cesse. Rezando ou não, o fato é que os camponeses cearenses sabem enfrentar as dificuldades e nunca perdem a confiança no futuro.



Latifundiários são do contra

Os obstáculos opostos à construção do Orós, desde o governo de Epitácio Pessoa, são agora renovados quando J.K. resolveu reconstruí-lo até novembro próximo. Os latifundiários do Vale do Jaguaribe, aliados a poderoso truste americano interessado nas jazidas de minérios ali existentes, procuram dificultar a ação do governo.

**Nota Econômica**

**Há Outra Alternativa Para a América Latina**

Na nota anterior, vimos como, segundo as palavras do embaixador Moreira Sales, os investimentos norte-americanos no Brasil funcionam como bombas de sucção, retirando do Brasil mais do que aquilo deixam. Os números não deixam margem a dúvida: contra um aumento de 701 milhões de dólares nos investimentos norte-americanos, entre 1950 e 1958, as empresas norte-americanas no Brasil extrairam no mesmo período lucros (confessados) de 701 milhões de dólares.

Há, entretanto, outros aspectos do discurso do sr. Moreira Sales que ajudam a precisar o quadro da espoliação a que o capital imperialista norte-americano submete a economia nacional. Um destes é o que se refere ao declínio do valor das nossas exportações que, segundo o embaixador, caíram de 1 bilhão 558 milhões de dólares, em 1954, para 1 bilhão 282 milhões em 1958. Qual a causa desse declínio? Responde-o o próprio embaixador: principalmente a deterioração de cerca de 30 por cento dos contratos de comércio do Brasil. Em outras palavras: a queda no valor das exportações brasileiras resultou da desvalorização dos preços dos nossos produtos de exportação, em primeiro lugar o café, promovida pelos monopólios — notadamente norte-americanos — que controlam o comércio exterior brasileiro.

Ao mesmo tempo em que se verificava o declínio de nossas vendas ao exterior, uma série de fatores atuando em sentido contrário, contribuía para agravar a situação cambial do Brasil. Entre tais fatores figuram principalmente as maciças remessas de lucros das empresas norte-americanas e os pagamentos de taxas diversas, de royalties, assistência técnica, etc., além dos pesados reembolsos de empréstimos estrangeiros, contraiados antes e geralmente para cobrir déficits provocados pela mesma causa: relações de troca desfavoráveis ao Brasil com os imperialistas estrangeiros.

O caminho da industrialização empreendido pelo Brasil sobretudo a partir da segunda guerra mundial, agravou mais ainda aquelas relações desfavoráveis, uma vez que a economia nacional em expansão, tinha necessidade da importação de bens de produção, apesar da queda da receita cambial. Anteriormente, tal problema não se apresentava com essa agudeza simplesmente porque tal processo de industrialização não existia, ou era bastante débil. A receita preconizada pelo Fundo Monetário Internacional para que o Brasil equilibrasse suas finanças — e inclusive seu balanço de pagamentos — implicava em conter ou tornar mais lento esse processo, isto é, em reduzir nossas importações de bens de produção. Nas novas condições do mundo e do Brasil, foi possível ao país repelir a fórmula do FMI, mas

não lhe foi possível fugir à outra alternativa colocada pelos imperialistas: tomar pesadíssimos empréstimos externos, como vimos fazendo. Também nesse particular o embaixador Moreira Sales alinha cifras impressionantes. Assim, os reembolsos de empréstimos públicos, por exemplo, elevaram-se a 128 milhões de dólares em 1956, 150 milhões de dólares em 1957 e 215 milhões de dólares, em 1958. A proporção total dos pagamentos dos custos de débitos nos processos de exportação elevou-se de 15,5 por cento em 1957 a 25,6 por cento em 1958 e a 28,2 por cento em 1959. Em outras palavras: de todas as nossas exportações no ano passado, por exemplo, cerca de um terço (28,2 por cento) destinaram-se apenas a reembolsar empréstimos públicos que fomos obrigados a tomar anteriormente! Daí a inteira procedência das palavras do embaixador Moreira Sales, quando afirma que a ajuda tem fluído ao Brasil quase que inteiramente sob a forma de pesados empréstimos concedidos pelo Eximbank ou pelo Banco Mundial!

Em outro trecho, depois de mencionar o progresso obtido em alguns setores da economia nacional, afirmou o embaixador Moreira Sales: "O Brasil está prosseguindo seu caminho e continuando seus esforços face a sérias condições adversas externas, não apenas no campo do comércio, mas também em termos de ajuda e financiamento internacional". É evidente que não se pode concordar, de maneira absoluta, com esta afirmação do embaixador, a menos que se esteja escravizado à idéia de que por "condições externas" entende-se apenas o campo imperialista, ou particularmente os Estados Unidos. Pois, na verdade, nunca no passado as condições externas, em geral, foram tão favoráveis quanto o são hoje e outra não é a razão porque tantos países se emancipam e se desenvolvem, entre os quais o Brasil. Se quisermos por de lado inadmissíveis preconceitos e nos ativermos exclusivamente aos interesses nacionais, então não será difícil descobrir que, além dos imperialistas, que pagam cada vez menos pelos nossos produtos, que nos obrigam a contrair empréstimos pesadíssimos, que nos pressionam para que abandonemos o caminho da industrialização, além daqueles que sempre se beneficiaram com a miséria dos povos subdesenvolvidos, como o nosso, há outras forças dispostas a ajudar-nos em nossa luta pelo progresso. Referimo-nos ao campo dos países socialistas, que ainda agora estende a mão poderosa e fraternal ao povo cubano, num gesto de profunda significação para os países ao sul do Rio Grande. Por que não ter a coragem de romper o cerco imperialista, que a realidade mostra ser mais frágil do que parece?

Tribuna de Debate

CARLOS MARIGNELLA

Defendendo a Linha Atual

Em dois artigos já publicados nesta «Tribuna de Debate», o camarada Amazonas manifestou-se contra a linha atual do Partido, expressa na Declaração de março de 58 e nas Teses.

O camarada Amazonas apresenta no artigo intitulado «Uma linha confusa e de direita» uma versão de sua autoria da essência da linha política do Partido. A versão do camarada Amazonas não é correta. Antes de mais nada, ele afirma que se trata da essência da linha política. Mas a essência é o que há de decisivo, de mais importante e substancial em qualquer coisa. E não é isto que se contém no que Amazonas apresenta como essência da atual linha política. Ao contrário, o que surge ali é a enumeração de quatro itens com formulações atribuídas à Declaração e às Teses. Tais formulações estão dispostas de modo a fazer crer que se trata de uma linha de apoio à burguesia e contrária aos interesses do proletariado.

Em seguida, o camarada Amazonas pergunta onde pode levar esta linha. E ele mesmo responde: a um bem sem saída, à descrença na necessidade da revolução. Estabelecendo premissas por sua própria conta e buscando depois argumentos para refutá-las, o camarada Amazonas coloca-se numa situação original: solta os foguetes e ele mesmo vai apagar as fúrias.

A linha atual do Partido não surgiu por acaso. Ela é fruto, antes de mais nada, do estudo da realidade brasileira e da apreciação autocrítica de nossa linha anterior e de nossa atividade passada.

Nossos erros como direção levaram o Partido a uma situação difícil, sobretudo no período 1956-1957. Conduzimos, então, de maneira errônea os debates travados em nosso Partido em torno dos assuntos suscitados pelo XX Congresso do PCUS. Quanto à linha do Programa, a realidade mostrou que era impraticável. E em consequência da omissão da direção, cuja debilidade ideológica se manifestou claramente, o Partido ficou sem comando e sem orientação política.

Através da autocrítica e das medidas tomadas visando à correção dos erros cometidos, fomos saindo aos poucos das dificuldades. Não se eliminamos totalmente. Mas o processo de correção dos erros prossegue.

O grande passo para a frente neste novo curso do Partido foi o aparecimento da Declaração de março de 58. Este documento contém em sua essência a linha política que o Partido vinha exigindo para colocar-se à altura da situação. Daí porque a Declaração foi saudada por todos quantos são partidários de uma autocrítica em que os atos se ajustem às palavras.

Como não fazer autocrítica de que estávamos imbuídos da ideia errônea de estancamento absoluto do capitalismo? Afirmávamos, então, que a economia brasileira estava estagnada, que o Brasil marchava para a colonização cres-

cente. A Declaração e as Teses dizem, ao contrário, que durante as últimas décadas ocorreram modificações importantes na estrutura econômica do país. Continua a processar-se o desenvolvimento capitalista do Brasil, ainda que com isto não tenham sido eliminadas nossas características de país subdesenvolvido. Os reflexos desse desenvolvimento capitalista já se fizeram sentir no caráter do Estado brasileiro, em seu regime político e na composição do governo. O Estado brasileiro, conforme assinalam a Declaração e as Teses, atualmente representa os interesses dos latifundiários, dos setores capitalistas ligados ao imperialismo, particularmente ao norte-americano, e também da burguesia interessada no desenvolvimento independente da economia nacional.

Para o camarada Amazonas, entretanto, que se opõe à linha hoje adotada pelo Partido, o Estado brasileiro continua representando, no fundamental, os interesses dos latifundiários e da grande burguesia (uma parte da qual está ligada ao imperialismo). Como se vê, o camarada Amazonas não progrediu nada, mantém-se, na prática, na mesma formulação do Programa de 1954.

A Declaração e as Teses, levando em conta o processo de desenvolvimento do país e caracterizando o Estado brasileiro de forma mais consentânea com a realidade, acrescentam corretamente, a meu ver, que a partir de 30 o regime político foi impellido à democratização. Isto ocorreu a despeito das interrupções e dos retrocessos havidos. Esta tendência se afirmou como resultado do aparecimento de novas forças na sociedade brasileira, em particular do proletariado e de suas lutas. A participação da burguesia no poder e outros fatores atuaram no mesmo sentido, incluindo-se aí o poderoso efeito das modificações da situação internacional após a derrota do fascismo.

O camarada Amazonas contesta a Declaração e as Teses nesse ponto, fazendo uma série de afirmações para concluir que em muitos casos é formal a existência de certas liberdades. Isto que é afirmado agora pelo camarada Amazonas, nós o afirmamos também no passado. Já no Programa de 54 havíamos dito as mesmas coisas de referência ao monopólio dos meios de propagação. Os direitos democráticos, a sermos nós, são sistematicamente violados pelas autoridades do Estado reacionário e policial. Os juizes e tribunais continuam as tarefas da polícia e condenam a longos anos de prisão os que se opõem ao regime. A Constituição é usada como máscara para tentar ocultar o caráter tirânico do Estado. Baseados nessas concepções, apregoamos que vivíamos num regime de terror. Recuamos à clandestinidade e nos isolamos. Perdemos as posições no parlamento e não as sobuemos restabelecer. Não sobuemos utilizar as possibilidades legais nem defender as liberdades democráticas e a legalidade do Partido. Isto tudo aconteceu porque, segundo pensávamos, em muitos casos era formal a existência de certas liberdades. Não vimos então que a situação mudara no Brasil e que a correlação de forças

era outra no cenário internacional. Não acreditávamos nas forças do proletariado e admitíamos que se tinha estabelecido o cerco em torno de nós. Julgávamos que a guerra era iminente e que só iríamos reconquistar as liberdades com um desfecho violento.

A realidade mostrou o contrário e quando mudamos de orientação em relação aos processos judiciais instaurados contra os comunistas, comparecemos perante os juizes, ganhamos a rua e estamos avançando no terreno da legalidade do Partido.

Foi fazendo autocrítica de nossas posições errôneas ante a democracia burguesa, que demos um passo adiante. A Declaração e as Teses fixam acertadamente esta nova orientação em relação às liberdades democráticas. Trata-se de defender palmo a palmo as conquistas democráticas arrancadas pela classe operária e o povo brasileiro através de duras lutas e não considerar tais liberdades como uma coisa formal.

Interpretando a linha do Partido à sua moda, para combatê-la, o camarada Amazonas pretende fazer crer que a conquista de um governo nacionalista e democrático se resume, em última análise, em levar as massas a fortalecer e ampliar o setor burguês do governo.

Com isto o camarada Amazonas quer demonstrar que a atual linha política é de ilusões na burguesia e de subordinação aos seus interesses.

Mas o que as Teses afirmam (veja-se a tese 31) é que a luta para alcançar modificações na composição e na política do atual governo assume e tende a assumir cada vez mais o caráter de luta por um governo de coligação nacionalista e democrático. Trata-se, portanto, da pressão de massas para obter um determinado tipo de governo (um governo nacionalista e democrático) e não do reforçamento do setor burguês do governo, como o camarada Amazonas interpreta erradamente.

Diz também o camarada Amazonas, atribuindo à linha atual o que a ela não pertence, que é por meio de acumulação de reformas e através da conquista de modificações na composição e na política do governo que iremos nos aproximando das transformações radicais desta etapa da revolução.

Com isto o camarada Amazonas quer demonstrar que a atual linha nada tem de revolucionária, limitando-se a reformas.

As Teses, porém, referem-se (veja-se a tese 25) a que nossa revolução deve ser democrático-burguesa de novo tipo, parte integrante da revolução socialista mundial. E para isto (prosegue a tese 25) é indispensável a hegemonia do proletariado na frente revolucionária e a conquista da do um poder das forças democráticas e antiféudais sob a direção do proletariado.

Além do mais, as Teses mostram (veja-se a tese 33) que, sob a pressão das ações independentes das massas e diante da necessidade de medidas mais concen-

qüentes contra o inimigo principal da Nação, um governo nacionalista e democrático levará a uma nova correlação de forças. Esta permitirá completar, com um poder das forças antimperialistas e antiféudais, sob a direção do proletariado, as transformações revolucionárias necessárias na atual etapa histórica. Não se trata, portanto, de que iremos nos aproximando espontânea e gradativamente das transformações radicais. Trata-se de uma nova correlação de forças, que permita dar o salto de qualidade.

Em seu artigo intitulado «A linha atual e as reformas», o camarada Amazonas admite a luta pelas reformas. E acrescenta: esta luta é para ajudar o povo a ir compreendendo que é preciso mudar o regime. Alcançar este objetivo todos nós o desejamos. Mas no passado só vimos como única saída a derrubada violenta do governo, sempre considerado por nós como de «tração nacional». Daí porque nossa atividade principal consistia em realizar campanhas, muitas delas patrióticas, mas levadas à prática sob forma de agitação. Nosso objetivo era radicalizá-las para levar o povo a compreender a necessidade de derrubar o governo. Citando em seu artigo o monopólio estatal da exploração do petróleo, o camarada Amazonas revela manter até hoje sobre este assunto a mesma compreensão do passado. Pelos mesmos motivos, lançamos a palavra de ordem «eleições não resolvem» e alimentamos na prática o abstencionismo. Sofremos, por isso, sucessivas derrotas eleitorais, entre as quais sobressai a eleição de Getúlio em 1950 a despeito de termos mandado votar em branco.

A maneira correta de encarar as reformas, entretanto, não é tomá-las como motivo de agitação pura e simples para levar as massas à compreensão de que o governo deve ser derrubado. Trata-se de formular de modo correto (veja-se a tese 35) a solução positiva para cada problema concreto e torná-la vitoriosa. E' agindo assim que a classe operária e o seu partido de vanguarda mostrarão a capacidade de orientar todo o povo na luta pela solução atual dos mais variados problemas do seu interesse. Desta forma afirmaram seu caráter de força mais consistente do movimento revolucionário, infundirão confiança às massas, acumularão forças e ganharão a hegemonia, sem a qual a revolução não alcançará a vitória. Desta maneira a linha atual não foge aos princípios revolucionários, pois segue o ensinamento do marxismo-leninismo de que devemos apontar as massas o que têm de fazer hoje (vejam bem, hoje) para defender-se a si e a seus direitos e reivindicações. A esse respeito já assinalava Dimitroff que o nosso dever revolucionário é saber encontrar palavras de ordem e apontar formas de luta que se originem das necessidades vitais das massas, do nível de sua capacidade de luta em cada etapa de seu desenvolvimento.

É impossível, pois, aceitar, como pretende o camarada Amazonas, que a linha atual seja a única saída e a descrença na revolução.

AMÉLIO MARQUES GUIMARÃES

A Declaração e as Teses: Fator de Luta

Este artigo tem como objetivo cumprir um dever de comunista e de operário, pois como trabalhador que sou, desprovido dos recursos da retórica, não poderia enriquecer os debates, mas sim, ajudar a objetivar as TESES do ponto de vista de sua aplicação.

Quero unicamente dar opinião sobre as TESES e mostrar a importância da DECLARAÇÃO de 1958.

Acho que em Minas, depois do XX Congresso, houve um esforço de nossa parte no sentido de encontrarmos o caminho para a solução dos problemas brasileiros e, mais especialmente mineiros, de acordo com os interesses da classe operária e de nosso povo.

Procuramos em nosso Estado, ouvir e debater todos os problemas, estudarmos a realidade mineira, as tradições de nosso povo e o seu desenvolvimento. Partindo desses princípios, foi que pudemos dar a nossa pequena contribuição para o surgimento da DECLARAÇÃO DE 1958.

Em 1957 o trabalho por nós apresentado, naqueles debates, sofreu por parte de alguns camaradas, que hoje são contrários as TESES, críticas severas e tacharam-nos de direitistas e oportunistas.

O que penso é o seguinte: A DECLARAÇÃO ajudou ou não, ao Partido como ao nosso povo? Penso que sim, pois o Partido sofreu um impacto tremendo depois de 1958 e graças a declaração está restabelecendo-se, julgo mesmo, que estamos hoje mais forte do que antes, mais ligados às massas.

A DECLARAÇÃO abriu para todos nós, uma nova era de luta e de trabalho, nos deu mais perspectivas e foi um fator para quebrar o nosso sectarismo e o nosso isolamento das massas.

Temos pois de partir de que quem faz a história não são os Reis, Príncipes ou heróis, mas sim as grandes massas.

Se quem faz a história são as massas, estou convencido de que a Declaração procurou buscar este caminho e em Minas Gerais ela muito nos tem ajudado.

Teoricamente, acho que a Declaração de 1958 era relativamente justa, mas, a comprovação da teoria é a prática. Procuramos ainda que com debilidades, pô-la em prática e os resultados são altamente positivos, os exemplos são claros e inofensáveis. A nossa atuação no movimento nacionalista cresce dia a dia. O movimento sindical hoje em Minas é muito mais forte e já começa a tomar posição, luta mesmo não só pelas reivindicações econômicas imediatas, mas já toma parte ativa na frente única nacionalista e democrática, a exemplo da luta dos sindicatos contra o acordo da Hanna Corporation, realizando comícios e assembleias, etc.

A Declaração nos ajudou muito a conhecer melhor o nosso povo, e não impor às massas o nosso ponto de vista, mas ganhá-las para os mesmos. O que sinto é que, se não demos passos mais avançados foi somente porque nem todos compreenderam e trabalharam para que a mesma fosse aplicada, mas onde se trabalhou, demos passos seguros para a frente.

Com relação às TESES, reconhecemos que houve um esforço do CC. em oferecer para debates um documento sério e baseado na realidade brasileira, isso não quer dizer que é um documento acabado e perfeito. Achei que um dos defeitos das Teses é de ser um pouco volumosa e que para os operários é de difícil leitura e tem-se dificuldade em estudá-la. Acho que deve ser mais concreta e menos volumosa. Achei que não tem razão de ser dos

opositores das Teses, quando dizem de que as mesmas estão encandoando o capitalismo, pois, não se trata de encandoamento, as Teses colocam no lugar o capitalismo, pois, mostra que o desenvolvimento do Brasil não é independente, mostra claramente as contradições existentes e como superá-las, para fazer avançar o movimento democrático e nacionalista. As Teses colocam não só os objetivos imediatos como finais da nossa luta. Achei que não deve haver tanto retratamento e preocupação por parte de alguns camaradas, que queiram palavras e não fatos concretos, pois julgo que o que faz levar a luta para a frente não são palavras de esquerda e sectária, mas sim, nossa atividade diária, junto às massas, auscultando-as, aprendendo com elas, ensinando-as e ajudando-as a resolver os seus problemas. Também os velhos métodos de atuação estão quase todos superados; imposição não resolve, uma vez que não serão aceitos pelos comunistas e muito menos pelas massas. As Teses levantam com bastante clareza que o que resolve é o trabalho de massa.

A Frente Única será uma realidade, se levarmos a que as massas e especialmente a classe operária tome cada vez mais posições concretas e combativas, e, somente assim ela ocupará o lugar que lhe cabe na frente única. A hegemonia não se impõe, conquista-se. Para conquistá-la é preciso trabalho, abnegação, persistência e espírito de sacrifício. Não precisamos de ter receio em participar na Frente Única com os capitalistas e setores de latifundiários, pois sabemos ali onde eles vão, são simplesmente companheiros de viagem, nós vamos mais além, mas devemos de conter as contradições entre o imperialismo norte-americano e as forças que compõem a Frente Única, e levá-las à luta; por outro lado a classe operária sabe muito bem quem são os seus amigos e seus inimigos, ela sabe se defender; a nós cabe educá-las e elevar cada vez mais alto a sua missão na sociedade.

Tudo devemos fazer para que não haja divisão na classe ao participarmos na frente única, a vigilância de classe é uma necessidade. As Teses indicam que a solução final para o povo brasileiro é o socialismo. Nada temos a temer, pois, o que caracteriza a nossa época é a transição do capitalismo ao socialismo e nada mais. O pior inimigo atualmente entre nós são: o sectarismo e dogmatismo.

O Sectarismo que nos leva a isolar-nos das massas e nos transforma em uma seta, como seres iluminados que tudo sabe e nada faz. O dogmatismo que não deixa enxergar a realidade, que nos cega e a que nos transforma em verdadeiros Dom Quixotes, que nos leva a raciocinar como raciocina a galinha; este dogmatismo que nos leva a bater com a verruna no prego e estragar todo um trabalho de anos e anos. Terminando estas linhas, não com o intuito de dizer amená a tudo que surge, não para contrariar a quem quer que seja, mas unicamente por julgar que é dever de todos contribuir com o que puder para que os debates possam de fato dar ao nosso povo um programa real e que mais se aproxime da verdade.

Saúdo aos companheiros da direção nacional por ter colocado em debates, as Teses e estou em geral com as mesmas.

Tenho a certeza de que o Partido sairá mais fortalecido e mais preparado para ajudar a luta do povo brasileiro.

AMÉLIO MARQUES GUIMARÃES

H. MACEDO

Alguns Aspectos do Papel da Burguesia na Revolução Brasileira (IV)

A associação dos latifundiários e burguesia, como classes, no Estado lhe imprime caráter contraditório e condiciona sua política hesitante. É uma associação sacudida pelas contradições entre as duas classes. A instável correlação de forças dentro do Governo reflete-se em sua política diária que oscila cedendo ora à burguesia ou a uma de suas tendências, ora à pressão dos senhores de terra.

As novas formas de atuação e organização social não modificam o caráter de classe da burguesia nem do Estado como elemento de ditadura de classe. O conteúdo antimperialista de certas iniciativas burguesas não altera seu caráter de classe exploradora nem elimina ou supera a luta de classes na sociedade brasileira. (23)

(23) É de todo o interesse da burguesia apresentar o nacionalismo como doutrina unificadora das classes sociais. Isto, porém, não altera a existência e ação da fundamental contradição burguesia-proletariado, que vem à tona sempre que a burguesia tenta formular ou realizar uma política para a qual, necessariamente, tem que ampliar sua exploração sobre as massas trabalhadoras. Comentando as lutas por aumentos salariais dos trabalhadores assim se exprime a Confederação Nacional de Indústrias em editorial de sua nacionalista revista Desenvolvimento e Conjuntura (II, 12): «Conseqüentemente, aumentos de salários que comprometem os níveis de investimentos constituem, na melhor das hipóteses, a obtenção de uma pequena vantagem imediata, ao preço de enormes prejuízos futuros. E, portanto, necessário que a política trabalhista brasileira seja condicionada à necessidade preservar a taxa de investimentos. É urgente que se compreenda o fato elementar de que a margem de lucros constitui, em um país capitalista, a base principal dos novos investimentos e não deve, portanto, ser reduzida indiscriminadamente.»

futura organização socialista. A concentração de empreendimentos em mãos do aparelho estatal, a elaboração e introdução de elementos de organização planificada na produção, são fatores que podem contribuir, positivamente, para a instauração do socialismo no país. (24)

(24) A este propósito seria interessante analisar até que ponto foi refutada pelo desenvolvimento social a conhecida tese de Stalin sobre a «ausência total ou quase total de formas plasmadas de sistema socialista» antes da realização de uma revolução proletária em um determinado país (Stalin, J. — Questões del Leninismo, 144, Moscú, 1947). Nesta tese, como muitas vezes, Stalin esquematizava uma afirmação de Lenin elevando-a à posição de diferença fundamental entre a revolução proletária e a revolução capitalista.

No terreno internacional os novos Estados capitalistas procuram utilizar as condições gerais da política mundial para fortalecer suas posições. Surgem, daí, movimentos de significação ponderável como o da organização do chamado bloco da Terceira Força, dos neutralistas. Evidentemente tal bloco ainda é muito heterogêneo para ser caracterizado como um bloco da burguesia. Um traço comum aos seus membros mais conspícuos, porém, é o de aproximarem, pelo menos táctica e temporariamente, as divergências entre os Estados Unidos e União Soviética em benefício do desenvolvimento de relações de produção de tipo capitalista. É o que ocorre em países tão diferentes como Egito e Índia, por exemplo.

Na América Latina as possibilidades concretas de utilização dos recursos do campo socialista ainda estão em nível baixo como o indicam as pequenas e dificultosas transações comerciais dos países que com ele mantêm relações. Por isso mesmo as possibilidades de formulação e realização de uma política externa independente e de neutralidade para os países latino-americanos esbarra em dificuldades extremamente grandes.

As recentes manobras da burguesia brasileira em torno da O.P.A. mostram como os grupos governamentais brasileiros já sentem a necessidade de formularem uma política externa autônoma apesar de pró-americana. E neste sentido adotam, abertamente, o caminho de reivindicar a liderança política da América Latina para unificá-lo em bloco internacional análogo ao ázio-africano. O elemento novo contido na O.P.A. é menos o do estabelecimento de um plano de fomento econômico para os países atrasados da América do que o do aparecimento de um embrião de política internacional agressiva típica de uma burguesia que já sente apoiada em sólida base econômica interna.

A política da burguesia no Brasil e a classe operária

Ideologicamente a burguesia brasileira, como classe, desencadeia ferozmente uma ofensiva para aglutinar as forças sociais em torno de suas posições. Esta ofensiva encontra sua expressão mais ativa (nem sempre mais clara ou consciente) nos grupos que tentam formular o que denominam a teoria da revolução brasileira. (25)

(25) Entre tais grupos são importantes: a Escola Superior da Guerra, tentando influir o pensamento das chamadas elites civis e militares. O ISEB com ambicioso programa de formulação da política nacional-burguesa. Apesar da confusão ideológica que caracteriza a sua produção não é para desprezar a influência que já exerce, inclusive sobre amplos setores da esquerda.

Politicamente a iniciativa está nas mãos da burguesia. Para suas posições levou a maioria das massas trabalhadoras das cidades às quais falta uma clara perspectiva oferecida por qualquer outra corrente. Conquistou o apoio da pequena-burguesia e prepara-se para modificar a estrutura agrária. No plano internacional tenta lançar-se como líder do bloco latino-americano. Seria um erro encerrar a burguesia brasileira

como classe incapaz inoperante e ausente da política, só tomando posições quando a pressão dos acontecimentos a obriga. (26)

(26) Não há negar que tal concepção — ainda predominante ou muito influente nos círculos de esquerda mais radical — tem conduzido a resultados desastrosos para a política da classe operária. A substituição do adversário tem como consequência, imediata e inevitável, o abandono do terreno da luta às forças do inimigo. A experiência brasileira é cheia de exemplos da capacidade ofensiva da burguesia e de sua habilidade de manobra: ofensiva contra o P.C.B. em 1946, cassação dos mandatos, reação do período Dutra, controle trabalhista nos sindicatos por intermédio do P.T.B. getulista, desenvolvimentismo de Juscelino.

A ascensão da burguesia ao poder e sua consolidação nas posições de controle da máquina estatal é acompanhada por fortes desentendimentos internos resultantes da acirrada luta de grupos pela conquista do mando político. Parte desta luta reflete-se na utilização da mais desenfreada demagogia nacionalista para a conquista das massas.

Diante disso a posição da classe operária brasileira poderia ser decisiva. Não o é ainda. A ela interessa a libertação do imperialismo, a realização da revolução nacional, a efetivação da revolução democrático-burguesa. Seus interesses vão, entretanto, muito mais longe, chegam à implantação do socialismo e do comunismo.

Até hoje fatores diferentes têm impedido que a classe operária conquise a iniciativa política e influencie, ponderavelmente, o desenvolvimento da revolução nacional. Entr. tais fatores é importante a profunda influência burguesa sobre a classe operária, traduzida nas concepções do paternalismo getulista-trabalhista. Os quinze anos de ditadura do Estado Novo permitiram que o getulismo penetrasse profundamente na classe operária e se manifestasse, até hoje, como a concepção predominante entre os trabalhadores. A inexistência de uma tradição socialista operante no

país, a falta de um pensamento marxista significativo, determinam a inexistência de oposição às ideias do getulismo. Na prática este quase não encontra adversário ideológico.

Assim o movimento sindical criou força e deixou raízes sob a égide da burguesia. Até hoje esta controla e utiliza a maior parcela do proletariado brasileiro em benefício de sua própria política de classe. Vale a pena citar, ainda uma vez, o burguês sr. H. Jaguaribe, para caracterizar a consciência de classe de um amplo e influente setor da burguesia: «No regime vigente, que é o capitalismo possível nas condições de nosso tempo e do nosso país, abre-se à burguesia brasileira a oportunidade histórica de promover o desenvolvimento econômico-social do país. E faz-se mister que a burguesia brasileira logre conquistar a liderança das demais classes sociais, mobilizando os setores dinâmicos da classe média e do proletariado no sentido de nossa transformação econômico-social, conduzindo à rápida liquidação de todas as formas de privilégios e parasitismo que mantêm vigentes a política de clientela e o Estado Cartorial.» (27)

(27) Jaguaribe, H. — O Nacionalismo na Atualidade Brasileira, 99, Rio, 1959.

Ninguém poderá deixar de ver, nesse pronunciamento a evidente consciência da burguesia que procura conquistar a liderança da classe operária para utilizá-la como instrumento de ação contra os senhores de terra (pontos de apoio do Estado cartorial) que entram o desenvolvimento das relações de produção capitalistas.

A política da classe operária

Não é propósito deste artigo indicar ou tentar indicar os elementos básicos da política que convém à classe operária. Para isto, é evidente, outras variáveis socio-econômicas devem ser analisadas e não apenas o problema da burguesia. Algumas conclusões gerais podem, porém, ser apontadas. Esquematizando-as, apenas com o intuito de dei-

xá-las fixadas sem tentar aprofundá-las:

- 1) Diante da possibilidade de duas linhas para a revolução brasileira (entendida em seu sentido mais amplo) seria um erro identificar os interesses da classe operária com os interesses de todo o povo. Submeter as reivindicações específicas da classe operária em reivindicações gerais da nação, partir apenas da contradição nacional e esquecer ou subestimar as contradições de classe, é, sem dúvida, abandonar um aspecto essencial do marxismo.
- 2) Daí decorre que é necessário, diante de cada problema político, diante de cada acontecimento econômico, diante de cada acontecimento social, ter bem presente que a luta de classes não cessou no país, nem pode estar subordinada em qualquer hipótese à contradição nacional. Uma política conseqüente da classe operária apontará, em cada caso, a solução que convém aos trabalhadores, colocando em toda nítidez em contraposição aos interesses da burguesia.
- 3) Com esta posição de classe a participação na revolução nacional poderá modificar seu conteúdo levando-a a superar seu caráter democrático-burguês. Isto será conseguido na medida em que a classe operária for conquistando soluções concretas para os problemas políticos e econômicos e que favoreçam sua posição de classe.
- 4) Finalmente e com certeza em primeiro lugar de importância, a classe operária não poderá cumprir esta histórica tarefa se não tiver consciência de seus interesses de classe e de sua missão como classe social. A criação desta consciência — isto é, a criação da consciência socialista para a classe operária brasileira — é o problema agudo que se coloca diante das forças de esquerda no Brasil. Evitá-lo, reduzi-lo às condições de problema secundário, é condenar inexoravelmente a classe operária brasileira à condição de classe dirigida politicamente pela burguesia e incapaz de influenciar os destinos da nação. Enquanto não houver uma consciência operária marxista, enquanto o socialismo não deixar de ser uma simples palavra para se tornar uma doutrina profundamente enraizada na classe operária brasileira, os trabalhos continuaram a ser um instrumento da burguesia, e como classe jamais dirigirão a política do país.

Tribuna de Debate

Não há dúvida que é importante a questão da luta pela paz. Estamos, porém, com 12 números de *Novos Rumos* publicados com a *Tribuna de Debates*, 12 vezes 7 são 84, são pois 84 dias de corridos e as mais altas patentes ainda não se resolveram a tratar do assunto. O soldado dá então seu passo à frente e levanta a questão.

Não se pode dizer que as Teses não alertem o povo brasileiro sobre a importância da luta pela paz.

Está lá na tese 4: «A luta pela paz, tarefa primordial de todos os povos, tem condições para ser plenamente vitoriosa, desde que todas as forças contrárias à guerra permaneçam vigilantes e mobilizadas, atuem unidas e elevem sua atividade».

Destaca-se a importância, é certo, (tarefa primordial de todos os povos) mas é certo também que o assunto é tratado de um modo muito vago.

Quando, no capítulo VII, as Teses se referem a uma política de soluções nacionalistas e democráticas, que coube à luta pela paz?

— O reatamento de relações diplomáticas com a União Soviética e a normalização das relações com todos os demais países socialistas, inclusive o reconhecimento da República Popular da China.

— Na O. N. U. e nas assembleias internacionais, as delegações brasileiras devem tomar posição a favor das propostas que visem à salvaguarda da causa da paz.

Devemos convir que são metas importantes essas, serão grandes passos no caminho da paz se conquistados pelo povo brasileiro, mas, por outro lado, são tarefas deficientes quando se considera a luta pela paz no mundo de nossos dias.

A primeira deficiência, a mais grave em nossa opinião, é deixar de dar o necessário relevo ao nosso decidido apoio ao Conselho Mundial da Paz.

Isso não aconteceu por acaso. Se bem que os mais importantes documentos comunistas de nossa época se referem com destaque ao Conselho Mundial da Paz, e reconhecem o seu importante significado, no nosso Partido existe uma subestimação do seu papel e, em certos setores, uma não pequena má vontade em relação a ele.

Al está um assunto que precisamos aprofundar.

Outra deficiência está em que não se faz referência a outras possibilidades de luta cotidiana pela paz. E elas existem, sem dúvida.

Entre essas está uma que devemos citar imediatamente. Trata-se da convicção dos militantes partidários da paz em nosso país de que as lutas pela independência nacional, contra o colonialismo e o imperialismo, são, ao mesmo tempo, lutas pela paz mundial. Essa tese é de grande importância para nós, principalmente por nos ligar a esse imenso campo, hoje em borborinho, dos países subdesenvolvidos da Ásia e da África e a todos os nossos subdesenvolvidos irmãos da América Latina.

Já sabemos que os partidos comunistas existem para lutar pela paz, pois lutam pelo socialismo. O mundo socialista será necessariamente o mundo da paz.

Enquanto não alcançamos esse mundo, há uma série enorme de tarefas intermediárias que podem nos trazer a paz antes do socialismo.

Como são tarefas de paz, são encargos de um modo geral, dos comunistas. Os comunistas precisam, pois, conhecê-las bem, isto é, conhecer os seus fundamentos ideológicos, para executá-las na prática com firmeza.

Como são tarefas de paz — e a paz é defendida também por muitas e muitas pessoas de todas as classes e camadas sociais — essas tarefas tornam-se tarefas que possibilitam realmente uma frente única de massas para sua realização.

Cremos que isso seja uma constatação teórica certa.

Mas o diabo é que nem a nova linha da Declaração de março de 1958, que tanto tem ajudado o Partido na sua ação de massas, conseguiu injetar um

MILTON ELOY (Estado da Guanabara)

O importante Problema da Luta Pela Paz

sangue novo mas importantes ações de defesa da paz.

E' verdade que, de quando em vez, se tem tentado uma sacudidelha... Mas há sempre — ou tem havido sempre — um assunto de ordem superior e imediato que faz com que se atrase as sérias questões da luta pela paz.

Muitos camaradas esqueceram da sua existência. Outros, quando nos referimos a elas, tratam-nas como a um morto. Terceiros, procuram ridicularizá-las.

E' claro que não estamos exagerando e essas concepções são verdadeiras, existem no Partido.

Há de dizer-se que esse não é o ponto de vista da direção. Acreditamos.

Mas a quem cabe a maior culpa, senão à direção, por noções tão errôneas existentes no Partido?

Por outro lado, são responsáveis pelo problema da paz, que fazem eles que não chamam a atenção da direção e não exigem uma discussão mais séria sobre o assunto?

Talvez nós sejamos um desses responsáveis. Nesse caso, crítica também nos cabe por não termos ajudado a encontrar uma solução. E não fugimos dela.

Estamos preocupados porém, e procuramos fazer com que a questão não seja por demais prolongada.

Eis porque aqui estamos a trazer nossa contribuição.

Veremos, primeiramente, quais as tarefas que podem ser consideradas de paz nos dias de hoje.

Destacamos as seguintes:

— Luta pela coexistência pacífica entre os campos do socialismo e do capitalismo.

— Apoio às lutas de emancipação nacional das colônias, semicolônias ou países subdesenvolvidos.

— Luta contra as armas nucleares.

— Luta pelo desarmamento.

— Apoio e solidariedade aos partidários da paz perseguidos em qualquer país do mundo.

— Apoio ao Conselho Mundial da Paz e a todas as organizações que visem ao estabelecimento da paz entre os povos.

Alguns desses pontos contêm um sem-número de ações que lhes são subordinadas.

Na luta pela coexistência pacífica entre os campos socialista e capitalista podemos destacar, em primeiro plano, a luta pela compreensão teórica dessa possibilidade em face da correlação de forças hoje existentes. Os debates têm demonstrado que ainda há muito que trabalhar nesse sentido para ganhar todo o Partido. Imaginemos para ganhar todo o povo.

Também não podemos incluir os trabalhos diversos de intercâmbio, abrangendo os seus vários setores especializados, tais como o cultural, o artístico, o econômico e o esportivo.

Al podem ter posição de destaque as associações ou institutos de relações com os países do campo socialista.

O papel que essas associações vêm desenvolvendo, umas mais eficientemente, outras menos, tem sido de grande valia para o fortalecimento da coexistência pacífica.

E cremos que podem produzir mais. Outro ponto que tem sido descurado entre nós é o das comemorações dos Aniversários Culturais, patrocinados pelo Conselho Mundial da Paz. São celebrações de aniversários de nascimento ou de morte de figuras expoentes da cultura humana. Quantos atos, quantas

festas culturais em homenagem a escritores, músicos, pintores, etc., repletas de humanismo e de amor à cultura dos povos estamos deixando de realizar! Seriam puros atos de paz, na sua mais ampla significação.

Ou será que temos o desejo de abarcar o mundo com as pernas?

Um assunto relativamente novo como tarefa de paz — e por isso ainda há entre nós algumas incompreensões sobre ele — é o do apoio às lutas de emancipação nacional das colônias, semicolônias ou países subdesenvolvidos.

O trabalho praticamente começou a ser notado com os cinco princípios do Pan-Shila, estabelecidos entre os países da Ásia e depois continuou o seu fortalecimento em Bandung. Daí para cá não tem feito senão crescer.

Era preciso ver-se, como tivemos oportunidade de ver no Congresso Internacional de Desarmamento e a Cooperação Internacional, realizado em Estocolmo, em julho de 1958, que forças grandiosas de paz representam os lutadores pela independência nacional dos povos subdesenvolvidos dos países da Ásia e da África. E não é exagero agregar a eles os povos da América Latina.

Até hoje guardo daquele Congresso uma impressão política que pode ser traduzida pelas seguintes palavras de Pierre Cot, político independente francês, ao analisá-lo:

«A importância da participação desses países da Ásia, da África e da América Latina não é por acaso. Ela mostra claramente que o centro da vida internacional se deslocou e se modificou. Ela indica também que, daqui para diante, os elementos não somente os mais numerosos, mas os mais dinâmicos e os mais operosos da batalha pela paz já não estão nas velhas nações ocidentais.»

Como não meditarmos sobre essas palavras nos dias de hoje, julho de 1960, quando, além dos movimentos de massa da Turquia e do Japão, o problema cubano enche as manchetes dos jornais todos os dias e coloca a pequena nação das Antilhas entre as heróicas lutadoras pela paz e por sua independência?

Isso não citando os povos de todos os recantos da África, que procuram seus próprios caminhos de emancipação nacional.

Dentro desse quadro, o que é importante compreender não é apenas que haja luta pela independência nos países subdesenvolvidos, mas que a situação internacional de hoje permite que essas lutas se tornem vitoriosas (grifamos).

A bravura do povo cubano não mais poderá ser esmagada pelo imperialismo lanque, ou por outros imperialismos, como já não o foi a bravura do povo egípcio lutando por sua soberania, em 1958!

Essa luta pode, no entanto, ter características próprias em nosso país, onde a Operação Pan-Americana deu os primeiros passos pelo nosso desenvolvimento em conjunto na América Latina.

Podemos compreender que tornar a OPA uma operação independente da submissão ao imperialismo americano é realizar um grande trabalho de paz no nosso continente.

A luta contra as armas nucleares é hoje uma reivindicação de todos os povos. Seria uma injustiça não reconhecermos o destacado papel que desempenhou nessa tarefa o Conselho Mundial da Paz.

Mas ainda há muito o que fazer. Explicações científicas, intercâmbio com as organizações japonesas — que são indiscutivelmente as líderes nacionais do movimento em todo o mundo — conferências de físicos, médicos, medições da radioatividade em nosso país, são apenas alguns exemplos.

A luta pelo desarmamento também é de grande receptividade para as grandes massas. A explicação sucinta das propostas desarmamentistas, com os esclarecimentos de quem as faz e quem as boicota, a fácil demonstração dos rios de dinheiro gastos com o armamento, comparando-se com a sua possível utilização prática em benefício dos povos, a propaganda dos efeitos catastróficos causados pelas armas modernas e os horrores que as mesmas podem provocar, são trabalhos de paz de não difícil execução.

A defesa da paz é um movimento de solidariedade humana e entre as suas tarefas não se pode deixar de incluir a solidariedade a todos os sacrificados por essa luta. A solidariedade aos partidários da paz perseguidos pelos interessados na guerra é um trabalho de paz de alto valor, que não pode deixar de existir.

Podemos os partidários da paz no Brasil deixar de manter a sua ligação internacional com os partidários da paz de todos os países, para melhor organizar o movimento, dar-lhe um sentido único e reforçá-lo mundialmente?

Pensamos que não, e essa ligação só poderá continuar a ser feita com o Conselho Mundial da Paz, movimento organizado que tem mais de 10 anos de grande experiência e que já comandou vitoriosas batalhas.

O Conselho Mundial da Paz, porém, não trabalha isolado. Participa de um movimento de paz que reúne inúmeros agrupamentos, dentre os quais o Conselho Japonês contra as bombas A e H, o Agrupamento Independente Norueguês, os Quakers e outros movimentos pela não violência, o Movimento contra a morte atômica, na Alemanha, a Internacional dos Resistentes à Guerra, o Comitê por uma política nuclear sensata, dos Estados Unidos e o Comitê de Solidariedade Afro-Asiática.

Estreitamente ligado ao Conselho Mundial da Paz trabalha no Brasil o Movimento Brasileiro dos Partidários da Paz que, justiça se faça aos que nele militam, vem mantendo a sua sede aberta e procurando realizar as principais tarefas que lhe são atribuídas.

Não há outras associações específicas de luta pela paz em nosso país, mas sempre há entidades que se dedicam à defesa da paz e com as quais se pode realizar algum trabalho. As

Igrejas — Católica e Protestante — não como um todo, mas em setores, trabalham muito vez pela paz. A Associação dos Ex-Combatentes do Brasil defende sempre a paz em seus pronunciamentos. A Igreja Positivista luta pela paz e tem feito atos de paz em colaboração com o Movimento.

Os sindicatos de trabalhadores e a União Nacional dos Estudantes não compreendem o problema da defesa da

paz como seria de desejar. Os intelectuais isoladamente, ou por suas associações, muito menos.

As mulheres, que têm uma tradição de luta pela paz em nosso país, não têm realizado trabalho nesse sentido, nos últimos tempos.

No Parlamento, muitas vezes isoladas e muitos grupos de deputados e senadores têm realizado manifestações a favor da paz mundial. Não é peque-

no o número de deputados que têm comparecido às reuniões do Conselho Mundial da Paz e com ele têm colaborado. Outros colaboram para a paz mundial por suas próprias convicções e de modo independente.

Procuramos trazer essa argumentação ao debate por dois motivos principais: o primeiro — e já falamos dele anteriormente — porque achamos que temos alguma responsabilidade (por pequena que seja) em relação ao problema, perante o Partido e, ainda, pela importância que damos ao assunto; segundo, porque desejamos evitar que o problema da luta pela paz — tarefa primordial para todos os povos, como dizem acertadamente as Teses — passasse em branco numa discussão como essa, de rara oportunidade.

O prazo para os debates das Teses está se esgotando e achamos muito justo que se tenha algum tempo para as importantes questões da luta pela paz.

Rio, 10 de julho de 1960.

Milton Eloy

PAULO DERENGO (Porto Alegre, R. G. do Sul)

As Contradições e a Hegemonia

O debate que se trava no Partido, começa a se desenvolver e a tomar vida. A medida em que ele se desenvolve, mais nos aproximamos da verdade e da linha mais justa. No decorrer do debate, aprendemos, reformulamos, estudamos. Um exemplo disto é que num artigo intitulado «As Teses e os Jovens no Partido» (INR 1-7-60) fiz uma formulação (Contradição entre a Nação e o imperialismo yankee), que há necessidade de ser corrigida.

Analisando a sociedade brasileira nos seus diversos e complexos aspectos, devemos procurar estudar as contradições em que nos debatemos, e mediante a solução marxista destas contradições abrir caminho para a revolução socialista, para a ditadura do proletariado e para a sociedade sem classes.

Não é justo que se formule que haja uma contradição entre a Nação e o imperialismo yankee. Não é justo, porque a Nação não é algo acima das classes sociais. A Nação é constituída por várias classes e diversas camadas sociais. A classe dos latifundiários e os setores da burguesia aliada ao capital colonizador, não possuem a mínima contradição com o imperialismo yankee. Pelo contrário, são os sustentáculos internos e os agentes do capitalismo internacional, e o defendem com unhas e dentes.

O problema nacional não pode ser dissociado do problema agrário, nem das demais contradições, como a contradição que existe entre o proletariado e a burguesia, que é uma contradição antagonica entre explorados e exploradores.

No Brasil, todos reconhecem que grandes setores das classes dominantes vêm se aliando ao imperialismo para oprimir as massas, e quando tal acontece é Mao Tse-Tung quem nos ensina que as contradições internas se exacerbam. Temos que compreender as contradições como interligadas e interdependentes. Da solução de uma contradição já passamos a enfrentar a outra, nunca perdendo de vista a anterior nem a seguinte. O processo revolucionário, do qual nós somos vanguarda, só irá avançar se retrocessos nem atrasos se sobrepuserem a esta verdade marxista às condições peculiares brasileiras.

Verificamos então que em cada momento é preciso somar forças para ganhar a luta, e analisando desde já todos os caminhos que se possam apresentar à revolução. No Brasil, observamos que no momento atual, as contradições que exigem solução imediata e radical são: a contradição entre as classes progressistas e imperialismo norte-americano, e a contradição agrária.

A revolução, na atual etapa, é:

- a) Nacionalista: pois deve unir as forças patrióticas das diversas classes e camadas progressistas da sociedade brasileira contra o inimigo comum dos povos que é o imperialismo norte-americano.
- b) Democrática, pois no decorrer do processo revolucionário, irão se acumulando as modificações democráticas que permitirão melhor nos organizarmos para passarmos da fase quantitativa em fase de transformação qualitativa.
- c) Antifeudal, pois é no monopólio da terra que reside o principal sustentáculo do imperialismo norte-americano e ao mesmo tempo o principal fator de atraso de fome e de miséria de nosso povo. A solução da contradição entre as forças produtivas e o monopólio da terra exige solução radical. Sem esta solução as outras não virão ou serão adiadas. E' no campo que reside o aliado natural da classe operária. E' na base da aliança operário-camponesa que as revoluções eclodem e vão avançar no mundo atual. A aliança operário-camponesa é o fator que permitirá ao proletariado conseguir a hegemonia no processo de luta e transformar a revolução nacional em revolução socialista e popular que é o objetivo supremo dos partidos comunistas e do proletariado de todos os países.

é uma necessidade para a vitória. O proletariado luta é pelo socialismo e pela vitória completa da revolução. Mas para isto necessitamos de um poder das forças antimperialistas e antifeudais. Entretanto, à burguesia interessa mais a satisfação das reivindicações antimperialistas e para alcançar isto ela deseja exercer sua hegemonia. Se isto acontecer, duras serão as lutas para resolver entre a classe operária explorada e a burguesia exploradora.

A hegemonia do proletariado só será alcançada na medida em que for ganha para a nossa influência, para a luta contra os latifundiários e portanto para a luta antimperialista, as grandes massas trabalhadoras do campo. A burguesia é inconsequente pela própria natureza, o que não significa que devemos romper as alianças com ela. Devemos encontrar em cada momento as formas corretas de luta. Temos que eliminar os erros sectários dentro da frente única e devemos combater a atitude reboquista que não leva em conta a existência de contradições dentro da frente única e o caráter inconsequente da burguesia.

Devemos reforçar e procurar aumentar a aliança operário-camponesa e assim conquistar a hegemonia da revolução para a classe operária. Esta aliança deve ser levada a sério e o Partido deve

atuar mais no campo. Uma das melhores maneiras de fazê-lo é levantar a bandeira da Reforma Agrária que se transforme em poderosa arma na mão dos próprios camponeses. Os métodos de luta é que deverão variar de região para região, conforme as características. A Reforma Agrária que o Partido revolucionário deve levar aos espaldos do campo não pode se limitar a poéticas medidas de superestrutura, mas deve golpear a fundo o latifúndio trazendo para o nosso lado milhões e milhões de camponeses que ainda hoje estão submetidos à brutal exploração do homem pelo homem. Isto antes que algum barbudo ou algum ilustre prelado o faça. E nisto as Teses deveriam ter sido mais objetivas.

Finalmente uma opinião de Mao Tse-Tung na sua obra «Sobre a Contradição»: «Quando dois exércitos travam uma luta, um resulta vencedor, e outro vencido: a vitória de um e a derrota do outro são determinadas por causas internas. Um é o vencedor, seja por sua potência superior ou por seu justo comando; o outro é derrotado, seja por sua debilidade ou por seu comando incompetente. As causas externas agem através das causas internas.»

Paulo Derengo  
P. A. (RS), julho de 1960

E. R. LEDA (Geará)

Sobre a Violação Dos Princípios Leninistas de Organização do Partido

Parece-me haver sido insuficiente e mal orientada a luta ideológica que se vem travando no Partido, desde o ano de 1956 (primeira fase das discussões), sobre a violação dos princípios leninistas de organização. Muito se tem falado a respeito. E' comum hoje em nossas fileiras, ouvir-se de qualquer militante a condenação aos métodos mandonistas e impositivos que no passado, como ainda hoje, imperam em nosso Partido, e, particularmente, em suas direções. Isto é salutar. Mas não é tudo. Ainda não se levou a efeito uma interpretação séria das causas ideológicas que deram origem a essas deformações, que por muito tempo causaram enormes prejuízos ao Partido, ao seu normal funcionamento. E se isto não foi possível até hoje, é porque não passamos de uma análise superficial do fenômeno, constatamos a existência dos erros, das deformações, vimos os efeitos e não buscamos as causas. Por isso falamos muito em combate a centralização excessiva, ao mandonismo, em restrição a democracia interna etc., mas não se pôde cortar o mal pela raiz. Enquanto assim não procedermos os erros persistirão.

A maioria dos camaradas que se tem preocupado com esses problemas buscam nas causas externas, na transplantação de erros e deformações de outros PP.CC., e mais especificamente do PCUS, as causas dos nossos próprios erros e deficiências. Nada mais errôneo. Isto explica apenas a semelhança, a coincidência, o traço comum das violações, nunca as suas verdadeiras origens. Esquecem-se esses companheiros que assim pensam de um dos princípios mais importantes do marxismo-leninismo, aquele que nos ensina que as causas externas atuam através das causas internas, isto é, que nas causas internas residem as origens fundamentais dos nossos erros e deficiências.

As causas ideológicas dos erros cometidos nesse terreno, encontram-se sem dúvida alguma no próprio Partido, em sua origem, formação e composição social, na sociedade da qual se origina. Na sua insuficiência teórica e ideológica, enfim. E' um estudo que se faz necessário a fim de que o Partido possa compreender as causas que deram origem a essas violações. Vejamos, no entanto, alguns aspectos do problema.

Foi através dos princípios leninistas de organização, na base dos quais se assenta a estrutura dos PP.CC., que Lenin materializou da forma genial os fundamentos ideológicos da classe operária. Sem essa necessária correspondência entre as concepções ideológicas e os seus princípios organizativos, os PP. CC. não poderiam exercer, jamais, o seu papel de partidos revolucionários, de vanguarda da classe operária.

Do ponto de vista da ideologia da classe operária, são as massas de milhões que, através da sua atividade produtiva, social e política, fazem a história, produzem seus valores. Estes, exercem um papel importante na história, porém nunca determinante, básico. Lenin materializou essa concepção através dos princípios de organização do Partido e mais precisamente do princípio do centralismo democrático, que norteia os demais. Esses princípios asseguram não só a participação, mas a integração da massa partidária e semi-partido na discussão livre e democrática das questões políticas e programáticas mais importantes da direção partidária. As massas, assim, participam efetivamente da elaboração das questões mais essenciais da direção política. Seu espírito criador e de iniciativa têm plena capacidade de expansão.

Com relação aos partidos burgueses

acontece, precisamente, o oposto. Como a burguesia cultiva o indivíduo, isto é, sobrepõe este às massas de milhões, e o considera o fator determinante do desenvolvimento histórico e social, essa concepção se materializa na estrutura dos partidos burgueses, através da direção pessoal, excessivamente centralizada nas mãos de um grupo de indivíduos ou de um único indivíduo. A massa partidária e semi-partido, nesse caso, exerce um papel de simples instrumento dos chefes políticos.

A direção pessoal é uma direção de caráter unilateral, subjetiva e por conseguinte, excessivamente centralizada. Como consequência, os métodos decorrentes dessa direção são arbitrários, autoritários, impositivos, administrativos e burocráticos. O espírito criador e de iniciativa das massas dentro desse sistema, são tolhidos.

A direção pessoal é uma direção de caráter unilateral, subjetiva e por conseguinte, excessivamente centralizada. Como consequência, os métodos decorrentes dessa direção são arbitrários, autoritários, impositivos, administrativos e burocráticos. O espírito criador e de iniciativa das massas dentro desse sistema, são tolhidos.

Se se admite em nosso Partido, essa violação dos princípios leninistas de organização, a restrição a democracia interna, direção centralizada, métodos autoritários, mandonistas etc., logicamente seremos obrigados a admitir em nossas fileiras o predomínio de concepções ideológicas da burguesia, e que essas concepções já alcançaram um grau bastante acentuado de materialização na organização partidária, tornando assim a violação daqueles princípios.

Vejamos o que a esse respeito nos ensina o companheiro Teng-tsing-tung, ao formarmos novos problemas de organização no VIII Congresso do PC Chines: «Na história de nosso Partido houve, e desviou quanto ao problema das relações mútuas entre as organizações superiores e as inferiores, quando o oportunismo de esquerda predominava no Partido, esse desvio expressava-se na centralização excessiva. Nessa época as organizações de base na realidade tinham o direito de manifestar suas opiniões, como também perseguiram de todas as maneiras aquelas que, considerando a situação real, manifestavam opiniões sensatas mas que divergiam do seu ponto de vista. Esse erro foi, no fundamental, corrigido depois que, em Janeiro de 1935, o Comitê Central do Partido, acabou com o domínio do oportunismo de esquerdas.»

Como se vê a causa dos erros e deformações cometidos no terreno da organização partidária é a mesma que cometemos no terreno político, o oportunismo de esquerda ou dogmatismo. Também com relação aos métodos que utilizamos para corrigir, conter, ou a meu ver os mesmos erros de interpretação das *TESES PARA DISCUSSÃO*, como a concepção ideológica dominante no Partido antes é a Mutacionista, nos iludimos a constatações, a revidamos, a ver os efeitos e não buscamos as causas. Assim, ao combater o oportunismo de esquerda, caímos inevitavelmente no oportunismo de direita, no revisionismo. Não e por acaso que essas tendências oportunistas de direita já começaram a grassar no Partido tentando a sua materialização, como por exemplo, o afastamento no controle da atividade partidária, a partir do próprio Comitê Central e estendendo-se por todos os escalões do Partido, a negação do método leninista de controle das tarefas no processo da sua realização, a insubordinação dos organismos inferiores aos superiores, e desprezo pelo trabalho político do Partido, a insubordinação e liberalismo, enfim.

Estão plenamente convencido de que tanto no terreno programático, político como no da organização, os erros e violações só poderão ser eliminadas a partir de um estudo que o Partido faça em suas fileiras com o predomínio das concepções leninistas.

NELSON DE MORAIS (Sorocaba)

Minha Opinião Sobre as Teses e os Debates

Acompanho as lutas do proletariado desde a época da Liga de Defesa Nacional. E' tendo em conta aquela experiência, e a ação posterior dos comunistas que procuro dar minha opinião, e desta forma procurar ajudar de acordo com minhas forças.

Naquela época levando à prática uma política de frente única realizamos grandes trabalhos e obtivemos grandes vitórias, como sejam: liberdade para os presos políticos, inclusive de Prestes, convocação de uma constituinte, assim como liberdades democráticas e sindicais. Todas estas vitórias foram obtidas devida a termos aproveitado todas as possibilidades que existiam através de uma frente única, ombro a ombro com os aliados.

Durante o período da legalidade do Partido o mesmo não aconteceu. Pensávamos que já tínhamos conquistado o mundo e já não mais precisávamos tratar com aqueles que não pensavam como nós. Muitas vezes chegávamos a qualificar nos de traidores. Essa política sectária e esquerdista nos levava a qualificar mesmo certos trabalhadores inconcientes de "pelegos". Isto foi a causa principal que nos impediu de resistir a reação, e que nos levou a ilegalidade. Na ilegalidade o esquerdismo tomou conta, expresso nos manifestos de 48 e 50, trazendo grandes prejuízos. Não percebendo o nosso desligamento de governos que haviam sido eleitos por uma grande maioria do povo, o qual possuía, como era natural do povo, o aparelho do Estado em suas mãos.

Acho que existe uma série de camaradas teóricos que sendo sinceros não têm a mínima noção do trabalho prático entre as massas. Desconhecem essas condições que aquela linha sectária não tinha condições de mobilizar as massas que são ludibriadas pelos elementos a serviço da reação, os quais têm que ser enfrentados diretamente por nós para evitá-lo. Temos que lutar contra a tentativa que a reação faz para nos desmoralizar frente a massa trabalhadora, no entanto os nossos erros sectários e aventureiros têm dificultado, para eles, os reacionários os utilizam para dizer que queremos é desordem. Sempre utilizam as greves esquerdistas como ocorreram em Sorocaba para convencer as massas que o que nós comunistas queremos é ver os operários no desemprego devido às nossas aventuras grevistas e outras.

Sabemos que nosso objetivo final é o poder, mas no momento atual o que devemos fazer é derrotar Janio, pois derrotando-o, estaremos isolando o imperialismo, embora ainda tenhamos muita luta pela frente para derrotá-lo completamente. Os camaradas que acham que a luta de frente única é oportunista não compreendem a situação dos camponeses e dos operários. Devem antes descer as fábricas e ir ao campo para ver se os camponeses e os operários estão preparados para pegar em armas. Devem pensar melhor e ver se acham que devemos isolá-los das massas novamente. Tendo em conta nossa experiência do passado, concluímos que o trabalho que temos pela frente é fortalecer a frente única, a qual tem nos trazido muitas vitórias e principalmente tem garantido as liberdades democráticas e semilegalidade do Partido. Não defendo as "Teses" como algo pronto e acabado, mas a política das teses é que nos indica o caminho certo para fortalecermos o movimento operário e camponês e inclusive para isso conseguir a legalidade do Partido.

Os camaradas Graibois, Pomar e Calli Chade não sei porque não entendem a política de frente única, apesar de sua capacidade, pois está tão claro! Como disse nosso objetivo é o poder. Mas antes com 15 deputados nós não conseguimos evitar o fechamento do Partido e o rompimento de relações comerciais com a União Soviética. Hoje, sem nada disso, ainda desligados das massas, mas com uma política como a da Declaração, estamos obtendo todas essas vitórias. Escrever é fácil para quem é teórico, mas pôr em prática é outra coisa... Estes camaradas deviam estar ligados às massas na época do manifesto de agosto e do Programa para ouvir de perto a opinião dos trabalhadores e de seus familiares, que antes eram, amigos do Partido, e que após as greves aventureiras e sectárias foram dispensados... assim como os camponeses do Paraná. E quem não atende essas palavras de ordem eram considerados traidores! Diziam que estavam vacilando.

Aquelas camaradas deviam ver de perto as dificuldades que estamos tendo para recuperarmos os companheiros e as massas para a luta. Partindo da ideia da frente única devemos lutar por organizar a classe operária e os camponeses, assim acumulando forças para um dia dizermos BASTA para as forças reacionárias que nos quer escravizar.

# Tribuna de Debate

CAIO PRADO JR.

## As Teses e a Revolução Brasileira (VII)

maçãs aquelas que implicam em extensas e profundas reformas, pretendendo assim fechar deliberadamente os olhos à mais patente das realidades. E se por pior dos cegos: aquela que não quer ver...

Pode-se contudo concluir daí que a burguesia brasileira, ou melhor, setores dela, não possam ser eventualmente mobilizadas na luta antimperialista, e em geral, para os objetivos da atual etapa agrária e nacional da revolução? Essa conclusão não seria correta, e a mobilização em certos casos, embora restrita, é possível. Vejamos esse ponto com atenção, porque é do máximo interesse para o estabelecimento das linhas táticas que orientarão, nos diferentes momentos e situações, a ação do P.

A possibilidade de setores da burguesia acelerarem a revolução agrária e nacional, e dela eventualmente participarem, se funda, em primeiro lugar, no fato de que não se trata de abrir o sistema capitalista, e em especial a exploração do trabalho humano e o lucro capitalista daí derivado. Basta essa circunstância, para que não se verifique, da parte da burguesia em conjunto, uma oposição frontal, o que já abre perspectivas para uma eventual colaboração. Para averiguar em que circunstâncias essa colaboração é possível, devemos considerar as formas do comportamento burguês. Primeiramente, é um fato que o interesse burguês individual sobrepõe, via de regra, o interesse burguês de classe. O capitalista, em princípio, aceita qualquer situação em que possa auferir lucro. Ele concede mesmo larga margem ao fator risco, que não o faz recuar quando esse risco é, a seu ver, suficientemente remunerado. Esse é particularmente o caso da burguesia de países de recente formação capitalista, e pois de largas oportunidades em que contratempos e prejuízos eventuais, são de relativamente fácil compensação. E o que se dá no Brasil, o que, entre outros fatores, concorre para empregar a atividade comercial brasileira um caráter altamente especulativo e mesmo frequentemente aventureiro, que a contrasta muito acentuadamente com o que ocorre nessa matéria em países de tradição capitalista mais antiga. Daí o fato de a burguesia se adaptar com relativa facilidade a situações gerais que à primeira vista não parecem muito favoráveis a seus interesses gerais de classe. Uma vez que o capitalista não é atingido diretamente e pode ir exercendo sua atividade lucrativa sem excessivos contratempos, ele se satisfaz. A norma do homem de negócios não é de exigir sempre o melhor negócio, e sim de se contentar com o melhor negócio possível.

É à luz dessas circunstâncias que devemos analisar a posição da burguesia e de seus diferentes setores, grupos, e mesmo dos burgueses individuais, no curso do desenvolvimento da revolução agrária e nacional. Não que se refira à reforma agrária, e mesmo à participação ativa nela de muitos setores burgueses, a aceitação e colaboração da burguesia está assegurada. Salvo aqueles capitalistas diretamente atingidos — será o caso sobretudo dos grandes proprietários, que graças à extrema concentração da propriedade agrária no Brasil, são relativamente poucos numerosos — pode-se esperar da burguesia uma atitude pelo menos neutra se não simpática à reforma. A sobrecarga tributária que constitui, como vimos, um dos importantes, e de início principais instrumentos da reforma, essa tributação será naturalmente bem recebida pela grande maioria de uma classe que em nada se beneficia, pelo contrário, da isenção fiscal da propriedade agrária, o se vê normalmente, e a seu ver, exageradamente tributada. Ninguém é mais sensível a diferenças de tratamento que atinjam seus negócios e seu bolso, que o burguês quando observar outro burguês ou assimilar. Outro lado, como se viu, a reforma agrária, pela maneira que se realizará, e sem a destruição do sistema capitalista, terá como um de seus principais efeitos imediatos, a baixa do preço da terra e a maior mobilização da propriedade rural. Isso facilitará os empreendimentos agropecuários, ampliando as perspectivas de inversão de capitais nas atividades agrárias. Serão novas oportunidades de negócio que se abrem, o que naturalmente interessará a burguesia. Também muito a interessará a grande atividade das transações e negócios imobiliários que o processo de reforma irá estimular. E somente sob um aspecto que a reforma agrária contraria frontalmente os interesses burgueses: a valorização que ela determina, da força de trabalho rural, com repercussão no preço da mão-de-obra urbana, e no mercado em geral de trabalho. Mas esses efeitos são indiretos, e não se perceberão desde logo. Além disso, são em parte compensados pela ampliação do consumo e mercado, o que representa novas perspectivas para a indústria e o comércio.

A reforma agrária pode assim contar com a ação e mesmo colaboração ativa, em muitos casos, de largos setores da burguesia, embora seja muito otimista esperar desde logo, e antes de se manifestarem os efeitos benéficos (do ponto de vista burguês) da reforma, o que naturalmente levará algum tempo. Uma posição de vanguarda e liderança da burguesia, que ficará de prevenção quando começarem a arder as herbas do vizinho, na ocorrência seus colegas da agropecuária.

Mais complicado é o caso da posição burguesa em face da luta antimperialista. De um modo geral, como vimos, a burguesia brasileira não tem uma atitude antimperialista, mas pelo contrário, se mostra simpática e favorável às iniciativas e atividades de empreendimentos imperialistas. O que se deve sobretudo, conforme ressaltamos, ao fato de esses empreendimentos procurarem se associar aos capitalistas brasileiros e ajudá-los em seus negócios. Por outro lado, eles ativam a vida comercial e financeira do país, o que proporciona grandes oportunidades para mais amplos negócios. E como para tudo isto, dado o nível rudimentar da economia brasileira, e da indústria em particular, ainda sobra pelo frente larguíssimo terreno para as atividades e manobras dos empreendimentos imperialistas, é de prever que a posição atual da burguesia, de bons olhos para eles, se conservará.

A brecha por onde numa situação como essa se poderia infiltrar na burguesia

brasileira uma atitude hostil para com os empreendimentos estrangeiros, e portanto o imperialismo, está na concorrência que aqueles empreendimentos podem oferecer aos capitalistas brasileiros. Concorrência ainda potencial, porque os empreendimentos imperialistas e os puramente nacionais operam no geral em planos distintos, e por isso os eventuais choques das duas categorias ainda não têm muito significado. Mas o fato é que a única restrição ao capital estrangeiro que encontramos por vezes nos pronunciamentos da burguesia brasileira, diz respeito àquela eventual concorrência.

Para se compreender bem o sentido dessa restrição, e se avaliar seu alcance na luta antimperialista, é preciso notar, antes de mais, que a concorrência não constitui uma circunstância específica do imperialismo (como é o caso, entre outros, das deformações que o imperialismo determina na estrutura econômica do país, bem como das perturbações por ele provocadas no equilíbrio das contas externas). A concorrência é um fato normal do capitalismo, e mesmo essencial para o funcionamento regular do sistema e vantajoso para o seu conjunto. Toda limitação da concorrência, se beneficia aquelas que dela se livram, pode trazer e efetivamente traz, em regra, prejuízos para todos aqueles que não se incluem no pequeno número dos diretamente favorecidos. Suponha-se, para ilustrar o assunto, que uma indústria brasileira pretenda que se impeça a entrada no país de um empreendimento imperialista, sob o pretexto que isso lhe fará concorrência. Qual seria a atitude dos consumidores dos produtos daquela indústria se eles podem esperar, como de fato em geral acontece, uma melhoria dos artigos que consomem por efeito da concorrência de um produtor estrangeiro melhor aparelhado e mais capaz. E suponha-se que no caso se trata de equipamentos industriais, ou produtos semi-acabados que se destinam a outras indústrias. A pretensão do produtor brasileiro encontrará a mais forte reação de um largo círculo de outros industriais também brasileiros. Não faltariam casos concretos para ilustrar situações como essa.

Por aí se vê — e lembramos apenas uma situação entre muitas outras semelhantes — como são limitadas as perspectivas de uma posição antimperialista de alguma expressão da burguesia brasileira, quando fundada unicamente no fato da concorrência que empreendimentos imperialistas podem eventualmente fazer a indústrias nacionais. Em suma, e em termos puramente econômicos, não há diferença essencial na concorrência entre capitalistas nacionais, e entre estes e o capital estrangeiro. Não é fácil, por isso, situar a concorrência num e outro caso, em terrenos distintos, acedendo a um deles, incriminando-a no outro. A burguesia em conjunto e em princípio, não enxerga e não pode enxergar as coisas sob esse prisma; e os pronunciamentos em contrário que lembramos acima têm derivado em regra da situação especial criada pela Instrução 113 que já consideramos acima.

Isso não quer todavia dizer que não haja uma diferença entre as duas categorias de concorrência que comporte conteúdo político. Um capitalista brasileiro, quando encontra pela frente um opositor imperialista, pode se reforçar em sua luta com um fator psicológico ou sentimental — e até mesmo de fundo econômico: a solidariedade de classe entre colegas —, capaz de mobilizar em seu favor simpatias e apoio com que não contaria se a sua luta fosse contra outro capitalista brasileiro. A esse propósito, é interessante lembrar o choque, de tão ampla repercussão, entre a Metalúrgica Matarazzo e a American Can. Evidentemente a Metalúrgica Matarazzo nada tem de antimperialista, e até pelo contrário sempre teve fortes ligações internacionais — consta aliás que é associada, e já o era quando de sua luta, com outra empresa imperialista concorrente da American Can. Além disso, o choque ocorrido não passou, essencialmente, de incidente normal da vida de qualquer empresa capitalista, sejam quais forem, ou não forem, suas ligações internacionais. Matarazzo contudo se prevaleceu do fato de ter pela frente um concorrente estrangeiro, e ainda mais concorrente amparado no injustificado privilégio que lhe outorgava a Instrução 113, para invocar o apoio da opinião pública o que obteve em diferentes setores, inclusive, mas não discretamente, também burgueses. Ainda a própria excepcionalidade de um caso como esse, e seu rápido esvaecimento, mostram a pouca profundidade e reduzido alcance desse tipo de conflito entre a burguesia nacional e o imperialismo. O que evidentemente não exclui o interesse e necessidade de os capitalistas politicamente em favor da luta antimperialista.

Até mesmo na associação entre capitalistas nacionais e imperialistas se encontram germens de conflitos eventualmente utilizáveis na luta antimperialista. Assim os desentendimentos entre eles podem dar origem a choques de certa expressão política. E mesmo de prever que determinadas medidas antimperialistas estimulem a oposição dos atuais associados brasileiros de capitais imperialistas. A reação à remessa de lucros para o estrangeiro, por exemplo, levará muitos empreendimentos imperialistas a quererem liquidar ou restringir seus negócios no Brasil, tornando possível aos associados brasileiros e ao lucro que os seus sócios em condições para eles vantajosas. Não pode haver dúvidas que muitos casos haverá em que os capitalistas brasileiros se aproveitarão de tal circunstância.

Todos esses atritos e choques entre capitalistas nacionais e empreendimentos imperialistas constituem todavia, em última instância, incidentes normais da concorrência capitalista e da disputa sem tréguas e sempre renovada que caracteriza a vida dos negócios. Não há aí nada de especificamente antimperialista, e que signifique uma posição de classe, e muito menos posição revolucionária da burguesia contra o imperialismo. Essa não é a natureza e o conteúdo fundamental de nenhum fato concreto, e não passa de pura especulação abstrata, não é verdadeira. A burguesia brasileira pode perfeitamente, no seu conjunto, se desenvolver e prosperar à sombra do

imperialismo. Ela aliás sabe disso, e não serão as Teses que a convencerão do contrário.

Isso não exclui todavia, tornamos a repeti-lo mais uma vez, que alguns setores burgueses não possam eventualmente assumir posições formalmente de caráter antimperialista. Pode mesmo acontecer, e tudo indica que assim será, que das novas condições determinadas pelo desenrolar da revolução agrária e nacional, resulte um complexo de interesses burgueses ligados à nova ordem e situação estabelecida. Interesses que um recuo do processo revolucionário poderia prejudicar. Os setores burgueses ligados a tais interesses se virão nesse caso em sustentáculos e defensores da revolução, e esta poderá contar com eles.

Mas seja como for, o certo é que fundamentalmente a burguesia brasileira, e em particular na fase presente, não constitui e não pode constituir um elemento propulsor da evolução. Poderão alguns de seus setores mais ou menos amplos e importantes aceitar a revolução e acompanhá-la, e mesmo colaborar com ela e dela participar ativamente. Mas a burguesia tomada em conjunto, nunca será seu motor e mola impulsora. Ela não tem interesses próprios e específicos, como classe, que a levem a se opor ao imperialismo. E no que diz respeito à reforma agrária, se bem que devir essa reforma consequências favoráveis aos interesses capitalistas, a burguesia brasileira ainda não tem consciência suficiente disso, mesmo porque não sente necessidade imediata dos benefícios que a reforma lhe pode trazer. Por isso aceitará a reforma e colaborará eventualmente nela, mas não formará na vanguarda das forças políticas que a promoverão. Em suma, não se pode contar com a burguesia brasileira como força propulsora da revolução agrária e nacional.

Essa conclusão é da máxima importância para a política dos comunistas e para a orientação a ser dada ao P. Note-se desde logo que ela não implica em nenhuma posição e atitude setorial dos comunistas. Não é pelo fato de não constituir a burguesia uma força essencial da revolução, que se deva adotar com relação a ela e o sistema que é o seu, o capitalismo, uma política de oposição frontal. Vimos que não se trata de suplantar o sistema capitalista, e que as relações essenciais do sistema, por enquanto insubstituíveis, deverão ser mantidas. Outro lado, vimos também que por isso mesmo, é sempre possível, e muitas vezes necessário, contar com a aliança de alguns setores da burguesia momentaneamente acoerdes com a revolução ou algum de seus objetivos. Quais serão esses setores, não se pode de antemão saber, mesmo porque não haverá aí nada de permanente. A burguesia estará sempre dividida no curso da revolução, havendo simultaneamente grupos contrários, outros em posições diferentes, desde a passividade até a colaboração e participação ativa na revolução. Mas os grupos e setores que tomarão essas diferentes posições, não serão sempre os mesmos. Passarão todos, alternativamente, de uma para outra posição, conforme as eventualidades e vicissitudes do processo revolucionário. Burgueses hoje em oposição à revolução ou alguma de suas medidas, estarão amanhã a favor, apoiando-a em outras medidas, e mesmo colaborando nelas.

Esse fato, que se pode aliás verificar desde o momento presente, pois vem ocorrendo em todos os acontecimentos relacionados com a luta antimperialista, mostra que a orientação do P. não há de se concentrar na política de alianças, e que embora essa política não deva ser subestimada, ela passa a um segundo plano, devendo se acentuar a ação do P. em primeiro e principal lugar, naquilo que nas Teses figura subordinadamente em plano secundário, a saber, na luta de classe do proletariado. A Tese 28 se refere à necessidade de o proletariado salvaguardar dentro da frente única, sua independência ideológica, política e organizativa. Isso todavia é pouco, mesmo porque essa posição do proletariado é pelas Teses subordinada à finalidade para elas principal, de impedir que as oscilações da burguesia atinjam suas fileiras (do proletariado). Não se trata, portanto, de mais um sobresselo disso. É o proletariado industrial, com seus aliados os trabalhadores do campo, a única classe efetivamente revolucionária e capaz de propulsora e conduzir a revolução agrária e nacional, promovendo, ou pressionando para que se promova a realização das tarefas revolucionárias. Devem pois inverter-se os termos segundo os quais as Teses colocam o problema revolucionário. Para essas Teses, está em primeiro lugar a aliança ou frente única com a burguesia, vindo em seguida a ação do proletariado dentro dessa aliança e frente única, com o fim de lhe dar direção firme e desenvolvimento consequente. É o inverso que constitui o caminho apontado pela análise que realizamos e que se acorda com os fatos e com a verdadeira interpretação marxista-leninista: primeiro se há de cuidar — isso é, há de cuidar o partido do proletariado e sua vanguarda de classe — da luta do proletariado. Na medida em que essa luta, no plano da política geral, tomar uma direção acertada e propuser adequadamente os objetivos da revolução agrária e nacional, para ela afluirão, e com ela colaborarão os seus diferentes momentos, todas as forças políticas, as burguesas inclusive, que encontrarem alguma coincidência de interesses com os objetivos propostos em cada qual daqueles sucessivos momentos. E as alianças e frentes únicas se formarão então naturalmente e espontaneamente, sem necessidade — mesmo porque impossível — de nenhuma aliança de classe formal e gânicos, com os elaboradores das Teses parecem sonhar.

Essa tem sido aliás uma velha ilusão da direção ou direções do P. da fase da legalidade posterior a 1945 até hoje. Ilusão alimentada por alguns fatos que davam a impressão puramente fictícia de verdadeiras ligas ou alianças efetivas com forças ou correntes políticas burguesas. Nunca houve disso. E aquelas burguesas ou grupos burgueses, ou antes pseudo-burgueses, que se apresentavam dos comunistas, raramente se não nua-

ca, tiveram em mente outra coisa que mesquinhos objetivos imediatistas, eleitorais ou assemelhados. Mas não vamos agora aprofundar esse ponto (embora bem o merecesse), porque o trouxemos à baila unicamente para observar que a maior parte dos esforços dos comunistas nestes últimos quinze anos, se têm perdido em mesquinhas e estereis confabulações de cúpula, e subestimação completa da tarefa essencial do P. que era de organizar, mobilizar e preparar ideologicamente (sobre tudo isso que faz mais falta e é condição do resto) do proletariado, como vanguarda que o P. é ou deve ser desse proletariado.

Enquanto isso, demagogos participantes daquelas confabulações e pseudo-frentes únicas, se iam aproveitando das oportunidades que assim lhes ofereciam os comunistas, para se aproximarem da massa trabalhadora, explorá-la em benefício de seus interesses eleitorais, e afastá-la dos comunistas e da vanguarda da luta revolucionária. Agora, mais uma vez, se pretende erigir esse erro, e hoje até criminosa orientação — criminosa porque seus resultados são fartamente conhecidos através de longa e dolorosa experiência — erigi-la em norma de ação política. Esperemos que isso morra nas Teses, e que o próximo Congresso saiba conduzir afinal o P. por seus verdadeiros rumos.

Tomada em conjunto, a única classe ou categoria social capaz de propulsora a revolução brasileira, inclusive em sua fase atual, agrária e nacional, são os trabalhadores: o proletariado urbano na vanguarda, e conduzindo os trabalhadores do campo. Basta observar a vida política brasileira, com isenção de ânimo e sem idéias preconcebidas, para observar que os trabalhadores, como classe, não só constituem as únicas forças sociais que realmente visam ou podem visar (uma vez ideologicamente preparadas) reformas e transformações apreciáveis da economia brasileira; como que aquelas trabalhadores já constituem potencialmente, e efetivamente em muitos casos, a mais poderosa força política brasileira. Isso não só pelo seu vasto número, mas sobretudo porque apesar de seu baixo nível cultural e ideológico, os trabalhadores brasileiros, em particular o proletariado dos maiores centros industriais do país (especialmente S. Paulo), têm uma consciência de classe contra a qual se quebram, mais cedo ou mais tarde, todas as tentativas de envolvimento, corrupção ou sedução que procuram situá-los fora de sua qualidade e classe de trabalhadores.

Esse é um fato que qualquer observador da vida política brasileira verifica desde logo. Não é por nada que os políticos brasileiros que procuram fazer carreira sem ser unicamente à custa da corrupção eleitoral, cortejam os trabalhadores, e precisamente na sua qualidade de classe trabalhadora. E todos os maiores sucessos eleitorais no Brasil, desde

a eleição de Getúlio Vargas em 1950, até as vitórias eleitorais de Jânio Quadros em S. Paulo, se devem ao conteúdo trabalhista dado à campanha eleitoral vencedora.

Mas além de sua força própria, a classe trabalhadora tem constituído no Brasil um polo de forte atração, tanto política, como ideológica. No plano da ação política, é fácil observar como em geral as classes, categorias e grupos sociais de padrões abaixo do médio, tendem para o proletariado e acompanham suas atitudes e lutas. Coisa semelhante se verifica nos setores intelectuais. As simpatias e inclinações ideológicas do geral da intelectualidade brasileira — com exceção de relativamente poucos, não todos, intelectuais profissionalmente a serviço dos interesses de classe da burguesia — vão para o proletariado e aquelas formas de pensamento que dizem respeito mais de perto aos interesses da classe dos trabalhadores.

Parece que somente os comunistas — ou mais precisamente as direções do P. de quinze anos a esta parte — ignoram tudo isso. Não o ignorassem no passado, e os Ademares, Jânios e demais demagogos de menor estatura, não contariam, como têm contado em proporção crescente, com o voto do maior e mais expressivo proletariado brasileiro, enquanto os comunistas e seus legítimos candidatos foram ficando cada vez mais para trás. Não o ignorem daqui por diante (como esperamos que aconteça), e a linha política dos comunistas instituída no próximo Congresso e Programa visará, em primeiro e principal lugar, organizar, preparar ideologicamente e mobilizar o proletariado e os trabalhadores do campo em torno de suas reivindicações. As questões gerais da revolução agrária e nacional (a reforma agrária e a estruturação da economia em bases nacionais) se proporão no curso dessa luta, e na medida em que o P. souber formulá-las adequadamente. O proletariado brasileiro já demonstrou claramente sua compreensão e sensibilidade relativamente a essas questões, que ainda no recente Congresso Sindical de S. Paulo, ocuparam um lugar proeminente nos debates e teses aprovadas. E se essa compreensão não é maior, é precisamente porque a organização e preparação ideológica do proletariado, dentro das idéias e foras delas, foram até hoje desleixadas em proveito de campanhas eleitorais e assembléias. Desejamos que começem a abandonar em que essas ações políticas de quadros da vanguarda daquele proletariado.

Tudo isso, mais uma vez insistimos, não importa, muito pelo contrário, em altitudes e pronunciamentos setoriais. Pode e deve ser mantido dentro dos limites da atual etapa da revolução. E na medida em que as questões gerais dessa etapa forem bem compreendidas, terão o apoio e eventualmente a colaboração ativa de todos os setores da opinião pública, cuja posição e interesses coincidem com elas. Esses setores serão naturalmente arrastados, sem que haja necessidade de fôrça.

Frente formal e de fachada como têm sido tantas vezes no passado, estas pseudo-alianças em que comunistas, agrupando-se com alguns não-comunistas, julgam estar realizando uma frente única de classes ou partidos, com o que na realidade não passa de ajustamento fortuito, precário e inteiramente artificial, e por isso sem nenhuma base orgânica sólida, estabilidade e permanência.

S. Paulo, Maio de 1960.

CAIO PRADO JUNIOR

### VICENTE AMORIM FILHO (Santos)

## Sem Esquerda, Mas Sem Direita Também

Lançou o nosso Partido as teses, as quais estão sendo debatidas e que tem como objetivo abrir a discussão em torno da situação brasileira.

Nada mais justo, portanto, do que nos preocuparmos em enriquecê-las com a nossa experiência. Porém somente com a experiência colhida da aplicação prática da teoria que conseguimos assimilar do estudo que por ventura tivemos a oportunidade ou possibilidade de realizarmos a luz do marxismo-leninismo aplicado este a realidade objetiva de nossa Pátria.

Sim companheiro, porque há um outro tipo de experiência que está sendo aplicada, que a meu ver não serve, não ajuda, pelo contrário, dificulta, destrói.

É a experiência do passado de ver em tudo e em todos, numigos do Partido, ou melhor, como é mais moderno para os que assim pretendem "Grupo Anti-Partido".

Isso é mau, pois se sabemos, ou quase sabemos de um ato, no qual há perdedores, ou quase perdedores o que de melhor possuíamos, — a ligação com as massas —, estábamos por ver-nos em tudo e em todos nossos inimigos, como é possível que haja, — quando está sendo por todos repudiado, o sectarismo, o dogmatismo, o mandiracismo, a auto-suficiência, (mão do charlatão), etc. —, venham certos companheiros pela imprensa demonstrar grande habilidade em "politicar" a maneira do passado, ou seja, quando aqueles mais corajosos "ousavam" discordar dos "doutos" ou "luminares", e estes "polemicavam" mas a sua moda, ou melhor, se estes é que faziam e somente estes é que no final concluíam com as famosas caracterizações de Trotskistas, carreiristas, oportunistas, divinizados, etc., isto, levando aqueles corajosos companheiros discordadores a exatidão e até a expulsão.

Sejam mais objetivos companheiros. Se Lenin polemizava na sua época arrazando Kautsk, Durrin, e caterva, a situação aqui é outra. Não transplantem mecanicamente até as atitudes clássicas, digos, dos clássicos do marxismo. Procurem mostrar os erros daqueles que estão interpretando a realidade brasileira por uma lente bi-conveza, com argumentos e com fraternidade, e se persistirem, ou se suas idéias não mudarem, é sinal de que os vossos argumentos não foram suficientemente convincentes e então contem no Congresso que vem aí, onde o pensamento coletivo, falará mais alto do que vozes e resolverá satisfatoriamente o problema.

Vamos construir, não dividam o que já está cheio de falhas, sim, frágil, muito frágil mesmo, mas que se chama PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL, o qual inextinguivelmente, conduzirá a classe operária com o seu aliado histórico, o campesinato ao poder.

Caros companheiros, no momento é que interessa, e aporformarmos a fundamental contradição da nação brasileira, de um lado, e o imperialismo norte-americano e seus agentes internos de outro, e dentro desse amplo campo, veremos quais os nossos objetivos no momento, sim, porque os

futuros, nos jamais desistiremos e isso precisa ficar bem claro aos nossos aliados.

Nosso objetivo no momento é carrearmos o maior número de aliados, para juntos, — porque sózinhos não temos condições absolutamente de o fazer —, darmos o primeiro passo que propomos, o qual seja, a formação de uma ampla frente única nacionalista e democrática que deverá culminar num futuro próximo, num governo com o mesmo conteúdo.

É para isso que precisamos que sejamos flexíveis, e que realmente saibamos colocar o maior número de mãos na roda da história brasileira a fim de que esta recorra um impulso forte, não importa que nem todas as mãos sejam calosas, elas só não podem ter, e a marca USA, pois estas estão tentando impulsionar a roda brasileira em sentido contrário, usando todos os recursos, inclusive um tipo de combustível já bem conhecido do povo brasileiro que é — JÂNIO DODOLAR —, pelo qual o nosso povo sente náuseas, dado o odor que exala.

Nos temos que nos convencer — com espírito sempre vigilante naturalmente — de que a hegemonia nos pertence historicamente. Contudo, se não soubermos ganhar, primeiro o maior número de companheiros dentro do Partido para a compreensão da necessidade da formação da frente única nacionalista e democrática com todas as forças — exceto os agentes do imperialismo e o próprio (e isso não será com "polemicas" do tipo velho, ou seja, com chingimentos e caracterizações oportunistas); segundo, nossos colegas de trabalho, nossos companheiros de clubes, os associados da Sociedade de Melhoramentos em que militamos, os associados do nosso Sindicato, os estudantes de nosso colégio, faculdade, universidade, associados das associações estudantis, os nossos colegas das fazendas, nossos companheiros, filhos, irmãos, parentes, se é que estamos ligados com todos esses setores, se não tivermos pouco podemos falar e enfim, toda a população, num trabalho diuturno se possível, sem pretensões individuais, com clareza, porém sem arrogância, etc. etc., etc., nós poderemos, os sairmos da esquerda e de estarmos atolados até o pescoço até a declaração e agora das teses, cairmos na direita, sendo que mais tarde, caíram-nos caro o rejunte, sim, porque a esquerda nos levou ao desligamento com as massas, ou seja, ao isolamento, a direita, porém ler outras consequências, a velha França e a nova RAI parecem que nos dão alguns exemplos, para não nos alongarmos muito.

Sem esquerda, mas sem direita também, vamos todos unidos fraternalmente nos ajudarmos mutuamente para que possamos escalar o nosso povo que no momento a tarefa fundamental é elegermos Lott e Jango, com uma poderosa frente única que após três de outubro, possa funcionar no sentido de conduzir os futuros governantes e consequentemente, o futuro governo no seu todo, pela senda do nacionalismo democrático.

Santos, 24 de junho de 1960

Vicente Amorim Filho

# Tribuna de Debate

JÚLIO TEIXEIRA (R. G. do Sul)

## Algumas Opiniões

As Teses e o Projeto de Estatutos são documentos que no meu entender servem, no fundamental, aos fins a que se destinam. O Debate, a seu turno, está se constituindo em algo edificante na política nacional e na vida de nosso Partido. Já se viu que as Teses têm opo- sitores e isso é salutar. Tudo conduz a admitir-se que devidamente trabalhadas por uma discussão construtiva, elas se transformarão em algo mais aficaz à realidade nacional e às necessidades políticas da classe operária e do povo neste momento histórico.

1 — As Teses são apontadas como dire- ctórias, que cuidam pouco das lutas operárias e enfatizam em demasia o chamado "desenvolvimentismo" do capi- talismo nacional. Dize-se, também, que relegam a plano secundário questões co- mo a luta pelo poder e a aliança ope- rário-camponesa. Eu penso que, real- mente, a linguagem das Teses pode ser melhorada com vistas a corrigir for- mulações que estão dando lugar a in- compreensão de certa monta, assim co- mo deverão ser escudadas de certo ecletismo que as tornam dúbias em determinados pontos. Mas no essencial eu penso que há pouco a alterar nas Teses. E quando o trabalho do Congres- so as houver purificado, então, elas in- cusive serão muito mais sintéticas e mais claras. Está em nós militan- tes ajudarmos nesse sentido.

2 — Fala-se na situação anterior à De- claração de 58 para apresentá-la co- mo uma fase de maior vitalidade par- tidária e de mais movimentação de massas do que a fase atual. Posso informar que aqui no Rio Grande não é assim, assim como posso dizer que duvido que no resto do País seja diferente. O que havia aqui era muito "climorético" e em alguns casos verdadeiras fraudes como foi o caso dos planos de recrutamento. O "clari- ficante" sempre foi muito bem recebido pelas direções que precisavam algo para alimentar o mandonismo. Quando alguma camarada alegava a fraqueza do Par- tido para justificar o insucesso de al- guna tarefa, as direções costumavam não só afirmar a pujança de novas fi- licias, como invariavelmente nos davam uma boa saúda crítica. Via de regra os camaradas que criticavam não se crebavam a realizar qualquer traba- lho prático. Cultivavam uma legalidade que os tornava quase inatingíveis. Eu trabalhei bastante na C. F. e posso afir- mar que o produto do nosso trabalho — muito maior do que a C. F. consegue hoje — nada tinha a ver com a pu- jança do Partido. A C. F. era quem, apoia- da na burguesia e na pequena burguesia, mantinha um número desmedido de des- ligados. Mas, trabalho com as massas, movimento sindical, trabalho estudantil, trabalho nas bases, tudo isso era verdadeiramente "arrancado" com difi- culdade. Já não quero falar na organização dos Comitês Nacionais de Libertação Nacional. Nós todos, militantes de algu- ma responsabilidade, temos uma parte grande em toda essa perda de tempo e de quadros. Sim, perdemos muitos quadros e uma grande parte deles hoje já é irrecuperável. O trabalho eleitoral não dava os resultados previstos nos planos. Havia candidatos "preferenciais" que outros não eram senão os elemen- tos mais chegados às direções, como eu, ou então, das próprias direções co- mo o Holmes e o Jover, o Curvelo e o Elói. Neste terreno há muita coisa pitoresca assim como há passagens mu- lto duras como aquela da crítica brutal ao camarada Oto. Felizmente esse tem- po já passou, mas, infelizmente, parece que ainda há camaradas que têm saú- de dessa época. Considero isso um mau sinal.

Ninguém tenha dúvida de que depois da Declaração tudo se processa com mais naturalidade. Sem dúvida alguma que o impacto de 58/57 ainda se faz sentir. Mas, já há sinais evidentes de que começamos a pôr os pés na terra. Nem temos o direito de imaginar que uma virada como a que precisamos dar possa afirmar-se da noite para o dia.

3 — Penso que as Teses precisam as- sinalar mais firmemente a importância da aliança operário-camponesa. Isso não quer dizer, no entanto, que desconhe- çamos a enorme diversificação que deverá apresentar em nosso vasto Brasil a luta pela liquidação do latifúndio. Por outro lado eu penso que não devemos nem mencionar a existência de setores do latifúndio que poderão ser aliados na luta antilatifundista. Isso é uma ninharia que não merece a honra de uma re- ferência especial, sobretudo a ter-se em conta que em tema de reacionarismo nada há pior do que a classe latifundiá- ria.

4 — Não tenho a menor dúvida de que as lutas reivindicatórias da classe ope- rária constituem fator de fortalecimen- to da F. U. antilatifundista. Toda a vez que a classe operária arrouxa a sua pressão reivindicatória contra a burguesia estará proporcionando condições a esta para fazer concessões ao imperia- lismo. Enquanto a burguesia puder ir descarregando o fardo da carestia nas costas dos que vivem de salário, ela não comprará briga contra as forças do imperialismo. De resto, não podemos per- der de vista de que só as lutas organi- zadas e cada vez mais ampladas e unifi- cadas da classe trabalhadora poderão assegurar a formação da aliança ope- rário-camponesa, como só elas po- derão abrir o caminho para a conquista da hegemonia dentro da F. U. pela emancipação nacional. Nenhuma dúvida de- vemos ter, portanto, quanto à conveni- ência de lutar em nível cada vez mais alto contra a carestia, contra a miséria. Evidentemente que essas lutas devem ser justas, capazes de, pelos seus obje- tivos e suas formas, constituir fator de fortalecimento da classe operária, e, não, como tantas lutas aventureiras dos tem- pos passados que deixavam como saldo o insucesso e com este a descrença, o desânimo e a perda da confiança no Partido.

5 — Os idealistas, os metafísicos, costu- nam afirmar que os males de que pa- dece o mundo (o do capital naturalmen- te) resultam de "homens", dos seus defeitos ou das suas virtudes. E, natu- ralmente, falam em purificação das al- mas, volta a Cristo, etc. como remédios salvadores. Ocorre-me fazer essa re- ferência porque eu penso que todos nós, comunistas, estamos precisando passar

por um certo processo de purificação. Não podendo contar para isso com uma bênção cardinalícia do talentoso dom Barros Câmara, deveremos nos arrancar com um próprio esforço nosso de natu- reza autocrítica. É que, no meu enten- der, a generalidade dos comunistas não tem uma conduta justa no meio em que vive. Deveremos partir do reconheci- mento de que um comunista vale pela influência que exerce entre as pessoas com que convive. Esta é uma regra mu- lto simples e no meu parecer a mais alta importância. Sempre aprendemos que somos a vanguarda. E somos como o Partido, assim como temos de ser in- dividualmente. Mas, vanguarda presu- põe tudo o mais que existe depois dela. Uma vanguarda isolada não chega a ser vanguarda. Cada um de nós, pois, mem- bros do Partido devemos pôr a mão na consciência e examinar honestamente se estamos nos conduzindo como um homem de vanguarda. Infelizmente, a nos- sa tradição sob esse aspecto, deixa muito a desejar. Evidentemente que a raíz disso está na própria tradição de secta- rismo. O tipo humano do comunista que as massas têm gravado na mente, não é a do homem comunicativo, jovial, confi- ante nos destinos da classe operária. Em muitos casos, ao contrário disso, as pessoas do povo imaginam o comunista um arrancado, um criador de casos com a polícia, um ortodoxo intolerante, en- fim, uma amizade indesejável. Um cidã- dão assim dificilmente conquistará a própria família para os seus pontos de vista. Não levará um amigo para um comício e não conseguirá uma assinatura num memorial qualquer. Mas, infeli- zmente, em nossas fileiras ainda há muito disso, e de alto a baixo. Ocorre- me até apresentar dois exemplos que formam um contraste bem ilustrativo: os camaradas Diógenes Arruda e Roberto Moreira. Ambos foram deputados sendo que o primeiro sobrepujava de muito ao segundo em hierarquia par- tidária. No entanto, o primeiro não só realizou um apagado trabalho parlamen- tar como não se ligou, minimamente que fosse, aos parlamentares no meio dos quais atuou. O Moreira por seu lado tem amigos deputados em quase todos os Estados, e, mesmo agora, fora do Par- lamentar ainda pode valer-se proveitosamente das ligações que ganhou como de- putado. É incontestável a vantagem que tem o Partido com a atuação ampla e construtiva de seus quadros, e, nos exemplos que apontei não se pode ter dúvidas quanto aos resultados diversos das duas atuações. Sugiro mesmo que no artigo dos deveres dos membros do Partido se inclua um capaz de remediar, ou de encaminhar a solução disto que aqui apresento como problema que precisamos resolver. Incluíramos, as- sim, entre estes deveres: — manter no meio social em que atua, uma conduta que o torne criador de eslima e do res- peito no círculo de suas relações.

6 — O nosso próximo Congresso não irá apenas traçar a nova linha política. Irá eleger, também, a sua direção na- cional. Em condições normais este pon- to da ordem do dia já não poderia deixar de ser muito importante. Mas, nas condições que atravessamos, vindos de uma mudança de linha e de métodos, passa a ser muito maior a importância do problema de eleição do C.C. uma vez que, razoavelmente, em função mesmo dessas mudanças deverão operar-se al- terações correspondentes na composição dessa direção. O Debate não tem en- frente esta questão, mas a mim pa- rece crucial que no C.C. somente deverão permanecer, da direção velha, aquelas camaradas que mais cumpridamente convencerem o Congresso do seu afe- çamento à linha política que for apro- vada. Não se trata, no caso, de que a minoria deva sujeitar-se à manifestação da maioria, como se estivéssemos diante de uma resolução de rotina. Não. Ire- mos num Congresso aprovar uma linha política e escolher a direção que de- verá aplicá-la. O Congresso será o criador e a direção escolhida será a criadora. Teremos de ser bílicos fazendo com que esta tenha a imagem e semelhança daquele. Mas esta não é uma questão que deva ser debatida apenas no dia do Congresso. Eu neste problema me co- loco na posição do membro do Partido que precisa de elementos para fazer um exame crítico das candidaturas ao C.C. E, de que elementos disponho para isso? De quase nada, a não ser relativamente aos candidatos potenciais a quem co- nheço pessoalmente. Mas, isso não basta, sem dúvida alguma.

7 — As Teses fazem uma demorada e Análise Crítica da Atuação do Partido. Essa análise nos ajuda bastante e esta- belece as bases para o exame crítico dos quadros, individualmente. Mas, des- tes, os quadros dirigentes, candidatos potenciais ao C.C. precisam, têm o de- ver de nos transmitir a sua autocrítica individual. Não tenho uma idéia clara sobre a forma como essa autocrítica de- va ser feita. Prestes, a quem ouvimos aqui no Rio Grande há poucos dias, fez uma autocrítica pública e nós sabemos que Prestes durante a fase mais tormen- tosa da vida de nosso Partido se conser- vado segregado da atividade diária da direção. Além disso, tenho para mim que Prestes se inclui nos 60% que for- nam a maioria que aprovou as Teses, conforme a informação do camarada Caúli Chade, e, assim, aprovou também a «Análise Crítica» incluída nas Teses. Mas, os demais companheiros, e, espe- cialmente, os companheiros da oposição às Teses, os que formam nos 40% que não aprovaram as Teses? Qual a sua análise crítica da atuação do Partido? Que pensam e como julgam a sua pró- pria atuação?

Consta das Teses... O centralismo democrático, prin- cípio diretor da organização e da vi- da interna do Partido, era sistemati- camente infringido. Predominava uma esmagadora centralização, acompanhada de métodos mandonis- tas, incompatíveis com as normas de convivência entre comunistas. As funções dirigentes eram usurpadas, em cada escalão, pelas direções res- tritas, e, muitas vezes, por um só dirigente. Começava este sistema no próprio Comitê Central, que abdicou do seu papel de instância máxima dirigente do Partido no intervalo entre os Congressos para conferir po- deres absolutos ao Presidium, ou- tre, por sua vez, o domínio inco- nstrastível pertencia ao secretário geral nacional. «A elaboração da linha política era monopólio de um grupo extrema- mente reduzido. O princípio da de- mocracia interna era abertamente infringido e a opinião das organiza- ções e dos militantes sufocada pelos mais variados processos de intimi- dação.»

Pelo que toca na minha carne, como mandão e como mandado, sei que é certa essa análise crítica. Eu era mandado pelo Secretariado do C.R. e mais mandado ainda pelo Secretário Político que por aqui chegasse para assumir a Se- cretaria. Em compensação, eu também fazia das minhas. Na C.F. — que dirigi

durante muito tempo — mandei e des- mandei. Arranquei avais, empréstimos, fianças e contribuições pesadas de ca- maradas do Partido na base da «disci- plina» e do argumento de autoridade. Impus tarefas inventíveis a um apreci-ável número de camaradas ligados ao trabalho da C. F. Estou convencido de que alguns desses camaradas que hoje se afastaram do Partido, assim procederam como uma maneira de libertar-se de um convívio quase intolerável. Eu tinha a meu favor a circunstância de que eu não era um mandão, apenas. Eu também fazia, e como fazia! Sobre mul- tos camaradas mandonistas eu levei a vantagem de, pessoalmente, ter-me im- posto tarefas práticas de vulto e das quais em geral eu me saía satisfatoriamente. Mas, de qualquer forma ajudel a dar curso ao mandonismo de clima e a liquidar o centralismo democrático. Penso que o fato de ter sido um tare- feiro me torna mais compreensivo da nova linha do que os camaradas que apenas mandavam e viviam afofados na burocracia. Faço, assim, ainda que pre- cisamente a minha autocrítica e apro- vado para pedir desculpas ao grande nú- mero de companheiros a quem atormentel com pesados encargos e com os con- denáveis métodos de impérios.

Eu sou um quadro secundário, mas e os quadros que pertencem ao atual C.C. e que são visíveis candidatos ao futuro C.C.? E, sobretudo os que estão contra as Teses? Não terão nada a nos dizer a seu próprio respeito? Eram do Presidium? Eram do Secretariado? Co- se pode restringir a luta ideológica entre os comunistas, unicamente como uma luta entre tendências de direita e de esquerda, uma vez que isto significa travar a ba- talha em campo inimigo, isto é, dentro dos li- mites da concepção metafísica, subjetiva e unilateral. Exatamente: a tendência de di- reita, encarnada pelo renegado Agildo, é campo do inimigo porque produto da in- fluição burguesa; a tendência de esquerda (da qual o camarada Leda é um dos aru- tos) é também campo adversário, porque produto de penetração ideológica da pequena burguesia em nosso Partido. Por isso é que preferimos tratar do problema no cam- po genunalmente proletário — o campo da «Declaração Política» e das «Teses para Discussão».

Essa recomendação levou-me a escrever este artigo, já que, se foi a obra de E. R. Leda não bem recebida pelo categori- zado defensor da linha velha e ultrapas- sada, por certo representa mais um ar- gumento para a "tendência esquerdista", tão pobre dela, aliás, fazendo-se mister que os camaradas que vivem com os pés na terra o refutem vigorosamente.

A primeira categórica afirmação do artigo é que a luta travada em nossas fi- licias, atualmente, é ideológica. Até aí, o companheiro se revela apenas um grande admirador, do tipo oriental. Logo depois, porém, afirma que existem apenas duas tendências, correspondendo uma aos inter-êres da burguesia e, está visto, sendo produto da influência ideológica dessa classe sobre o nosso Partido, e outra nos do proletariado. Observa-se, então, que o com- panheiro — numa falha lamentável para quem procura ser um marxista-leninista — esquece uma terceira classe que, nas con- dições da sociedade capitalista subdes- desenvolvida, como a brasileira, exerce grande influência sobre o proletariado, por estar mais próxima dele socialmente: a pequena burguesia. Esquece que os revoltados des- se classe procuram, sempre, destruir o regime que não lhes permite atingir os ob- jetivos de seu pequeno mundo e, para tan- to, procuram o partido mais radical da sociedade capitalista, o partido proletário. Dentro dele, se não são convenientemente reeducados, procuram impor a necessidade de uma transformação histórica imediata e o arrastam, quando podem, ao revolução- rismo, às aventuras políticas.

Esse lapso, que no artigo ocultou o grande papel da influência pequeno-bur- guesa em nosso Partido, seria compreensível se não estivesse claro para todos nós, nos dias de hoje, que, se o direitismo é resul- tante da influência burguesa, o "esquerdis- mo", como ensina Lenin, resulta da influ- ência da ideologia pequeno-burguesa sobre o proletariado. A intolerância e desespero anticlericais desta classe contra o atual regime são a fonte donde promanam o sectarismo, o mandonismo e todas as outras deformações "esquerdistas" do partido proletário. Foi essa influência que nos levou aos graves erros consubstanciados nos Ma- nifestos de janeiro e agosto e no Programa "científico" de 1954, erros a que o com- panheiro Leda e todos os demais integrantes da "tendência esquerdista" teimam em voltar, quando afirmam, como faz o artigo focalizado, que o proletariado tem, como objetivo estratégico na atual etapa da re- volução, "a conquista de um poder polí- tico que lhe garanta a transição para o socialismo, que lhe permita um desenvolvi- mento no capitalismo da sociedade brasi- leira" (o grifo é meu M.R.).

E evidente que a ocultação da influ- ência pequeno-burguesa sobre o partido marxista e a reafirmação saudosas das teses do Programa de 1954 não ocorrem por acaso: o camarada E. R. Leda sabe que o esquerdismo sectário é fruto dessa influ- ência e, se a afirmasse, teria que concordar com os postulados fundamentais das "Teses para Discussão". Faz-se mister, todavia, desmascará-la convenientemente, para que não voltemos às aventuras inconseqüentes. Com referência ao problema das ten- dências ideológicas, o camarada E. R. Leda faz, aliás, uma confissão inconsciente da justez das "Teses". Diz ele que "não

durante muito tempo — mandei e des- mandei. Arranquei avais, empréstimos, fianças e contribuições pesadas de ca- maradas do Partido na base da «disci- plina» e do argumento de autoridade. Impus tarefas inventíveis a um apreci-ável número de camaradas ligados ao trabalho da C. F. Estou convencido de que alguns desses camaradas que hoje se afastaram do Partido, assim procederam como uma maneira de libertar-se de um convívio quase intolerável. Eu tinha a meu favor a circunstância de que eu não era um mandão, apenas. Eu também fazia, e como fazia! Sobre mul- tos camaradas mandonistas eu levei a vantagem de, pessoalmente, ter-me im- posto tarefas práticas de vulto e das quais em geral eu me saía satisfatoriamente. Mas, de qualquer forma ajudel a dar curso ao mandonismo de clima e a liquidar o centralismo democrático. Penso que o fato de ter sido um tare- feiro me torna mais compreensivo da nova linha do que os camaradas que apenas mandavam e viviam afofados na burocracia. Faço, assim, ainda que pre- cisamente a minha autocrítica e apro- vado para pedir desculpas ao grande nú- mero de companheiros a quem atormentel com pesados encargos e com os con- denáveis métodos de impérios.

Eu sou um quadro secundário, mas e os quadros que pertencem ao atual C.C. e que são visíveis candidatos ao futuro C.C.? E, sobretudo os que estão contra as Teses? Não terão nada a nos dizer a seu próprio respeito? Eram do Presidium? Eram do Secretariado? Co-

a contradição entre a nação brasileira em desenvolvimento e o imperialismo norte- americano existe e determina, neste momen- to, os rumos de toda a vida política do país. O conceito marxista de nação foi enun- ciado por Stalin no trabalho "O Marxiz- mo e o Problema Nacional e Colonial" e reafirmado pela obra "Fundamentos da Filosofia Marxista", editada em 1959 pela Academia de Ciências da URSS. Segundo esse conceito, "nação é uma comunidade es- tável, historicamente formada, com comu- nidade de idioma, de território, de vida econômica e de psicologia, manifestada esta na comunidade de cultura". Acrescenta-se, ainda, que não existindo um apenas desses elementos comuns, não há nação.

Ora, o Brasil não é, ainda, segundo o marxismo, uma nação, mas sim uma nação em desenvolvimento, como muito bem afirmam as "Teses para Discussão". Os latifundiários e grandes capitalistas as- sociados ao imperialismo não possuem comu- nidade de interesses com essa nação em desenvolvimento e, portanto, não participam dela. Por isso, a contradição da nação em desenvolvimento com o imperialismo norte- americano não os engloba, como querem o camarada Leda e alguns outros "esquer- distas". Apenas as contradições entre seto- res deles podem ser aproveitadas, em de- terminadas circunstâncias e por algum tem- po, para mais rapidamente liquidá-los nos classes (no que se refere aos latifundiários) e como setores de classe (no que diz res- peito à burguesia ligada ao imperialismo).

Além de existir, a contradição entre a nação em desenvolvimento e o imperialismo também é interna e se reflete, con- cretamente, na luta entre classes. A maior parte dos latifundiários está ligada ao im- perialismo pelo comércio exterior: boa parte da burguesia encontra-se associada a ca- pitalistas imperialistas. Politicamente, formam um bloco compacto (embora com pequenas contradições), já que seus interesses são co- muns. Para nós são alongamentos, clare- mos apenas um político que os representa: Carlos Lacerda.

O mesmo ocorre com relação à frente única nacionalista e democrática. Em 24 de agosto de 1954, a maior expressão po- lítica da burguesia Getúlio Vargas. E eu per- tencio ao "camarada Leda se ele não con- sidera os acontecimentos daquele dia, e os dos que o precederam, como o reflexo, no plano político interno, de uma luta de cla- se também interna?".

Identicos foram o 11 e 21 de novem- bro de 1955. Enquanto as forças progressis- tas da nação estavam representadas pelo então gen. Teixeira Lott, os entreguistas tinham como representantes a camarilha golpista apitada do poder, com Carlos Luz a frente. E pergunto novamente: o estado de sítio que se seguiu não foi de classe? Lembre-se que nenhum setor nacionalista — nem os comunistas — foi molestado por ele. Entretanto, para os golpistas transfor- mou-se num verdadeiro inferno.

Além disso, se o camarada Leda não se convence de que a contradição é interna perguntamos-lhe: a luta pela Petrobrás foi ou não uma luta de classes? A serviço de quem estavam os policiais que espancavam e matavam nas ruas? Que forças se digladiam no Parlamento?

Ademais: onde atuam, econômica e po- liticamente, os trustes estrangeiros instala- dos no país? Quando os frigoríficos au- mentam a carne e provocam a reação po- pular (como a dos dozeiros e estivadores santistas, que se negaram, na última crise, a embarcar carne enquanto faltasse no mercado interno o produto), a contradição não é brasileira, embora o truste seja estrangeiro? A Light, a Bond and Share, a Sanbra, a Anderson Clayton, a Shell, a Texaco, a Ipiranga, a Standard Oil estão instaladas onde? Exercem pressão sobre qual o go- verno? Entram em contradição com forças de que país, em nosso caso específico?

mo foram parar no Comitê Central? Há quanto tempo ocupam cargos de dire- ção? Desligados da produção há quanto tempo? Em que medida colaborou para a elaboração do Manifesto de Agosto, do Programa, e da Declaração de 58 e das Teses? Que ligações de massa têm os camaradas? Enfim, muita coisa precisamos saber para formarmos um juízo. E, no entanto, camaradas do Comitê Central como Grabois e Poniar (para falar nos que eu conheço) entram no Debate inteiramente esquecidos de sua autocrítica. Que é que há? Pretendem fazê-la no dia do Congresso? É claro que a perdurar essa situação teremos de presumir que os camaradas que não fizeram sua autocrítica, assim terão agido por considerarem que não têm au- tocrítica a fazer.

8 — Antes de encerrar desejo referir-me a Prestes e à análise crítica que as Teses fazem a seu respeito e à explora- ção de seu prestígio para justificar e reforçar o sistema de violação dos prin- cípios.

É que Prestes dispõe de um prestígio que transborda além do Partido e da classe operária. É um revolucionário provado. É o chefe militar que entrou para a História em caráter definitivo. É um patriota cuja vida é um paradigma de honradez e dignidade. Enfim, Prestes, é o maior brasileiro dos tempos atuais. É mais. É uma bandeira conhecida nos cinco continentes. Guardadas as proporções Prestes é muito mais o nosso Lenin do que o nosso Stalin. Se-

ria, pois, para nós brasileiros e para nós que além do brasileiros somos co- munistas, estamos nos preocupando com o culto a Prestes quando é certo que esse culto — no sentido de admira- ção e de respeito — só nos pode ser útil e proveitoso. Agora isso, Prestes não me parece um comunista suscetível de alimentar o culto à sua própria personalidade. Penso mesmo que, práti- camente, Prestes tem sido demasiado dó- cil às opiniões de alguns camaradas do C.C. Seria interessante mesmo que fôs- sem melhor conhecidas as circunstân- cias em que Prestes sofreu a última il- legalização, como esta transcorreu, como terminou, e em todo esse episódio, como se portou e que opiniões teve o nosso camarada Prestes.

De qualquer forma, do ponto de vista dos superiores interesses do Partido e do povo brasileiro, cumpre a nós presti- jar cada vez mais o nome de Prestes. Já é uma vantagem excepcional para cada um de nós, poderemos ter como nosso mais alto dirigente a um patrio- ta, a um homem limpo, a um cidadão de conduta impecável como Prestes. Isto, no Brasil pelo menos, é muito im- portante.

9 — Desde o início achei que o pra- zo para o Debate seria insuficiente. Mas, também achei que seria melhor reali- zado o Congresso precedido desse curto prazo, do que adiar o Congresso. Afinal, o V Congresso será apenas um déia. De qualquer forma, os cem dias de dis- cussão, já são alguma coisa. No Congres- so anterior nós dispussemos de muito mais tempo, mas, não para discutir: para aplaudir o Programa — obra do "marxismo criador" — e escolher os dele- gados de antemão indicados pelo Se- cretariado.

Não tenhamos dúvida, pois, de que, apesar do pouco tempo de que dispo- mos, nós estamos progredindo, e o de- bate está a mostrar que não é pequeno esse progresso.

Pórtio Alegre, 5 de julho de 1960.  
Julio Teixeira

MÁRIO RODRIGUES (Santos, S. Paulo)

## A Contradição Principal no Pensamento «Esquerdista»

O camarada, E. R. Leda, do Ceará, escreveu um artigo (segunda contradição fundamental): dissimulando as contradições internas), que eu teria catalogado como mais um documento patenteador dos últi- mos estereótipos da tendência "de esquerda" que atualmente existe em nosso Partido, não fora a recomendação especial que dele me fez o companheiro Orlando Plotto, de São Paulo, o qual o classificou de "mel- hor artigo", dentre os publicados naquele número de NOVOS RUMOS.

Essa recomendação levou-me a escrever este artigo, já que, se foi a obra de E. R. Leda não bem recebida pelo categori- zado defensor da linha velha e ultrapas- sada, por certo representa mais um ar- gumento para a "tendência esquerdista", tão pobre dela, aliás, fazendo-se mister que os camaradas que vivem com os pés na terra o refutem vigorosamente.

A primeira categórica afirmação do artigo é que a luta travada em nossas fi- licias, atualmente, é ideológica. Até aí, o companheiro se revela apenas um grande admirador, do tipo oriental. Logo depois, porém, afirma que existem apenas duas tendências, correspondendo uma aos inter-êres da burguesia e, está visto, sendo produto da influência ideológica dessa classe sobre o nosso Partido, e outra nos do proletariado. Observa-se, então, que o com- panheiro — numa falha lamentável para quem procura ser um marxista-leninista — esquece uma terceira classe que, nas con- dições da sociedade capitalista subdes- desenvolvida, como a brasileira, exerce grande influência sobre o proletariado, por estar mais próxima dele socialmente: a pequena burguesia. Esquece que os revoltados des- se classe procuram, sempre, destruir o regime que não lhes permite atingir os ob- jetivos de seu pequeno mundo e, para tan- to, procuram o partido mais radical da sociedade capitalista, o partido proletário. Dentro dele, se não são convenientemente reeducados, procuram impor a necessidade de uma transformação histórica imediata e o arrastam, quando podem, ao revolução- rismo, às aventuras políticas.

Esse lapso, que no artigo ocultou o grande papel da influência pequeno-bur- guesa em nosso Partido, seria compreensível se não estivesse claro para todos nós, nos dias de hoje, que, se o direitismo é resul- tante da influência burguesa, o "esquerdis- mo", como ensina Lenin, resulta da influ- ência da ideologia pequeno-burguesa sobre o proletariado. A intolerância e desespero anticlericais desta classe contra o atual regime são a fonte donde promanam o sectarismo, o mandonismo e todas as outras deformações "esquerdistas" do partido proletário. Foi essa influência que nos levou aos graves erros consubstanciados nos Ma- nifestos de janeiro e agosto e no Programa "científico" de 1954, erros a que o com- panheiro Leda e todos os demais integrantes da "tendência esquerdista" teimam em voltar, quando afirmam, como faz o artigo focalizado, que o proletariado tem, como objetivo estratégico na atual etapa da re- volução, "a conquista de um poder polí- tico que lhe garanta a transição para o socialismo, que lhe permita um desenvolvi- mento no capitalismo da sociedade brasi- leira" (o grifo é meu M.R.).

E evidente que a ocultação da influ- ência pequeno-burguesa sobre o partido marxista e a reafirmação saudosas das teses do Programa de 1954 não ocorrem por acaso: o camarada E. R. Leda sabe que o esquerdismo sectário é fruto dessa influ- ência e, se a afirmasse, teria que concordar com os postulados fundamentais das "Teses para Discussão". Faz-se mister, todavia, desmascará-la convenientemente, para que não voltemos às aventuras inconseqüentes. Com referência ao problema das ten- dências ideológicas, o camarada E. R. Leda faz, aliás, uma confissão inconsciente da justez das "Teses". Diz ele que "não

a contradição entre a nação brasileira em desenvolvimento e o imperialismo norte- americano existe e determina, neste momen- to, os rumos de toda a vida política do país. O conceito marxista de nação foi enun- ciado por Stalin no trabalho "O Marxiz- mo e o Problema Nacional e Colonial" e reafirmado pela obra "Fundamentos da Filosofia Marxista", editada em 1959 pela Academia de Ciências da URSS. Segundo esse conceito, "nação é uma comunidade es- tável, historicamente formada, com comu- nidade de idioma, de território, de vida econômica e de psicologia, manifestada esta na comunidade de cultura". Acrescenta-se, ainda, que não existindo um apenas desses elementos comuns, não há nação.

Ora, o Brasil não é, ainda, segundo o marxismo, uma nação, mas sim uma nação em desenvolvimento, como muito bem afirmam as "Teses para Discussão". Os latifundiários e grandes capitalistas as- sociados ao imperialismo não possuem comu- nidade de interesses com essa nação em desenvolvimento e, portanto, não participam dela. Por isso, a contradição da nação em desenvolvimento com o imperialismo norte- americano não os engloba, como querem o camarada Leda e alguns outros "esquer- distas". Apenas as contradições entre seto- res deles podem ser aproveitadas, em de- terminadas circunstâncias e por algum tem- po, para mais rapidamente liquidá-los nos classes (no que se refere aos latifundiários) e como setores de classe (no que diz res- peito à burguesia ligada ao imperialismo).

Além de existir, a contradição entre a nação em desenvolvimento e o imperialismo também é interna e se reflete, con- cretamente, na luta entre classes. A maior parte dos latifundiários está ligada ao im- perialismo pelo comércio exterior: boa parte da burguesia encontra-se associada a ca- pitalistas imperialistas. Politicamente, formam um bloco compacto (embora com pequenas contradições), já que seus interesses são co- muns. Para nós são alongamentos, clare- mos apenas um político que os representa: Carlos Lacerda.

O mesmo ocorre com relação à frente única nacionalista e democrática. Em 24 de agosto de 1954, a maior expressão po- lítica da burguesia Getúlio Vargas. E eu per- tencio ao "camarada Leda se ele não con- sidera os acontecimentos daquele dia, e os dos que o precederam, como o reflexo, no plano político interno, de uma luta de cla- se também interna?".

Identicos foram o 11 e 21 de novem- bro de 1955. Enquanto as forças progressis- tas da nação estavam representadas pelo então gen. Teixeira Lott, os entreguistas tinham como representantes a camarilha golpista apitada do poder, com Carlos Luz a frente. E pergunto novamente: o estado de sítio que se seguiu não foi de classe? Lembre-se que nenhum setor nacionalista — nem os comunistas — foi molestado por ele. Entretanto, para os golpistas transfor- mou-se num verdadeiro inferno.

Além disso, se o camarada Leda não se convence de que a contradição é interna perguntamos-lhe: a luta pela Petrobrás foi ou não uma luta de classes? A serviço de quem estavam os policiais que espancavam e matavam nas ruas? Que forças se digladiam no Parlamento?

Para ser marxista, camarada Leda, pre- cisa-se saber analisar os fenômenos que se dão concretamente. Não basta chamar pela teoria dialética-materialista, como Você o faz, para que estejamos aplicando corretamente a grande ciência. Sigamos a lição de Mao-Tsé-Tung, que Você cita em seu arti- go: "quando estudamos o desenvolvimento das coisas (é preciso que) partamos do seu conteúdo interno, da relação existente entre a coisa estudada e as outras coisas".

De acordo com isso, para estudarmos a realidade brasileira, temos que partir de sua economia. Nessa análise, observamos que, ao lado de capitais nacionais, exist- tem capitais estrangeiros, que lhes antec- e e dificultam o desenvolvimento. Esses capitais estrangeiros atuam no Brasil e entram a burguesia nacional, portanto, a contradição que geram é interna. Assim se encontra a nossa economia. Mas, com que se relacionam, na sua imensa maioria, os capitais estrangeiros que atuam no Brasil? Com o imperialismo norte-americano, que é a sua base. De modo que, a contradição principal é com ele não porque venha de fora, mas porque as suas ramificações, dentro do país, são o principal fator de nosso atraso.

Eis aí, camarada Leda, os fatos e a teoria dele decorrentes, a realidade e a tese. Refute-os, se puder, sem deformá-los.

### As contradições fundamentais

Ainda em seu artigo, o companheiro Leda procede a um ataque frontal às Teses e aos "teóricos" (talvez esta expressão é que tenha provocado a admiração do camarada Plotto), por terem ele negado o caráter democrático da revolução.

Isto é falso e uma simples leitura das "Teses" o mostra. Quanto aos latifundiá- rios, elas afirmam que, nesta etapa da re- volução, têm que desaparecer como classe (belo exemplo de direitismo, aliás). Entre- tanto, afirmam também que a luta agrária se subordina à luta antilatifundista. Esta assertiva comprova-se dia a dia: a Federa- ção das Associações Rurais do Estado de São Paulo (FAPESP) teve diversos choques com os que procuravam impedir o estabelecimento de relações comerciais com o campo socialista e hoje pugna por re- lações com a China. A posição dos latifun- diários no caso do empréstimo do Banco Mundial a Kenia é bem elucidativo. O latifundiário Onofre Gozen, que milita na Assembleia Legislativa de nosso Estado, considera Eisenhower um forjador de quer- ras, os povos do Japão e de Cuba como dois exemplos para o mundo. Então, porque não aproveitar essas contradições como tá- tica para debilitar cada vez mais o campo inimigo, embora estrategicamente saibamos que os latifundiários têm que desaparecer nesta etapa da revolução e lutemos por isso?

Ademais, como a derrota do imperia- lismo não se dará num "milagroso momen- to", mas através de reformas, de acumulação de forças que possibilite o salto dialético, tam- bém a reforma agrária não se fará num belo amanhecer, mas paulatinamente, atrá- ves de medidas, que constituem verdadei- ras reformas de estrutura. Esta a maneira de lutar, no Brasil de hoje, para que o cam- pões tenha terra. O resto é conversa mole de quem está fora da vida.

Ao camarada Plotto, que me recomen- dou o artigo, um conselho: se o metalúrgico ainda não desapareceu do seu espírito de operário, vá conversar com eles, nos momentos de folga. Vá auscultar o que sente a sua categoria profissional e se con- vencerá: temos a certeza, de que a posição "esquerdista" não corresponde aos inter-êses do proletariado.

Santos, 8 de julho de 1960.

Publicou a 'Tribuna de Debate', em sua edição de 8 de julho, um artigo do camarada A. Passos Guimarães, sob o título 'A questão das etapas da revolução brasileira'...

JACOB GORENDER

Uma Teoria Direitista Das Etapas da Revolução

Compreende-se que o camarada Passos Guimarães apresente uma teoria pessoal a respeito das etapas da revolução no Brasil como o faz no seu artigo. O que é inadmissível — porque se choca com a verdade — é que escreva não terem a Declaração e as Teses enfrentado e desenvolvido tal questão de importância indiscutivelmente decisiva.

que, até certo ponto, tenta se apoiar nas Teses, afirmando que ali a questão já está 'esboçada'. Como, porém, não encontra qualquer apoio efetivo nas Teses, é obrigado a recorrer a expressões como 'não está dito textualmente nas Teses, mas subentende-se...'

A originalidade do camarada Passos Guimarães consiste em que não considera a revolução anticolonialista e antifundamental como etapa única, mas a desdobra em duas etapas, que denomina a primeira, de nacional e democrática, e a segunda, de democrático-popular.

Em que consistiria essa primeira etapa, segundo o camarada Passos Guimarães? Damos a palavra ao próprio autor da teoria: 'Na primeira etapa, a etapa atual, existirá a possibilidade real de serem desalojadas do poder as mais caducas forças do colonialismo e do pré-capitalismo. Isto é, toda a classe de latifundiários feudais (embora ainda fiquem nele os latifundiários burgueses), toda a burguesia intermediária ligada ao imperialismo norte-americano (chamemo-la de burguesia compradora, capital comprador ou qualquer outro nome) levando de cambalhão os agentes entreguistas e testas-de-ferro do imperialismo norte-americano.

Assim temos exposta, sem margem para dúvidas, a teoria das duas etapas revolucionárias no Brasil: a primeira — anticolonialista e antifundamental, nacional e democrática; a segunda — socialista. Lutamos para que a primeira etapa culmine num poder das forças anticolonialistas e antifundamentais sob a direção do proletariado.

As Teses formularam a questão de modo mais desenvolvido, mas sem alterações essenciais. Eis o que se lê na Tese 22: 'A revolução no Brasil, na sua atual etapa, é anticolonialista e antifundamental, nacional e democrática. São suas tarefas essenciais: a inteira libertação econômica e política da dependência com relação ao imperialismo, o que exige a eliminação da exploração dos monopólios estrangeiros, principalmente norte-americanos; a transformação radical da estrutura agrária, com a liquidação do monopólio da terra, das relações pré-capitalistas de trabalho e, consequentemente, dos latifundiários como classe; o desenvolvimento independente e progressista da economia nacional em todas as suas esferas; a democratização radical da vida política, a fim de que venha a refletir, em primeiro plano, as reivindicações das grandes massas trabalhadoras e populares.'

Por sua vez, as Teses 25 afirma o seguinte: 'O interesse do proletariado consiste em que a revolução nacional e democrática se desenvolva ininterruptamente, adquira a máxima amplitude e profundidade, em que venha a ser uma revolução democrático-burguesa de novo tipo, parte integrante da revolução socialista mundial. Para que isto aconteça, é indispensável a hegemonia do proletariado na frente revolucionária e a conquista de um poder das forças anticolonialistas e antifundamentais sob a direção do proletariado.'

Uma vez completadas, nos seus aspectos essenciais, as tarefas da revolução nacional e democrática, a hegemonia do proletariado será também a condição política fundamental que deverá assegurar a transição do socialismo, objetivo não imediato, porém, final da classe operária brasileira.'

Depois de atenta análise, não cabe seno uma resposta: a uma etapa que pode ser tudo menos revolucionária, porque nenhuma transformação qualitativa nela ocorrerá. O que o camarada Passos Guimarães propõe é que o proletariado e as demais forças revolucionárias se alijem a si mesmas, conformando-se com a manutenção indefinida do status quo.

Para deter a penetração imperialista e retomar certas posições ao imperialismo não é ela também a mais atingida nos estereótipos da agonia de todo o sistema capitalista mundial. Sendo assim, a revolução brasileira tem que ser situada sob o signo do fogo para esses dois reatos da sociedade capitalista: o capitalismo e o seu sustentáculo, o imperialismo americano, e os restos feudais ainda existentes em nosso país.

As teses que se discutem neste momento, estão levando nossos companheiros a um debate jamais presenciado em nosso Partido, o Partido Comunista.

E tu, como militante da velha guarda, que tomes parte ativa nas gloriosas greves de 1918 na cidade do Rio de Janeiro, e mesmo abraça todo o sistema de seu campo. Sendo assim, ele é o denominador comum dessa sociedade, a sociedade burguesa-feudal. Agora, a sociedade burguesa-feudal, sendo o elemento mais confortador do imperialismo capitalista, essa sociedade tem que ser a linha política desejada, que nos facilite o avanço de nossa luta para os objetivos desejados.

Tomando por base que o imperialismo capitalista é a última etapa do capitalismo, temos que levar em conta que o mesmo abraça todo o sistema de seu campo. Sendo assim, ele é o denominador comum dessa sociedade, a sociedade burguesa-feudal. Agora, a sociedade burguesa-feudal, sendo o elemento mais confortador do imperialismo capitalista, essa sociedade tem que ser a linha política desejada, que nos facilite o avanço de nossa luta para os objetivos desejados.

Contraoposição à Declaração e às Teses, o camarada Passos Guimarães considerou que ainda havia 'um problema por esclarecer' e elaborou sua teoria pessoal das etapas da revolução no Brasil. É verdade

é preciso consumir uma revolução, bastam certas alterações na correlação de forças. A prova é que, sem qualquer revolução, a penetração imperialista já foi detida em alguns setores, como o demonstra a conquista do monopólio estatal do petróleo, e certas posições foram retomadas ao imperialismo, como atestam a proibição de exportação de minerais atômicos e a encampação da Ilha da Bond and Share em Porto Alegre.

Considerar a reforma agrária não camponesa como tarefa revolucionária é desastrosa 'audácia' teórica, porque tal espécie de 'reforma agrária', já vem sendo realizada espontaneamente pelo capitalismo há muito tempo e dela se fizeram pregoeiros, por exemplo, os dirigentes da Confederação Nacional da Indústria (V. Resoluções da IV Reunião Plenária da Indústria, em Goiânia). Nada pode haver de revolucionário, no terreno da questão agrária, em preferir a linha da grande burguesia e dos latifundiários aburguesados, linha de penetração do capitalismo nos quadros do latifúndio, ao invés de optar decididamente, como fazem as Teses, pela linha camponesa, de transformação da atual estrutura da propriedade da terra, que é a única linha revolucionária nas condições existentes.

Vejam as coisas, agora, do ponto-de-vista das classes no poder. A substituição do poder dos latifundiários feudais pelos latifundiários aburguesados é um processo que há longo tempo se leva a efeito, tendo sido precipitado pelo movimento de 1930. Na situação de hoje, os latifundiários, que ainda podem ser classificados de aproximadamente feudais, pesam relativamente pouco do ponto-de-vista nacional, embora ainda conservem predominância local nas regiões mais atrasadas. No Governo Federal, os latifundiários que, de fato, contam (para os créditos do Banco do Brasil, os altos postos governamentais, etc.), já são, e não de hoje, precisamente os aburguesados em diferentes graus, que dominam as culturas do café, do açúcar, do cacau, do arroz, a pecuária, etc.

Agora a terminologia emprestada ao marxismo, nenhuma diferença percebemos. A preocupação do camarada Passos Guimarães em 'purificar' o capitalismo ao máximo, antes de passar para qualquer tarefa realmente revolucionária, é mais patente ainda na questão da burguesia chamada nacional. Esta já participa do poder político como um todo, como classe, embora deva compartilhar o poder, de modo contraditório, com os latifundiários (sobretudo os aburguesados) e a burguesia entreguista.

Levado pela sua obstinação em justificar a hegemonia da burguesia na atual etapa da revolução, o camarada Passos Guimarães chega a afirmar simplesmente o seguinte: 'Com a primeira etapa — a etapa nacional democrática — "terminará" a revolução burguesa no Brasil, pois, como dizem os clássicos, é com a conquista do poder pela burguesia que "termina" a revolução burguesa'. (Idem).

A obra de Lenin não existe, portanto, para o camarada Passos Guimarães. Entretanto, Lenin não se limitou a demonstrar o imenso interesse que possui o proletariado na revolução democrático-burguesa (V. a proposta, as citações de 'Duas Tácticas', reproduzidas no artigo de Manuel Paiva 'Sobre as Contradições Fundamentais na Sociedade Brasileira', em 'Novos Rumos', 8-7-1960).

Um social-democrata quer... desenvolver a luta de classes do proletariado encalhada a desempenhar na revolução popular russa um papel dirigente, isto é, levar esta revolução até a ditadura democrática do proletariado e dos camponeses... Nossa revolução é uma revolução de todo o povo, diz a social-democracia ao proletariado. Por isso, tu deves, como classe mais avançada e como a única classe revolucionária até o fim, procurar participar, não só de maneira mais enérgica, senão desempenhar nela um papel dirigente.'

Utilizando-se desta citação isolada de Lenin para constatar que a burguesia mantém ainda a hegemonia do movimento nacional no Brasil e para recomendar ao proletariado que apóie a hegemonia da burguesia na etapa atual da revolução, o camarada Passos Guimarães comete lamentável solismo.

Na sua obra 'Sobre o direito das nações à autodeterminação', escrita em fevereiro-março de 1914 (V. Obras Escolhidas, edição em espanhol — Moscou, 1948, Tomo I, p. 848), Lenin tratou especificamente da autodeterminação política, estatal, censuária Roas de Luxemburgo por confundir este problema com o da independência econômica. E tal tratamento específico se justificava, porque Lenin não tinha em vista somente os movimentos nacionais das colônias e semicolonias oprimidas pelo imperialismo na Ásia e África, como também os movimentos nacionais que se verificavam nos Estados multinacionais da Europa. Isto, em primeiro lugar. Em segundo lugar, Lenin tinha em vista o mundo de 1914, ainda antes da I Guerra Mundial, quando os movimentos nacionais não podiam deixar de ser historicamente liderados pela burguesia. Mas o próprio Lenin, na mesma obra, logo após o trecho citado pelo camarada Passos Guimarães (Obra citada, p. 862), declara:

representam ao mesmo tempo, o futuro do movimento". Pois bem. Ganhar a revolução, mas sempre vigilantes, e pondo no comando a classe operária, e seu aliado natural, o camponês, embora tenhamos como companheiros de viagem a burguesia descontente, e todos os mais descontentes.

Mas fazemos a revolução brasileira dando o comando a essa burguesia seria a mesma coisa que plantarmos uma árvore, cuidarmos dela e dá-la a essa burguesia para saborear seus frutos. Se temos por base a dialética do desenvolvimento das sociedades, e sabendo que neste momento o socialismo é a sociedade mais avançada para ir ao poder, temos que levar em conta que essa burguesia nacional e progressista já é um elemento que vem sendo empurrado pelas circunstâncias sociais em desenvolvimento, e portanto estão em perigo, e pedem socorro...

Mas vamos socorrê-los, damos-lhe o auxílio, e que venham conosco. Mas que a revolução brasileira só atingirá os fins socialistas à medida que a aliança operário-camponesa tomar a forma concreta da verdadeira luta objetiva pela reforma agrária radical, e arrastar as mais classes sociais descontentes e antagônicas com o imperialismo americano, a mudar radicalmente as velhas e arcaicas instituições em que vivemos.

Nas condições atuais é-nos útil unir-nos em torno de uma frente nacionalista popular, anticolonialista e anti entreguista, para assim conseguirmos um governo independente capaz de dar os primeiros passos para a vigência do socialismo e da democracia em nosso país.

Passando para a tese 20, onde se diz: 'A Igreja católica, a maior religião do país, é uma das forças mais ativas da vida política e social brasileira'. Muito bem. Sendo assim, precisamos situá-lo, e sabemos qual o campo político que defende. Desmascaramos a como um dos maiores obstáculos, embora psicológicos, sobre certa camada política, sempre mais atrasada, mas não a podemos substituir. Mas, ao mesmo tempo, está-se percebendo que depois que as portas da União Soviética foram franqueadas a todo o mundo, têm-se visto casos em que os próprios representantes do clero têm procurado mudar a feição das coisas. Isto tem posto as claras a realidade religiosa do povo soviético. Hoje já sabemos que o clero só está exercendo certa influência nas camadas mais atrasadas e no setor feminino, e isso justamente pelo analfabetismo e politização desse elemento, que não compreende as causas da miséria e de todo o desamparo que tem em suas lares, e de cuja política o clero é um dos grandes responsáveis. Sabemos também que já temos elementos no clero, homens dotados de pensamentos realistas, e, embora não possam se manifestar, agem secretamente, pondo as coisas como devem ser.

Pertanto, a força da razão e da justiça é que determinará os acontecimentos. Manoel dos Reis Carvalho — Rua Maranhão, 71 — AVARE — E. S. PAULO,

para o camarada Passos Guimarães. Entretanto, Lenin não se limitou a demonstrar o imenso interesse que possui o proletariado na revolução democrático-burguesa (V. a proposta, as citações de 'Duas Tácticas', reproduzidas no artigo de Manuel Paiva 'Sobre as Contradições Fundamentais na Sociedade Brasileira', em 'Novos Rumos', 8-7-1960). A genialidade de Lenin consistiu em ir além, demonstrando que o interesse do proletariado não consiste em que a revolução democrático-burguesa termine (com aspas ou sem aspas) na ditadura da burguesia, mas em outra espécie de ditadura, ou seja, de acordo com as condições da Rússia de 1905, na ditadura revolucionário-democrática do proletariado e dos camponeses.

Eis o que escreveu Lenin: 'A social-democracia quer... desenvolver a luta de classes do proletariado encalhada a desempenhar na revolução popular russa um papel dirigente, isto é, levar esta revolução até a ditadura democrática do proletariado e dos camponeses... Nossa revolução é uma revolução de todo o povo, diz a social-democracia ao proletariado. Por isso, tu deves, como classe mais avançada e como a única classe revolucionária até o fim, procurar participar, não só de maneira mais enérgica, senão desempenhar nela um papel dirigente.'

Utilizando-se desta citação isolada de Lenin para constatar que a burguesia mantém ainda a hegemonia do movimento nacional no Brasil e para recomendar ao proletariado que apóie a hegemonia da burguesia na etapa atual da revolução, o camarada Passos Guimarães comete lamentável solismo.

Na sua obra 'Sobre o direito das nações à autodeterminação', escrita em fevereiro-março de 1914 (V. Obras Escolhidas, edição em espanhol — Moscou, 1948, Tomo I, p. 848), Lenin tratou especificamente da autodeterminação política, estatal, censuária Roas de Luxemburgo por confundir este problema com o da independência econômica. E tal tratamento específico se justificava, porque Lenin não tinha em vista somente os movimentos nacionais das colônias e semicolonias oprimidas pelo imperialismo na Ásia e África, como também os movimentos nacionais que se verificavam nos Estados multinacionais da Europa. Isto, em primeiro lugar. Em segundo lugar, Lenin tinha em vista o mundo de 1914, ainda antes da I Guerra Mundial, quando os movimentos nacionais não podiam deixar de ser historicamente liderados pela burguesia. Mas o próprio Lenin, na mesma obra, logo após o trecho citado pelo camarada Passos Guimarães (Obra citada, p. 862), declara:

representam ao mesmo tempo, o futuro do movimento". Pois bem. Ganhar a revolução, mas sempre vigilantes, e pondo no comando a classe operária, e seu aliado natural, o camponês, embora tenhamos como companheiros de viagem a burguesia descontente, e todos os mais descontentes.

Mas fazemos a revolução brasileira dando o comando a essa burguesia seria a mesma coisa que plantarmos uma árvore, cuidarmos dela e dá-la a essa burguesia para saborear seus frutos. Se temos por base a dialética do desenvolvimento das sociedades, e sabendo que neste momento o socialismo é a sociedade mais avançada para ir ao poder, temos que levar em conta que essa burguesia nacional e progressista já é um elemento que vem sendo empurrado pelas circunstâncias sociais em desenvolvimento, e portanto estão em perigo, e pedem socorro...

Mas vamos socorrê-los, damos-lhe o auxílio, e que venham conosco. Mas que a revolução brasileira só atingirá os fins socialistas à medida que a aliança operário-camponesa tomar a forma concreta da verdadeira luta objetiva pela reforma agrária radical, e arrastar as mais classes sociais descontentes e antagônicas com o imperialismo americano, a mudar radicalmente as velhas e arcaicas instituições em que vivemos.

Nas condições atuais é-nos útil unir-nos em torno de uma frente nacionalista popular, anticolonialista e anti entreguista, para assim conseguirmos um governo independente capaz de dar os primeiros passos para a vigência do socialismo e da democracia em nosso país.

Passando para a tese 20, onde se diz: 'A Igreja católica, a maior religião do país, é uma das forças mais ativas da vida política e social brasileira'. Muito bem. Sendo assim, precisamos situá-lo, e sabemos qual o campo político que defende. Desmascaramos a como um dos maiores obstáculos, embora psicológicos, sobre certa camada política, sempre mais atrasada, mas não a podemos substituir. Mas, ao mesmo tempo, está-se percebendo que depois que as portas da União Soviética foram franqueadas a todo o mundo, têm-se visto casos em que os próprios representantes do clero têm procurado mudar a feição das coisas. Isto tem posto as claras a realidade religiosa do povo soviético. Hoje já sabemos que o clero só está exercendo certa influência nas camadas mais atrasadas e no setor feminino, e isso justamente pelo analfabetismo e politização desse elemento, que não compreende as causas da miséria e de todo o desamparo que tem em suas lares, e de cuja política o clero é um dos grandes responsáveis. Sabemos também que já temos elementos no clero, homens dotados de pensamentos realistas, e, embora não possam se manifestar, agem secretamente, pondo as coisas como devem ser.

Pertanto, a força da razão e da justiça é que determinará os acontecimentos. Manoel dos Reis Carvalho — Rua Maranhão, 71 — AVARE — E. S. PAULO,

para o camarada Passos Guimarães. Entretanto, Lenin não se limitou a demonstrar o imenso interesse que possui o proletariado na revolução democrático-burguesa (V. a proposta, as citações de 'Duas Tácticas', reproduzidas no artigo de Manuel Paiva 'Sobre as Contradições Fundamentais na Sociedade Brasileira', em 'Novos Rumos', 8-7-1960). A genialidade de Lenin consistiu em ir além, demonstrando que o interesse do proletariado não consiste em que a revolução democrático-burguesa termine (com aspas ou sem aspas) na ditadura da burguesia, mas em outra espécie de ditadura, ou seja, de acordo com as condições da Rússia de 1905, na ditadura revolucionário-democrática do proletariado e dos camponeses.

Eis o que escreveu Lenin: 'A social-democracia quer... desenvolver a luta de classes do proletariado encalhada a desempenhar na revolução popular russa um papel dirigente, isto é, levar esta revolução até a ditadura democrática do proletariado e dos camponeses... Nossa revolução é uma revolução de todo o povo, diz a social-democracia ao proletariado. Por isso, tu deves, como classe mais avançada e como a única classe revolucionária até o fim, procurar participar, não só de maneira mais enérgica, senão desempenhar nela um papel dirigente.'

Utilizando-se desta citação isolada de Lenin para constatar que a burguesia mantém ainda a hegemonia do movimento nacional no Brasil e para recomendar ao proletariado que apóie a hegemonia da burguesia na etapa atual da revolução, o camarada Passos Guimarães comete lamentável solismo.

Na sua obra 'Sobre o direito das nações à autodeterminação', escrita em fevereiro-março de 1914 (V. Obras Escolhidas, edição em espanhol — Moscou, 1948, Tomo I, p. 848), Lenin tratou especificamente da autodeterminação política, estatal, censuária Roas de Luxemburgo por confundir este problema com o da independência econômica. E tal tratamento específico se justificava, porque Lenin não tinha em vista somente os movimentos nacionais das colônias e semicolonias oprimidas pelo imperialismo na Ásia e África, como também os movimentos nacionais que se verificavam nos Estados multinacionais da Europa. Isto, em primeiro lugar. Em segundo lugar, Lenin tinha em vista o mundo de 1914, ainda antes da I Guerra Mundial, quando os movimentos nacionais não podiam deixar de ser historicamente liderados pela burguesia. Mas o próprio Lenin, na mesma obra, logo após o trecho citado pelo camarada Passos Guimarães (Obra citada, p. 862), declara:

representam ao mesmo tempo, o futuro do movimento". Pois bem. Ganhar a revolução, mas sempre vigilantes, e pondo no comando a classe operária, e seu aliado natural, o camponês, embora tenhamos como companheiros de viagem a burguesia descontente, e todos os mais descontentes.

Mas fazemos a revolução brasileira dando o comando a essa burguesia seria a mesma coisa que plantarmos uma árvore, cuidarmos dela e dá-la a essa burguesia para saborear seus frutos. Se temos por base a dialética do desenvolvimento das sociedades, e sabendo que neste momento o socialismo é a sociedade mais avançada para ir ao poder, temos que levar em conta que essa burguesia nacional e progressista já é um elemento que vem sendo empurrado pelas circunstâncias sociais em desenvolvimento, e portanto estão em perigo, e pedem socorro...

Mas vamos socorrê-los, damos-lhe o auxílio, e que venham conosco. Mas que a revolução brasileira só atingirá os fins socialistas à medida que a aliança operário-camponesa tomar a forma concreta da verdadeira luta objetiva pela reforma agrária radical, e arrastar as mais classes sociais descontentes e antagônicas com o imperialismo americano, a mudar radicalmente as velhas e arcaicas instituições em que vivemos.

Nas condições atuais é-nos útil unir-nos em torno de uma frente nacionalista popular, anticolonialista e anti entreguista, para assim conseguirmos um governo independente capaz de dar os primeiros passos para a vigência do socialismo e da democracia em nosso país.

Passando para a tese 20, onde se diz: 'A Igreja católica, a maior religião do país, é uma das forças mais ativas da vida política e social brasileira'. Muito bem. Sendo assim, precisamos situá-lo, e sabemos qual o campo político que defende. Desmascaramos a como um dos maiores obstáculos, embora psicológicos, sobre certa camada política, sempre mais atrasada, mas não a podemos substituir. Mas, ao mesmo tempo, está-se percebendo que depois que as portas da União Soviética foram franqueadas a todo o mundo, têm-se visto casos em que os próprios representantes do clero têm procurado mudar a feição das coisas. Isto tem posto as claras a realidade religiosa do povo soviético. Hoje já sabemos que o clero só está exercendo certa influência nas camadas mais atrasadas e no setor feminino, e isso justamente pelo analfabetismo e politização desse elemento, que não compreende as causas da miséria e de todo o desamparo que tem em suas lares, e de cuja política o clero é um dos grandes responsáveis. Sabemos também que já temos elementos no clero, homens dotados de pensamentos realistas, e, embora não possam se manifestar, agem secretamente, pondo as coisas como devem ser.

Pertanto, a força da razão e da justiça é que determinará os acontecimentos. Manoel dos Reis Carvalho — Rua Maranhão, 71 — AVARE — E. S. PAULO,

plio da luta de classes, caem, em última instância, no mais vulgar 'econômismo', no isolamento setorial e no esquecimento da missão do Partido até o nível de um trabalho sindicalizado, uma vez que negam que, na situação presente do nosso país, a contradição principal se verifica entre a nação brasileira e o imperialismo norte-americano e os seus agentes internos. Constatando que a burguesia é vacilante e conciliadora, acionam de revisionismo a aliança do proletariado com a burguesia na revolução anticolonialista e antifundamental. Proclamam a necessidade fundamental da aliança operário-camponesa, porém não dedicam o mínimo esforço a estudar as condições peculiares do campo no Brasil e os processos práticos de conquista dos camponeses para a aliança com o proletariado. Fazem da hegemonia do proletariado mitológica condição prévia da frente única e não uma conquista do proletariado dentro da frente única, através do trabalho paciente, inteligente e árduo, com toda a espécie de aliados desde os mais combativos e estáveis aos mais vacilantes e temporários. Impregnados de mistificação, os 'esquerdistas' acreditam que as transformações qualitativas podem ocorrer como por milagre, sem que se acumule um mínimo de modificações quantitativas na correlação de forças e independentemente das condições concretas de cada momento.

O oportunismo de direita, que o camarada Passos Guimarães fundamentou, neste debate, com suficiente clareza, posterga pela etapa imaginária do futuro a luta pelos verdadeiros objetivos revolucionários, de tal maneira que na etapa corrente nada haja de revolucionário a atingir e se consagre indefinidamente o status quo. Uma vez que a contradição entre o proletariado e a burguesia não pode ter solução radical na atual etapa, a luta de classes passa a ser considerada fenômeno negativo para o curso da luta anticolonialista que, em teoria ou na prática, deixa de ser principal, como deve ser, e se torna única e exclusiva, como não deve ser. Daí porque o oportunismo de direita extrapola a necessidade da aliança com a burguesia na luta nacional e democrática até a negação da necessária luta imediata pela hegemonia do proletariado e até o louvor da hegemonia da burguesia. A debilidade do movimento camponês serve para justificar o desprezo da aliança operário-camponesa e a pregação, como linha imediata de uma 'reforma agrária' de tipo latifundiário-capitalista. A necessidade de lutar, ainda nos quadros do regime capitalista vigente, pela conquista de soluções positivas e de reformas de estrutura, é afirmada e interpretada como inevitabilidade do desenvolvimento integral do capitalismo, de seu 'aperfeiçoamento', de sua 'purificação'. A luta por um governo nacionalista e democrático passa a ser entendida como luta pela ditadura da burguesia e não como meio para alterar a correlação de forças em favor de uma revolução consequente.

Impregnados de espontaneísmo, os oportunistas de direita não confiam na possibilidade e na necessidade de alcançar verdadeiras transformações qualitativas na etapa atual da revolução e aconselham ao Partido que se contente em ajudar a burguesia a obter pequenas modificações quantitativas, fechando os olhos ao curso eminentemente conciliador que ela imprime ao desenvolvimento econômico e político do país.

O grande mérito das Teses, apesar de suas imperfeições, consistiu em traçar um linha geral que permite combater, a partir de posições ideológicas e políticas corretas, tanto o oportunismo de 'esquerda', principal desvio ideológico no momento atual, como o oportunismo de direita, que também é um desvio antimarxista já atuante e que não está excluído de se tornar o mais perigoso em circunstâncias futuras.

As Teses delimitam com clareza as etapas da revolução no Brasil, fixam os objetivos da primeira etapa, a atual, e indicam o caminho concreto para atingi-los, de acordo com as condições peculiares do país e a presente situação internacional, cada vez mais favorável à classe operária e ao campo socialista. Definindo a contradição principal como sendo aquela que, presentemente, opõe a nação brasileira ao imperialismo norte-americano e aos seus agentes internos, as Teses consideram-na como o eixo na luta de classes, porque não se trata de mera contradição externa, mas, ao mesmo tempo, externa e interna, uma vez que o imperialismo norte-americano e os setores entreguistas a ele associados atuam dentro do país, ocupam pontos-chave da vida econômica, política e social da nação brasileira. Ao reconhecer o desenvolvimento capitalista em processo no país, as Teses não propõem ao proletariado que se contente em conduzir este desenvolvimento até os últimos limites de amadurecimento como capitalismo. Muito ao contrário, as Teses propõem a luta por um curso de desenvolvimento anticolonialista e democrático consequente, que só pode ser efetivado sob a hegemonia do proletariado e que, sob a condição da hegemonia do proletariado, deve preparar o salto qualitativo para a etapa socialista da revolução. Traçando tal curso, as Teses consideram como básica a aliança operário-camponesa e apresentam o que já se pode classificar como esboço de programa da reforma agrária camponesa. Refutando a fraseologia 'esquerdista', as Teses afirmam a necessidade da aliança com a burguesia não entreguista na atual etapa da revolução, mas acentuam, com toda a ênfase, a necessidade da luta contra a exploração capitalista e, em particular, contra as tendências da burguesia à conciliação com o imperialismo. As Teses indicam como objetivo culminante da revolução nacional e democrática a conquista de um poder das forças anticolonialistas e antifundamentais sob a direção do proletariado. Ao mesmo tempo, como já havia feito a Declaração de março de 1958, as Teses indicam as formas políticas de aproximação a este poder revolucionário, traçando como tarefa possível e imediata a luta por um governo nacionalista e democrático, que, num processo de radicalização, sob a pressão das massas, pode conduzir à definitiva alteração da correlação de forças em favor da revolução. As Teses elaboram toda uma tática de acumulação de forças, que implica na conquista de soluções positivas, e de reformas de estrutura ainda nas condições do próprio regime, agora imperante. As Teses proclamam, por fim, que há a possibilidade real de tornar vitoriosa esta tática de acumulação de forças por um caminho pacífico, o que exige luta de massas de milhões, incansável e enérgica, sem excluir a possibilidade de que a violência dos inimigos internos e externos da revolução chegue a impor um outro caminho, o da luta armada.

Em caráter de adendo — Numerosos camaradas nos deram a honra de polemizar contra as posições defendidas em artigos, que escrevemos. Com o devido respeito às suas opiniões, consideramos desinteressadas uma réplica, porque, segundo pensamos, os argumentos expostos naqueles artigos não foram refutados. Limitamo-nos a chamar a atenção para as inqualificáveis deturpações praticadas por Valter Pomar (V. 'Novos Rumos', 24-6-1960), a respeito do nosso trabalho: 'Correntes Sociaisológicas no Brasil', publicado pela revista 'Estudos Sociais', nº 3/4. Pedimos aos camaradas que julgarem este trabalho depois de lê-lo e não apenas pelo que disse, de modo tão canhestro, o referido Pomar.

# Tribuna de Debate

Somente agora resolvi tomar parte nos debates que se realizam através da "TRIBUNA DE DEBATE". Isto se deve ao fato de que, tendo participado do coletivo que elaborou e aprovou as "TESES PARA DISCUSSÃO", achei justo ater-me ao tema: "Se queres aprender, ouve primeiro e fala depois". É, realmente, a polémica em curso vem sendo muito instrutiva e proveitosa.

JOYER TELLES

## Sobre Algumas Questões em Debate

Ao entrar nos debates, devo aclarar em que ângulo me situo. Há camaradas que se manifestam radicalmente contrários às "Teses..." e movem todos os argumentos possíveis e impossíveis para rechacá-las. Outros defendem intransigentemente as "Teses...", que consideram um documento perfeito, sem falhas, intocável, etc. A maioria, no entanto considerando justo no essencial o referido documento, argumentam a seu favor e, simultaneamente, se esforçam para escoimá-lo de seus aspectos negativos, não inteiramente acertados, para sanar suas omissões, precisar melhor e mesmo corrigir diversas formulações, etc. Situo-me entre estes. Penso que as "Teses...", embora apresentem algumas falhas, são justas no fundamental e que, no processo atual de sua elaboração, serão aperfeiçoadas. Devo aclarar, ainda, para que não se diga que luto contra "moínhos de vento", que, ao abordar certas questões no presente artigo, tenho em conta, não somente opiniões emitidas através de "NOVOS RUMOS", mas também as outras formas da discussão que se verifica entre os comunistas.

Sem dúvida, tais camaradas são felizes — pois, subjetivamente, já superaram a fase democrático-burguesa e se encontram na etapa socialista. Mas a realidade é diferente. O papel da revolução brasileira atual é o de destruir o imperialismo e o monopólio da terra e as relações pré-capitalistas de trabalho nele baseadas. É isso que exige centralizar o fogo, não sobre o capitalismo nacional, mas sobre os imperialistas e sobre os latifundiários; exige a unificação de todas as forças ant imperialistas e antiféudais. Inclusive a maior parte da burguesia, sob a direção do proletariado. Os camaradas não compreendem que, antes de ser cumprida aquela missão, não é possível falar seriamente em construir o socialismo no Brasil. Não compreendem que a revolução deverá, objetivamente, passar por duas etapas: e que ainda não estamos na fase socialista, mas na primeira etapa. E como diz Krutichov: "Não se deve correr, para colter, precipitadamente, o que ainda não amadureceu. Isso nos levaria a tergiversar e comprometer nossa causa". Isso nos levaria — acrescentamos — à política sectária do "Manifesto de Agosto".

feudal — para derrotar o domínio do imperialismo e das forças do feudalismo". É claro que: "Com a condição de que estes aliados não nos impeçam de educar e organizar, com espírito revolucionário, os camponeses e as amplas massas de explorados" (Lenin).

Assim, penso que as "Teses..." não erram, ao constatar o caráter progressista do capitalismo nacional e ao incorporar, como força da frente única, o setor da burguesia brasileira "genuinamente nacional". É não se trata de superestimar o papel que a burguesia pode desempenhar no processo em curso no País. As "Teses..." declaram, textualmente, que o proletariado "... é o elemento mais revolucionário da sociedade brasileira". E mais adiante afirmam que: "O processo da luta revolucionária no País mostra que a classe operária é a única capaz de ser consequente e de levar até o fim as transformações revolucionárias necessárias à renovação da sociedade brasileira".

Por isso, penso que os camaradas que não entendem o que ficou dito, podem adotar posições sectárias, em relação ao papel que a burguesia "genuinamente nacional" pode desempenhar, e está desempenhando, na luta de nosso povo, em sua atual etapa histórica de desenvolvimento.

Por outro lado, não posso concordar, também, com diversas conclusões do artigo — aliás muito interessante e útil — do camarada A. Passos Guimarães. Esse companheiro divide a presente etapa, "antimperialista e antiféudal, nacional e democrática", da revolução brasileira, em duas etapas históricas: uma em que sob a hegemonia da burguesia, se resolverão "certas tarefas mais radicais"; e outra etapa, em que, sob a

hegemonia do proletariado, se resolverão tarefas mais radicais; e que "estamos, pois, em face de uma dupla estratégia — uma que se refere a um tipo de poder em que a burguesia ainda pode manter sua força hegemônica, e outro tipo de poder em que a hegemonia passou ao proletariado — e isto não ocorrerá dentro de uma mesma etapa". ("Novos Rumos", de 6-7).

Creio que o camarada não tem razão. Essa divisão mecânica do processo revolucionário em curso no País levaria à necessidade de se traçar uma estratégia e uma tática que consistiria no simples apoio à burguesia por parte das forças principais da revolução brasileira. Levaria a se traçar uma estratégia e uma tática limitadas e a se colocar o proletariado a reboque da burguesia. Levaria a fortalecer a hegemonia da burguesia, uma vez que o proletariado poderia limitar-se a simplesmente apoiar a burguesia — e a abdicar, nessa "primeira etapa", da luta para impor-se como a força dirigente do processo. Assim, teríamos uma tática de simples unidade mecânica, e não dialética, com a burguesia e, em nossa tática de unidade, seria esquivada a heterogeneidade da frente única, e excluído o elemento de luta necessário para reforçar e elevar a níveis superiores a própria unidade, bem como necessário para elevar sempre mais o nível político, ideológico e a ação das grandes massas. Seria, em última análise, considerar a realização das reformas parciais e das "soluções positivas", como um fim em si mesmo, e não como poderoso meio para acirrar a luta de nosso povo contra a dominação imperialista, e para acirrar a luta de classe no campo, contra o monopólio da terra e contra as demais subserviências feudais. Essa posição do camarada Passos levaria a transformar o "Go-

vérno Nacionalista e Democrático" em um fim em si mesmo.

Não, camarada Passos. Essa não é a linha das "Teses...". Segundo esse documento, o proletariado e outras forças devem apoiar as reivindicações nacionalistas da burguesia. E isto é acertado. Mas o proletariado e outras forças revolucionárias não podem limitar-se a "apoiar a burguesia, na luta por certas reformas. Não se trata de unir em torno e sob a direção da burguesia a todas as demais forças revolucionárias — mas de uni-las em torno do proletariado, que deve, para isso, pôr-se à frente dessa luta. Portanto, o centro não é a burguesia. O proletariado é quem deve transformar-se no centro de atração das demais forças que participam ou podem participar da frente única — agora, e não depois, na "outra etapa" — na luta pelas reformas parciais e pelas "soluções positivas" apontadas nas "Teses...". O proletariado deve tornar-se — agora, e não depois, na "outra etapa" de que nos fala o camarada — o campeão dessa luta. Só assim, a conquista das reformas parciais e de "soluções positivas" no terreno econômico e político (o governo de coligação nacionalista e democrático) aparecerá, diante das massas, não como uma dádiva da burguesia, mas como o fruto das lutas de todas as forças que participam da frente única. Só assim, essas conquistas poderão abrir o caminho a uma nova coligação de forças que possibilite, como dizem as "Teses...", "... completar, com o poder das forças ant imperialistas e antiféudais, sob a direção do proletariado, e por um caminho pacífico, as transformações revolucionárias exigidas pelo desenvolvimento econômico e social de nossa Pátria".

Nesse sentido, a justa formulação das

"Teses...", de que "a frente única nacionalista e democrática incrementa seu poderio à medida em que luta por soluções positivas para os problemas colocados na ordem-dia, realizando-os na proporção de suas forças e das condições favoráveis de cada momento", precisa ser bem entendida. O incremento do poderio é a proporcionalidade das forças da frente única não depende, entre outros fatores, somente da boa ou má vontade em querer ou não lutar por soluções positivas, de querer ou não realizá-las. Depende, fundamentalmente, da incorporação, agora e não depois, à luta por tais soluções, das amplas massas do campo e da cidade. Depende, fundamentalmente, de que o proletariado, unido e à frente de todas as forças que podem compor a frente única, lute já, e não na "outra etapa", enérgica e decididamente, por obter essas conquistas. E' disso, também, que depende o caráter mais ou menos radical das "soluções positivas" que poderão ser alcançadas em cada situação concreta. Portanto, nossa linha deve ser e é uma linha de massas, de unidade e também de luta, e não de simples "apoio" à burguesia, nessa "primeira etapa", de que fala o camarada Passos.

A revolução brasileira, em sua atual etapa histórica, é "antimperialista e antiféudal, nacional e democrática", como bem a definem as "Teses...". Ela abrange duas revoluções: a nacional e a democrática, mas vinculadas num único processo. Encerra, em si, soluções radicais e soluções parciais que não estão contrapostas, mas que fazem parte de um mesmo processo. As soluções parciais ou "positivas" têm enorme significação revolucionária no curso da acumulação das forças necessárias para dar solução radical aos problemas que devem ser resolvidos na presente etapa.

Mas, pode-se falar em duas etapas históricas da revolução brasileira? Pode-se falar. Mas não no sentido que lhes dá o camarada Passos. As duas etapas históricas são, a presente e a futura — a etapa socialista. Confundi-las, seria cair no "esquerdismo", no sectarismo e isolar-se. Mas este não é o caso do camarada Passos. Ele, sob o pretexto de revelar a diferença qualitativa existente entre o "governo de coligação nacionalista e democrático" e o poder de todas as forças ant imperialistas e antiféudais, sob a direção do proletariado, sob o pretexto de delinear, com mais clareza, as tarefas do momento, separa as soluções parciais das soluções radicais da presente etapa e prega uma linha que levaria, se adotada, a fortalecer a direção da burguesia e a colocar o proletariado como seu caudatário — a comprometer, assim, nossa nobre causa.

As "Teses..." constituem o fruto atual do processo autocrítico, iniciado entre nós, a partir do XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética, e que já teve como marcos importantes as modificações realizadas na direção, da "Declaração de Março" de 1958, do "Informe de Balanço da Discussão", o documento sobre "O Movimento Operário e a Política Sindical dos Comunistas" e os demais documentos que, desde então, foram elaborados, aprovados e dados à publicidade pela direção. Esse processo autocrítico foi e é necessário, inevitável e deve ser encarado não com tristeza, saudosismo ou ceticismo, mas com alegria e otimismo. Prova que nosso Partido não teme revelar suas falhas para romper com todas e quaisquer concepções errôneas do passado ou que possam surgir no futuro. É sinal de vitalidade do Partido, de que avança no processo de sua formação e de que o conjunto dos comunistas fortalecem sua personalidade revolucionária e se tornam, cada vez mais, a vanguarda da revolução em nosso País.

Na medida de minha capacidade, tenho procurado contribuir nesse esforço autocrítico de todo o coletivo do Partido. Quanto a minha responsabilidade, em relação aos erros do passado, examinados nas "Teses..." e por diversos companheiros, basta adiantar que, não só participei da elaboração e da aprovação do "Manifesto de Agosto de 1950" e do "Programa de 1954", com os quais estava de acordo, como também dei o melhor de minhas forças, como era meu dever, uma vez aprovados aqueles documentos, para levá-los à prática. Compreendo bem minha responsabilidade individual no conjunto da responsabilidade coletiva da direção anterior. Mas não me volto para o passado, com os olhos cheios de lágrimas, para "lamentar o sucedido", ou para "envergornar-me desse passado", como já ouvi dizer, ou ainda para denegrir o Partido. O Partido não tem culpa de que nós, homens, dirigentes naquela ocasião, não estivéssemos à altura de encaminhar acertadamente a ação dos comunistas em nosso País. Considero que o essencial não são os erros, mas a posição — comunista ou não — que se tomou em relação a eles. Em virtude da complexidade da luta que travamos, erros de maior ou menor gravidade sempre existirão. O justo, pois, não é chorar diante dos erros, ou o que é mais grave, peraltir nelas. A posição comunista consiste em examinar com espírito autocrítico, os erros cometidos, aprender com eles, corrigi-los e avançar no sentido de posições mais acertadas. É o que me esforço por fazer.

Penso que, no debate, revelam-se incompreensões a respeito de uma série de questões básicas, levantadas e analisadas nas "Teses...". Alguns companheiros confundem a etapa atual da revolução brasileira, e, subjetivamente, já se encontram na etapa socialista. As "Teses" afirmam, acertadamente, que: "A revolução no Brasil, na sua etapa atual, é ant imperialista e antiféudal, nacional e democrática" e que suas tarefas são: "A inteira libertação econômica e política da dependência com relação ao imperialismo, o que exige a eliminação da exploração dos monopólios estrangeiros, principalmente norte-americanos; a transformação radical da estrutura agrária, com a liquidação do monopólio da terra, das relações pré-capitalistas de trabalho e, consequentemente, dos latifundiários como classe; o desenvolvimento independente e progressista da economia nacional em todas as suas esferas; a democratização radical da vida política, a fim de que venha a refletir, em primeiro plano, as reivindicações das grandes massas trabalhadoras e populares".

Não obstante a meridiana clareza e a justiça dessa formulação, o camarada Marcos Pereira ("Novos Rumos" de 17-6-60), ao criticar a atual política do Partido, afirma que: "Os movimentos de ascensão burguesa, quando a burguesia brasileira podia-se permitir algum antimperialismo, criaram Getúlio. O descenso, o processo de deslocamento para a direita, criaram Lott".

Portanto, segundo Marcos, a burguesia que criou Getúlio era antimperialista e a que criou Lott é reacionária. Partindo dessa conclusão, diz que: "Por fim, no terreno eleitoral é preciso rediscutir o problema nas bases e afastar de nossa política este apoio que demos a Lott. Só uma política independente cria forças, pois não nos liga a nenhum dos grupos burgueses que procuram subordinar o movimento operário a seus desejos". Trata-se, pois, segundo o articulista, de adotarmos uma política, não de frente única com todas as forças ant imperialistas e antiféudais, mas uma política "independente", o que traduzido, significaria retirarmos o apoio à candidatura Lott para lançar um candidato também "independente", ou quem sabe, acrescentamos, votar em branco nas próximas eleições. Marcos não quer — nada com a burguesia, quer uma política "pura". Nada de frente única. Unidade com a burguesia, só quando descobriremos aqueles grupos de capitalistas que não queremos... subordinar o movimento operário a seus desejos". O pensamento de Marcos aparece mais claro quando sugere uma política de "estímulo às experiências mais avançadas no campo, do tipo das comunas chinesas", e exige a "Encampação das grandes empresas nacionais, indispensáveis para que se possa planificar o desenvolvimento".

Como se vê, o camarada Marcos exige, nesta etapa, a expropriação da burguesia e a socialização do campo. E isso como plataforma eleitoral, demonstrativa da posição "independente" do Partido. No mesmo sentido, manifesta-se Bernardo Boris ("Novos Rumos" — 1-7-60). Diz esse camarada: "Para isto, será absolutamente necessário a encampação das grandes empresas nacionais, seu controle operário e sua coordenação pelo Estado".

A incompreensão sobre o caráter atual da revolução leva, conseqüentemente, a não se compreender o conteúdo da frente única, nesta etapa, e, principalmente, o papel do capitalismo e da burguesia nacional. Diz o camarada Danielli, num de seus artigos: "Ao apresentar esse desenvolvimento como "capitalismo nacional, elemento progressista por excelência, etc.", desliga o desenvolvimento capitalista no Brasil do conjunto do sistema capitalista, já caduco e superado historicamente".

A preocupação justa do camarada Danielli é impedir que se caia na apologia do capitalismo. Mas examinemos a questão. Desde que, no Brasil, como é claro, ainda não se desenvolve uma economia socialista, e tendo em conta que o desenvolvimento econômico do Brasil é freiado pelo monopólio da terra e pelas relações de produção pré-capitalistas ainda existentes, bem como pela interferência da dominação imperialista, qual será o elemento econômico mais progressista da formação econômico-social perante o país? Creio que não pode haver dúvida de que é o "capitalismo nacional", desde que tende a chocar-se, cada vez mais, com o imperialismo e com as relações de produção atrasadas no campo. Já dizia Stalin que lutar pela República Democrática na situação da Rússia Tsarista era acertado, mas que lutar, na época do Poder Soviético, pela República Democrática, seria um absurdo. Assim, o "capitalismo nacional" é progressista em relação ao domínio imperialista e às relações de produção pré-capitalistas no interior do país, e se tornará reacionário, posteriormente. Por isso, nesta etapa, defendemos a indústria nacional e combatemos o imperialismo e os latifundiários.

Tem razão o camarada Danielli quando diz que o conjunto do sistema capitalista já está caduco e superado historicamente. Esta é uma realidade indiscutível. Estamos na época de transição do capitalismo ao socialismo. Mas será que o capitalismo já está superado, politicamente, em todos os países? Como seria bom que assim fosse! Pelo menos nos evitaria esta discussão. E terá o capitalismo a mesma significação política em todos os países capitalistas? Nos Estados Unidos e no Brasil, por exemplo? Não, camarada Danielli! Historicamente, como sistema, o capitalismo está superado; mas, politicamente, ainda vai dar muito trabalho. E o mais interessante é que, nos países coloniais, dependentes e subdesenvolvidos, o capitalismo nacional, na medida em que constitui a base econômica das revoluções nacionais, de certa forma ajudará, e está ajudando, a revolução socialista a superar política e economicamente o imperialismo, como sistema mundial. É claro que só ajudará, pois somente a revolução socialista resolverá a questão em definitivo. Como diz Mao Tse-Tung, referindo-se às revoluções dos povos do Oriente, mesmo que as classes sociais que delas participem disso não tenham consciência: "Basta que se oponham ao imperialismo para que sua revolução se converta, agora, em uma parte da revolução socialista proletária mundial, e que elas passem a constituir as tropas aliadas da revolução proletária socialista mundial".

A exploração econômica do Brasil, como de outros países subdesenvolvidos, é condicionada pela situação de desigualdade que ocupam no sistema da economia capitalista mundial. Nestas condições, a luta pela abolição completa da atual estrutura baseada na desigualdade, na pilhagem e na exploração que impera nas relações econômicas em nosso país e os demais países oprimidos, de um lado, com os países opressores, como os Estados Unidos e outros, de outro lado, a luta pela substituição dessas relações desiguais, por novas relações que levam à igualdade de direito entre todos os países, constitui uma das mais importantes partes do colapso do sistema colonial.

Portanto, desde que sigam, pelo caminho do desenvolvimento econômico e político independente, tanto o Brasil, como os demais países, antigas colônias do imperialismo, ainda que continuam fazendo parte do sistema capitalista, não fortalecem, mas, ao contrário, enfraquecem o capitalismo mundial, porque o privam de importantes reservas. Assim se apresenta a dialética do desenvolvimento social em todo o mundo. Lenin previu com justiça que, no processo mundial de renovação das formas de vida social, "o movimento da maioria da população do globo terrestre, fundamentalmente visando a libertação nacional, volta-se contra o capitalismo e o imperialismo — e, talvez, representará papel muito mais revolucionário do que esperamos".

SILVIO GONZAGA ALEIXO (S. Paulo)

## O Caminho Pacífico da Revolução Brasileira é Uma Possibilidade e Não Uma Determinação

O surgimento das Teses representa um grande passo para a emancipação do proletariado brasileiro e um importante e histórico avanço do Partido Comunista do Brasil. Nota através da Tribuna de Debates de "NOVOS RUMOS", que os camaradas que procuram contestar as Teses, como Maurício Grabois, Pedro Pomar, Caill Chade e outros, procuram deturpar-las, dar-lhes falsa interpretação, numa desesperada defesa da linha sectária e dogmática, fugindo assim à realidade brasileira. Desejo salientar que, depois de um exame das Teses, cheguei à conclusão que a linha política do Partido, depois da Declaração de Março e agora ampliada por estas, é justa, obedecendo realmente os princípios marxista-leninistas, e, permitindo dividir-se um efetivo e amplo avanço da revolução do proletariado brasileiro, em direção ao poder e ao extermínio do regime da exploração do homem pelo homem. Pretendo neste modesto trabalho determinar a linha traçada para o êxito da revolução ant imperialista e antiféudal, pelo caminho pacífico. Esta tese está sendo excessivamente explorada e deturpada. Recordemos aqui como o problema foi abordado na Declaração: Capítulo VI "Os comunistas consideram que existe hoje em nosso país a possibilidade real de conduzir, por formas e meios pacíficos a revolução ant imperialista e antiféudal". Mais adiante lemos: "A escolha das formas e meios para transformar a sociedade brasileira não depende somente do proletariado e das demais forças políticas revolucionárias, mas também das condições reais de desenvolvimento econômico, político e social do país". Não caso em que os inimigos do povo brasileiro venham a empregar a violência contra as forças progressistas da nação, é indispensável ter em vista outra possibilidade — a de uma solução não pacífica". Claro está que a tática não se apresenta unilateral. O caminho pacífico da revolução brasileira não só é o ideal como também é o que convém ao proletariado, todavia, a posição reacionária dos inimigos do povo não foi, em absoluto, subestimada. Na tese 34 encontramos: "A revolução ant imperialista e antiféudal pode ser conduzida aos seus objetivos, em nosso país, por um caminho pacífico". Nesse capítulo encontramos fôrmulas detalhadas sobre essa tática justa, sendo colocada com evidente acerto a posição do Partido diante dos inimigos internos e externos do povo brasileiro, que, em desespero de causa, poderão empregar a violência contra as forças revolucionárias e progressistas provocando a luta armada. Depois dessa rápida exposição sobre a tática do caminho pacífico vejamos como Maurício Grabois coloca o problema: "No que concerne ao caminho da revolução, a Declaração afirma que o Brasil é um dos países para o qual se abre a possibilidade real de vida pacífica. Portanto de uma análise profundamente subjetiva, traça um caminho rosado, sem conotações sociais e choques violentos, para realizar as tarefas da revolução. Levando ao absoluto a possibilidade do caminho pacífico, na prática, a Declaração o torna de fato o único caminho. Toda a orientação que estabelece é baseada nesse caminho, desarmando, assim, o proletariado e seu partido para qualquer outra eventualidade". Fazendo-se um breve contraste entre o exposto na Declaração e nas Teses, com essa conclusão de Grabois, deduz-se facilmente pela impropriedade de seus argumentos, pelo seu alijamento das vitórias do proletariado internacional sobre a burguesia reacionária e pelo crescente progresso do campo socialista, com extraordinários reflexos nos países subdesenvolvidos, dependentes, onde a luta pela libertação das garras do imperialismo já está em franca efervescência. O sectarismo e dogmatismo que vigorou no passado, ainda segue esse companheiro. Enquanto ele afirma que a Declaração torna o caminho pacífico, na prática, o único caminho da revolução do proletariado brasileiro, encontramos nas Teses com linguagem clara e objetiva, abundantes detalhes referentes a essa tática. Eis que definição marxista contundente encontramos na Tese 67: "Sejam quais forem as condições, mesmo nas circuns-

tâncias de penosa ilegalidade, à frente da classe operária deve estar um Partido que saiba dirigir a luta pelos objetivos revolucionários na ação política corrente, diária, determinada pelas próprias exigências do movimento real das massas, das classes e das forças políticas". Indiscutivelmente estas palavras identificam nosso Partido como a vanguarda da classe operária, o grande condutor dos destinos do proletariado. Portanto quem vem na Declaração o caminho pacífico como o único caminho para a revolução do proletariado brasileiro, deixa claro seu saudosismo, suas posições esquerdistas, revela-se adepto da revolução a curto prazo, contrário a reformas de caráter progressista, partidário de "formas de luta mais altas e vigorosas". O camarada Caill Chade, afirma que a Declaração define uma revolução gradual, a prestação e a longo prazo. A teoria desse companheiro está contestada na Tese 63 — letra "d". Revela, pois, forte tendência ao meneprosopelo pelas formas legais de luta e um saudosismo pelas lutas de tipo aventureiro. Cabe aqui transcrever da Tese 63 o seguinte: "Entretanto, a atitude desdenhosa em relação às formas de lutas legais e pacíficas, o meneprosopelo pelo trabalho paciente nas organizações de massa, nos sindicatos, no Parlamento, etc., nada tem de revolucionário nas condições atuais, porquanto condenariam os comunistas a se isolar das massas, a se afastarem da atuação efetiva no cenário político e a abandonar as massas à influência de forças políticas não-proletárias". Convém aqui acrescentar que dessa política transcrita resultou que, posta em prática no passado e por ocasião da cassação do registro do Partido, ficamos sózinhos, sem que as massas protestassem e sem que a reação sentisse o peso do Partido. A massa admirava o comunista, considerava importante seu trabalho, dizia-o patriota mesmo, porém, na hora da luta a massa procurava distanciar-se e não se fundia com os comunistas, pois seu trabalho, em última análise, era temido pela classe operária. A palavra de ordem do Partido não encontrava ressonância, perdia-se no espaço.

Não é justo dizer que a Declaração e as Teses defendem a revolução a longo prazo, gradual e dirigida por um caminho rosado, enquanto o mundo todo está com a atenção voltada para o imperialismo norte-americano, estrebuchante, agonizando sobre o terrível desespero de incendiar o universo para sua sobrevivência. Depois da provocação do U-I, ficou claro a aproximação do fim do imperialismo escravizador. Não há dúvida que o malogro da reunião de cúpula era de sumo interesse para o governo belcoso dos Estados Unidos, pois seus resultados abalariam totalmente os alicerces apodrecidos do regime capitalista. Enquanto isto acontece de um lado, vemos o campo socialista crescer gigantesco, cresce o conceito soviético, pela sua política de paz e de ajuda fraternal aos povos que aceitam a aproximação à URSS. O XX Congresso mudou a tática do governo soviético, com êxito absoluto e o avanço do campo socialista ampliou-se, forçando a diminuição da ação fascista e entreguista da reação, no universo todo. Portanto, os resultados desse histórico XX Congresso fizeram com que o sectarismo, o dogmatismo e o culto à personalidade, dominantes nos partidos comunistas, fossem deloados. A Declaração de Março análiseu e assimilou essa tática e apresentou a correta estratégia correspondente à etapa atual da revolução do proletariado brasileiro, dentro dos verdadeiros princípios marxista-leninistas. Os partidários da libertação nacional pela luta armada, de uma Frente Democrática de Libertação Nacional, e de um Exército de Libertação Nacional, soluções estas não aplicáveis na presente etapa da revolução, não encontram na Declaração e nas Teses, nada mais do que direitismo e reformismo, enquanto que na Tese 63, encontramos um juízo frio e abalizado em torno desse detalhe: "A prática tem comprovado o acerto da linha política traçada na Declaração de Março de 1958, no que diz respeito a seus

aspectos essenciais" (grifo meu). E não inegáveis os êxitos e vitórias verificadas na vida política da Nação, com a participação destacada dos comunistas. Inicialmente a Declaração unificou a ação dos comunistas, consolidou táticas que a prática impunha, tal como posição frente ao governo de J. K.; tomou conhecimento e deu vida ao movimento nacionalista; apontou a possibilidade de um caminho pacífico para a revolução brasileira; corrigiu posições esquerdistas e sectárias em relação à Constituição de 1946 e passou a tirar proveito da legalidade democrática. Companheiros perseguidos pela polícia reacionária, conquistaram a legalidade e estão atuando eficientemente junto às massas; cessaram as prisões constantes de companheiros, que hoje estão realmente dando grande e objetiva ajuda à revolução, junto nos sindicatos, parliamentos, etc.; praticamente já se restabeleceram relações comerciais e culturais com a URSS (para melhor clareza dos êxitos da Declaração, deve-se estudar a Tese 62).

Outro ponto bastante visado da Declaração e das Teses é a aliança com a burguesia. Alegam que, para a Declaração, tem mais valor para a formação da frente única a aliança com a burguesia do que os camponeses e a pequena burguesia urbana. A esse respeito a Tese 63 é demasiadamente clara, onde se evidencia: "Os portadores dessa tendência não compreendem que a contradição entre a classe operária e a burguesia só pode ser resolvida numa etapa posterior da revolução, na etapa socialista. A luta de classes entre os operários e patrões é inevitável e necessária, uma vez que resulta da contradição objetiva existente entre explorados e exploradores, mas o interesse da classe operária consiste em conduzir esta luta de forma adequada". É evidente o acerto dessa Tese, tendo em vista que a força do proletariado brasileiro deve ser contra o imperialismo janque, principal e mais perigoso inimigo da revolução do proletariado brasileiro. Dizer que essa aliança coloca os camponeses e a pequena burguesia urbana em plano muito secundário, não é exatamente certo, todavia, uma coisa é o desejo dos comunistas e outra é a realidade nacional.

Na etapa atual a tática acertada e incontestável é combater o imperialismo janque, patenteador a Declaração que a revolução no Brasil não é ainda socialista, mas ant imperialista e antiféudal, nacional e democrática. Ora, a luta contra o imperialismo está amadurecida, é para o presente e a burguesia nacional procura e necessita do apoio do proletariado, para combater o inimigo comum, o imperialismo norte-americano. O inimigo em constantes e sérias provocações está a exigir combate, pois não seria acertado fazer uma aliança exclusiva com o campesinato, e, deixar a burguesia vacilante e inconseqüente fazer sózinha a revolução ant imperialista e, sabemos, paralelamente a esta luta, não titubeiam em realizar acordos conciliadores e entreguistas. Desprezar a aliança com a burguesia, temendo-se "colaboração de classes", é contrariar a posição histórica da classe operária no desenvolvimento da sociedade. É inegável que os camponeses constituem a massa mais numerosa da nação e representam uma força cuja mobilização é indispensável ao desenvolvimento conseqüente das lutas do povo brasileiro. A verdade, porém, é que o movimento camponês encontra bastante atrasado, sendo baixíssimo seu nível de organização e para a etapa atual, isto é, no combate ao imperialismo, luta de hoje, objetiva, a contribuição do camponês é mínima, isto não significa subestimar esse grande aliado. Todavia, devemos ser coerentes com a realidade. E neste particular a Declaração de Março é sobremaneira clara, quando diz: "Para impulsionar o movimento camponês, é preciso partir do seu nível atual, tomando por base as reivindicações mais imediatas e viáveis, como o salário mínimo, a baixa de arrendamentos, a garantia contra os despejos e evitando, no trabalho prático, as palavras de ordens radicais que ainda não encontra-

condições maduras para a sua realização." De acordo com o exposto, verifica-se que não se trata de desprezo ao camponês e, sim, está se levando em conta as condições objetivas do desenvolvimento da luta de emancipação do proletariado brasileiro. Este pensamento em absoluto fere os princípios das Teses, pois na Tese 60 condenamos as opiniões de que as massas camponesas têm, nas condições específicas do Brasil, papel secundário na revolução, e que, por conseqüente, são dispensáveis os esforços para construir a aliança da classe operária com os camponeses. Conforme se desprende de essas opiniões o papel secundário do camponês foi generalizado, tendo-se em vista as condições específicas do Brasil, sem procurar-se analisar as diversas etapas da revolução, deduzindo-se então que o papel da massa camponesa será sempre secundário, o que não é verdade, pois o aliado conseqüente do proletariado é o camponês. Na aliança do proletariado com a burguesia, reconhece-se que há motivos de unidade, mas também há contradições e lutas. Essas contradições não inevitáveis, todavia, a luta da classe operária contra o agravamento da exploração capitalista e contra as vacilações da burguesia diante do imperialismo, em lugar de enfraquecer e dividir a frente única, tem como objetivo imprimir firmeza ao movimento revolucionário, ampliar a sua base com a participação das massas trabalhadoras e impulsionar a própria burguesia no sentido de uma posição mais conseqüente em favor da emancipação nacional (Tese 63). Nesta e em qualquer outra etapa da revolução a hegemonia cabe ao proletariado, isto porque, a classe operária privada dos meios de produção, não explorando nem oprímido, sendo ao contrário, oprímida e explorada, orientando-se pela ideologia do socialismo e do comunismo, tem interesse em que sejam suprimidos os obstáculos que se opõem ao avanço das forças produtivas, sendo a libertação do proletariado, a libertação de toda a sociedade.

Na Tese 66, encontramos uma correta observação referente à organização do trabalho do Partido entre os estudantes, onde se afirma que não foi ainda analisado e resolvido o importante problema da atuação dos comunistas entre a juventude. Alerta-se que o papel destacado que desempenham as massas de jovens na vida econômica e política do país exige um exame acurado da experiência da U.I.C. e a adoção de medidas para a reorganização do trabalho juvenil dos comunistas. Muito bem colocado este problema. De pleno acordo. Entretanto, as Teses omitem injustificavelmente o importante e não menos destacado papel que representa para a revolução, o movimento feminino. Nenhuma palavra para impulsionar a reorganização do trabalho partidário em torno do movimento feminino. As Teses deveriam tomar uma posição clara e objetiva a respeito desse movimento, que é parte integrante do movimento de massas. Tem-se a impressão de que a igualdade social da mulher, princípio indiscutível do comunismo, foi relegado a um plano inferior. Para ratificar a importância desse movimento, lembremos das seguintes palavras de Lenin: "Em Petrogrado, em Moscou, nas cidades e nos centros industriais afastados, o comportamento das mulheres foi soberbo. Sem elas, muito provavelmente não teriam vencido".

Finalizo aqui minhas considerações em torno das Teses e como afirmei no início deste trabalho, considero-as como um grande passo para a emancipação do proletariado brasileiro. Entretanto, não se pode esquecer que se trata de um documento que poderá conter falhas ou mesmo erros, mas que no decurso desse democrático debate que vem se realizando através de NOVOS RUMOS, as arestas desaparecerão e o Partido sairá mais coeso e mais atuante, confirmando-se uma vez mais que ele já sobreviveu a muitas vicissitudes, provando que é capaz de suportar victoriosamente os golpes dos agentes do imperialismo, da reação fascista e de toda espécie de renegados.



Em primeiro lugar, desejo estabelecer um ligeiro confronto entre a discussão que ora se realiza nas páginas de NOVOS RUMOS e o debate de 1956-57 sustentado nas páginas de "Voz Operária", "Imprensa Popular" e outros jornais populares.

Em 1956 tivemos uma discussão estourada, descontrolada e por isso mesmo travada num terreno sem princípios. Tão sem princípio que serviu para o extravasamento, no espaço precioso da imprensa revolucionária, de ostensivas manifestações anti-soviéticas e antipartidárias. A atitude do Comitê Central, quase que intencionalmente omissiva diante do trabalho insólito do inimigo ideológico, ensejou rápida e insidiosa propaganda de liquidação nas fileiras do Partido. Foi sem dúvida um debate anárquico, assinalado inclusive pelos ataques pessoais mais grosseiros. Mas foi, afinal de contas, o estouro da bolada, e é exatamente sob esse aspecto que ressalta, a despeito de tudo, o seu lado positivo. Muitos anos da prática de um rígido sistema de direção centralizada, do estrangulamento do direito de crítica e, em consequência, da democracia interna, não poderiam certamente produzir melhores frutos que os de novembro de 1956.

Outro aspecto positivo consistiu no expurgo então verificado, elementos potencialmente alérgicos à causa do socialismo encontraram os motivos e a oportunidade que de há muito esperavam para fazer-se ao largo, já que permaneciam no Partido apenas porque não tinham a necessária coragem política para renunciar, falando francamente.

Em 1960 estamos participando de uma discussão em outro nível. Agora, procuramos afanosamente a unidade, através de um debate construtivo, no que pesem alguns rascos de intolerância de um ou outro polemista. Sou de opinião que a unidade existente é precária. Antes de 1956, tínhamos uma unidade formal, calcada numa disciplina imposta, resultante da generalizada aceitação de métodos mandonistas. A violação sistemática dos princípios leninistas de organização do Partido, que quase todos aceitávamos de cabeça baixa, levou-nos, num processo inevitável de abdução do raciocínio, à famosa "paz dos cemitérios". Assim aconteceu, como era de prever-se, em deslize, na primeira oportunidade. O debate desaperado, não dirigido, não controlado, não balanceado, de 1956, deu a prova

# Tribuna de Debate

ANNIBAL BONAVIDES (Ceará)

## Em Busca do Caminho Pacífico ou do Caminho Revolucionário...

prova dessa espécie de unidade construída sobre areias movediças.

Ultrapassada a fase crítica caracterizada pela discussão de 1956-57 e alcançada posteriormente a Declaração de Março de 1958, acreditamos muitos que finalmente havíamos conquistado a unidade política e ideológica em nossas fileiras. A verdade, porém, é que a unidade, no nível que buscamos, ainda é problema para o Partido. Um problema, aliás, de primeira grandeza que jamais poderíamos descuidar, sob pena de cairmos no opositor, a desagregação. No momento, estamos vendo que havia muito fogo ardendo por debaixo da cinza, à espera de que soprassem novos ventos. Os ventos sopraram, com as Teses para discussão. As labaredas voltaram a crepitir, com uma diferença essencial em relação às labaredas de 1956-57: é que a cor das chamas de hoje não parece de um vermelho puro, enquanto na discussão estourada de 56 havia um arco-íris, sendo falso o brilho de algumas cores.

Esse problema fundamental da unidade ideológica está intimamente ligado ao da determinação da linha política. Nos últimos quinze anos, a linha política sofreu modificações radicais, oscilando bruscamente da esquerda para a direita. Creio que essa instabilidade na formulação da linha política tem

contribuído negativamente para fazer lavar a desorientação e a perplexidade nas organizações de base. Hoje, quando trabalhamos firmemente com o objetivo de atingir a uma posição marxista-leninista de equilíbrio na fixação da linha política, vemos se agitam, nas fileiras do Partido, esquerdistas feroces ao lado de reformistas angélicos. Uns carregam o vírus do Manifesto de Agosto, outros são portadores da descaracterização tão difundida nos dias de confusão ideológica de 1956 quando as baterias de propaganda do imperialismo concentraram o fogo sobre as fileiras do movimento comunista internacional.

Façamos um retrospecto dessa instabilidade na formulação da nossa linha política. Salmos do colaboracionismo de classes de 1946 para a revolução a curto prazo exposta no Manifesto de Agosto de 1950. Em seguida, o IV Congresso (1954) retirou da ordem do dia a tomada do poder através da formação de um exército popular revolucionário. Decorridos quatro anos, em 1958, o Programa de 1954 é definitivamente sepultado, para ceder lugar a uma nova linha política que preconiza a possibilidade do caminho pacífico na Revolução Brasileira para o socialismo.

Por que fizemos tanto zigue-zague na formulação da nossa política? Qual a causa geradora de tantos erros, de tanta instabilidade?

Todas as questões teóricas e práticas que nos são apresentadas pelo processo da Revolução Brasileira — a questão das contradições e de suas primarias na luta política das massas, o problema da frente única, as formas de luta, as palavras de ordem adequadas — todas essas questões são condicionadas, para ser necessário encaminhamento e solução, pelo conhecimento da realidade. Mas a dura realidade de nossa condição dirigente é que o Comitê Central e os comitês regionais, não obstante os imensos esforços despendidos, ainda não conhecem, objetiva e subjetivamente, a realidade brasileira em seu conjunto e as realidades regionais que tanto se diferenciam na vastidão territorial do Brasil.

É certo que demos seguros passos para vencer o subjetivismo gritante expresso nos contrarrazões do Manifesto de Agosto. É certo também que não somos marxistas de gabinete. Sabemos do afã com que trabalha a equipe de economistas de NOVOS RUMOS na pesquisa da realidade brasileira. Algumas contribuições recentes, apresentadas neste jornal (o trabalho sobre a inflação) e em "Estudos Sociais", testemunham com eloqüência, a seriedade dessa pesquisa.

Sentimos, entretanto, que o estudo e a pesquisa carecem de mais objetividade, pecando pela unilateralidade no método empregado para obter o conhecimento. Nos abeberamos muito nas fontes indiretas do conhecimento e pouco nos preocupamos com o contacto directo com as realidades sociais e económicas do País, em cada região e local.

Os clássicos do marxismo nos ensinam que o processo de formação do conhecimento se faz por duas vias: a directa e a indirecta. Mão Trê-Tung diz que "os conhecimentos do homem são constituídos de duas partes: a experiência directa e a experiência indirecta". Assim, os tratados de economia política, os manuais de filosofia, os ensaios sobre problemas sociais e as publicações de estatísticas (fontes de conhecimento indirecto) não são suficientes para a formação do conhecimento das realidades e para a elaboração de uma justa linha política. Foi por vivermos engolfados no estudo exclusivamente teórico dos problemas da revolução que os autores do Manifesto de Agosto e do Programa aprovado no IV Congresso esqueceram-se no mais cândido e cingente subjetivismo e acharam de nos impingir transplantações mecânicas das experiências de partidos irmãos, válidas para eles, mas nem sempre aplicáveis às nossas condições e peculiaridades. Desligados das realidades, de suas contingências naturais e específicas, dos costumes do povo, desprezando as suas tradições, seu folclore, seus modos de vida, deixaram de interpretar com fidelidade as aspirações, as inclinações, os sentimentos, reivindicações, das massas trabalhadoras e populares.

Os autores daqueles documentos contando com a aprovação unânime do conjunto partidário, então magnetizado pelo sistema do culto da personalidade e da infalibilidade do Comitê Central, indicaram às massas palavras de ordem artificiais, redigidas sob a inspiração de uma fraseologia altisonante mais divorciada das realidades e da compreensão do povo.

Neste tocante, é preciso insistir na constatação de que continuamos de pégrados ao asfalto do Rio de Janeiro e das cidades do litoral. Por isso, o estudo e a pesquisa que fazemos permanece voltada somente para um lado: o do conhecimento indirecto.

A prova nós a temos, por exemplo, no desprezo ainda votado ao conhecimento da realidade regional do Nordeste. Pretendemos conhecer o planejamento da OPENO, suas implicações, suas metas, as contradições contidas no seu bojo, apenas pelo manuseio das publicações especializadas do Banco do Nordeste, do DNOCS e da SUDENE. Nossos quadros teóricos mais qualificados não se abalanzaram a um contacto directo com a realidade nordestina. Por que não visitar os grandes açúdes em construção, a hidrelétrica de Paulo Afonso e suas estações abaladoras, as Residências dos departamentos de estradas de rodagem, as cidades do interior? Por que não deslocar jornalistas e escritores para as fontes directas do conhecimento das nossas realidades, para as concentrações camponesas, para os centros in-

dustriais em formação? Por que não dinamizar a nossa imprensa com reportagens vividas nas diversas regiões do país? Por que os ensaios de "Estudos Sociais" não seguem o exemplo do escritor comunista Calo Prado Júnior ou do publicista burguês Roger Bastide que passaram semanas inteiras varando sertões, subindo serras, indo de cidade em cidade e de vila em vila, auscultando o povo, fazendo a pesquisa directa das realidades, para depois caldearem tudo o que observarem com a experiência teórica indirecta, e daí partirem, com mais perspectivas, para a elaboração de suas conclusões?

Insisto em falar do Nordeste. Esta região precisa ser melhor considerada e estudada. Aqui vive um terço da população do Brasil. Sua história social e política é das mais agitadas e brilhantes, desde os tempos da Colônia, pontilhada de heróis individuais e colectivos nas grandes justas pela causa da liberdade, do progresso e da independência nacional.

Existem no Nordeste realidades novas a desafiar a interpretação e a aplicação da nossa política para o campo. A grande açudagem é uma dessas realidades. A grande açudagem está colocando no ordem do dia, do ponto de vista prático, a questão da reforma agrária, com exigências imediatas de soluções democráticas e até radicais. Os coronéis latifundiários do Vale do Jaguaribe e das bacias das grandes reservas de água, estão em pé de guerra contra a construção do Orós e dos outros açúdes do DNOCS. Já se venceram de que Orós construído significa irrigação de milhares de hectares de terras e a possibilidade de materialização da Lei de Irrigação do Nordeste, com a desapropriação e loteamento de extensa área onde atualmente se encontra a monocultura da cana-de-açúcar e sua entrega aos agricultores pobres. Isto é, concretamente, uma perspectiva de reforma agrária. Acontece que a resistência dos coronéis careenenses se defronta com a ação política da burguesia industrial do sul que, interessada em transferir indústrias para o Nordeste e em que floresça aqui um mercado consumidor de seus produtos, pressiona o governo de Kubitschek no sentido do prosseguimento das obras da grande açudagem e da aprovação e aplicação do projeto de lei de irrigação. Sabem que o mercado interno regional depende da construção dos grandes açúdes, da irrigação e eletrificação, da desapropriação das terras irrigadas, enfim do surgimento de novas relações de produção e de novas forças produtivas cujo desenvolvimento a burguesia industrial concorda, até certo ponto. E a Lei de Irrigação do Nordeste, na forma e no conteúdo do projeto enviado pelo governo ao Congresso, se levada à prática, liquidará com o monopólio da terra numa das áreas em que a concentração latifundiária é mais forte, ou seja a Vale do Jaguaribe. O capitalismo estaria sendo levado ao campo nordestino, mas não sob o caminho prussiano da conservação do monopólio da terra presentemente esposto na crevessia agrária do Sr. Carvalho Pinto, em São Paulo. No caso da Lei de Irrigação (vide projeto nas gavetas da Câmara Federal), trata-se formalmente de introduzir modificações estruturais na paisagem agrária de vasta região, segundo o caminho progressista de quebra do monopólio da terra. Isto significa, objetiva e subjetivamente, um avanço no processo material e poderá abrir novas condições às lutas do povo nordestino por sua libertação. Além do mais, nessa contradição entre a burguesia industrial de um lado e os latifundiários do outro, há um trunfo norte-americano dando mão forte aos coronéis jaguaribenses. Para o trunfo, a luta contra a construção do Orós é a luta surda pela possibilidade de vir a explorar rica jazida de minérios que se estende no leito da futura bacia hidráulica do portentoso reservatório.

Eis, portanto, uma realidade viva que não desperta muita curiosidade e atenção dos nossos quadros teóricos mais responsáveis. Aferrados ao conhecimento cultural indirecto, desprezando, de certo modo, o contacto com essa e com outras realidades regionais palpantes.

A soma de várias omissões semelhantes resulta num desligamento das realidades concretas existentes, as quais deixam assim de ser apreciadas em profundidade, para o necessário estabelecimento de uma política no interesse revolucionário do nosso povo. Alguns setores poderão objetar enfaticamente, a esta altura, que se trata de é mobilizar a massa camponesa para lutar pela Lei de Irrigação. Pode até invocar isoladamente, aquela frase de Lenin dirigindo-se aos camponeses da velha Rússia zarista: — "esse esperarmos se promulgar a lei e não desenvolvermos vossa energia revolucionária, não teréis lei nem terras". (Obras, t. 24, página 258). A advertência leninista é válida para o nosso caso. Mas seriamos dogmáticos e esquerdistas se ficássemos apegados unicamente a esta consideração essencial e não levassemos em conta outros fatores influentes. No momento, o apelo leninista, se fosse por nós tomado ao pé da letra e repetido com toda a força de nossos pulmões, não teria ressonância entre a massa camponesa do Nordeste. Antes, devemos cuidar das condições que propiciem a própria acústica para as futuras vibrações revolucionárias do apelo leninista. Agora, urge tornar conhecida a Lei de Irrigação, difundida por todos os meios, apoiar as forças sociais que lutam por ela, agitar o problema em todas as frentes. Os camponeses, os agricultores pobres, terminarão por tomar conhecimento da lei

e consciência da necessidade de lutar pela sua aprovação e aplicação. E, quando não despertarmos, a vanguarda não vai ficar esperando os frutos daquilo que não semeou. Mas a vanguarda também não tomou conhecimento da lei, do ponto de vista prático.

Na questão agrária, como de resto em todos os campos da luta política, não podemos ficar insistindo na "formulação de generalidades comuns às diversas regiões do país. A diferenciação objetiva do desenvolvimento econômico e social brasileiro exige um tratamento subjetivo variado. E sem o conhecimento das realidades regionais, não seremos capazes de abrir as numerosas picadas que conduzirão à estrada real da revolução. Se cairmos no

teoricismo pedante, desligados das realidades estantes, seremos tudo, menos marxistas-leninistas. E nessa atitude cultural de características bizantinas, estariamos contribuindo para que a ideologia do desenvolvimentismo grasnasse cada vez mais e que os pontífices isebianos ganhassem as consciências juvenis ávidas de cultura e de perspectiva.

É evidente que o exemplo que tomamos, do Nordeste, não exclui, do ponto de vista autocrítico, a responsabilidade dos que vivem e trabalham nesta região, com a missão de orientar as lutas políticas do povo. Entretanto, a omissão que vem de cima não é uma boa forma de estímulo aos companheiros nordestinos.

O certo é que não temos o direito de ficar passeando a nossa sabedoria cultural pelas brancas praias dos verdes mares bravios, longe dos campos e das realidades do interior. O asfalto é pegajoso, oferece muitos atrativos e comodidade. É mais gostoso queimar pestanas nos gabinetes das cidades do que perflutar os distantes caminhos dos sertões à procura das realidades vivas, sociais e económicas. Mas é lá também, sem dúvida alguma, que iremos encontrar o tão falado "caminho pacífico" ou, na outra alternativa, o "caminho revolucionário" da Revolução Brasileira. Sem o conhecimento das realidades ficaremos perdidos numa floresta de subjetivismo.

O que nos conforta, porém, é que passos seguros estão sendo dados no sentido de encontrar o caminho verdadeiro. A Declaração de Março, as Teses para discussão, o próximo Congresso, o atual debate, revelam um avissoso processo de recuperação teórica e prática. Estamos em marcha batida para a formulação mais correta da linha política, para a reconstrução do Partido e para a conquista da unidade ideológica.

ARLINDO A. LUCENA (Santos)

## Duas Concepções, Duas Greves e Duas Políticas

O povo santista, tendo à frente o proletariado revolucionário, acaba de acrescentar à sua tradição de luta uma das mais belas e gloriosas páginas já escritas em toda a história. A greve geral do dia 1º de julho, em defesa dos 31 trabalhadores do Molino Paulista S. A., ameaçados de perderem seu emprego em consequência de uma arbitraria transferência para a filial do truste Bunge-Borne em Curitiba, decisão repudiada pela Justiça do Trabalho em Santos, mas confirmada pela subserviência de uma decisão ferozosa de uma infima minoria de Juizes do Tribunal Regional do Trabalho de São Paulo.

Em defesa dos trabalhadores do Molino Paulista levantaram-se todas as categorias profissionais de Santos, sem nenhuma exceção desde os portuários e estivadores, os trabalhadores em Construção Civil e ensacadores de café, até os trabalhadores em transportes de toda natureza (bondes, ônibus e táxis), os gráficos de tipografia e jornais, os metalúrgicos e pedreiros, os comerciantes e alfaiates e barbeiros, enfim todos os homens e mulheres que empregam, sua atividade neste ou naquele setor de trabalho. O comércio sem nenhuma exceção cerrou suas portas, lojas, varejistas e restaurantes, a um simples apelo da classe operária através de seu órgão dirigente: o Fórum Sindical de Debates.

Numa alta demonstração de espírito patriótico, recusaram-se os trabalhadores a que seus irmãos da Refinaria Presidente Bernardes participassem da parede a fim de serem evitados enormes prejuízos à Petrobrás.

É de se notar que um movimento de tamanha envergadura tivesse subordinado sua preparação ao mais elevado espírito de responsabilidade. A defesa da lei da estabilidade foi o elo principal que possibilitou a unidade de todos os sindicatos de trabalhadores que, irmãos no sentimento antiparlamentarista de todo o povo de Santos, unificaram o cumprimento da lei pelo truste estrangeiro, numa verdadeira ligação nos governantes do país. Em todo o processo de preparação do movimento, reinou a mais perfeita unidade entre os dirigentes sindicais, unidade essa que impactou sobre a massa trabalhadora e a efetivação da greve, etc. Isto não significa que antes tenha de se acumular tudo tal qual uma piletra. Muito menos significa, mesmo de longe, que as coisas corram espontaneamente, sem a influência do Partido do proletariado nas ações de massas da classe operária e do povo. Trata-se, sim, de um movimento vinculado com o que há de real e concreto em cada momento do desenrolar dos acontecimentos, coisa aliás relegada ao desprezo em toda política burocrática em sanhos esquerdistas, tal como sucedeu durante a greve de 1958 em São Paulo, onde impuseram a falta de unanimidade da classe operária e os métodos impositivos próprios daqueles que, preocupados exclusivamente com seus indolentes xingamentos, sua pressa e seus desatinos, completamente desmarcados. O proletariado, com sua peculiar seriedade sobre o campo de batalha a bom pé e com firmeza e maestria.

Porém, a greve geral do dia 1º de julho em Santos, não serviu apenas para demonstrar a pujança do proletariado e do povo santista, seu elevado nível político e sua disciplina consciente. O mérito principal desse movimento foi o ensinamento vivo que nos deixou de como se deve tratar os problemas levantando-se em conta e partindo-se de fatores objetivos e reais, em oposição sistemática ao aventurismo esquerdista baseado em palavreado ócio de sentido prático e na irresponsabilidade na prática das decisões fabricadas atrás

dos gabinetes. A greve geral de Santos, significou uma pá de terra sobre a política apregoaada pelos opositores da Declaração Política de Março de 1958 e das Teses para Discussão. Em demagogar e pôs a nu toda a falsidade das afirmações daqueles que afirmam que o fundamental da atual orientação política do Partido é a apologia do capitalismo ou a fuga à luta pelas reivindicações dos trabalhadores em benefício da Frente Única. Mais do que isso, demonstrou que o proletariado tem todas as condições para influir, já em amplos setores da Frente Única no sentido de conduzi-la para posições mais avançadas na luta anti-imperialista e democrática. Todavia, a maior das lições da greve geral de Santos, endereçada aos apregoadores do aventurismo e do esquerdismo, é que, AO EM VEZ DO PROLETARIADO SE CONTERIAM COM ALIAS FORMULAÇÕES TEÓRICAS E COM AS CITAÇÕES DOS CLÁSSICOS DO MARXISMO-LENINISMO, EM SUA LUTA PELO SOCIALISMO, SE É QUE DESEJA DE LUAR PELO SOCIALISMO, PREFEÇA DEIXAR OS LIVROS EM PAZ UM POUCO QUE SEJA, AFASTAR-SE TAMBÉM UM POUCO DO ACONTECER DOS GABINETES E, DESDE-ENTÃO DOS ALTOS PEDRELAIS MISTURAR-SE COM O POVO, FUNDIR-SE COM OS TRABALHADORES, VIVER COM ELIS OS SEUS PROBLEMAS, FORMULA-LOS, ORGANIZAR SUA DEFESA E LEVÁ-LOS A LUTA. Tal ensinamento serve ao proletariado em qualquer etapa de sua luta social, seja na etapa democrático-burguesa, seja na etapa socialista. O que se enunciam tal ensinamento, sim são apologistas do capitalismo, já que nada fazem contra ele senão debilitar em vão.

A greve geral de Santos também nos ensina que o proletariado realiza suas ações sob a preparação, a orientação e direção de seus órgãos de classe e sindicais, quando se ganhou a classe operária para um objetivo determinado, quando os trabalhadores estão convencidos pela persuasão e não pela imposição de que tal ou qual ação deve ser levada a efeito, etc. Isto não significa que antes tenha de se acumular tudo tal qual uma piletra. Muito menos significa, mesmo de longe, que as coisas corram espontaneamente, sem a influência do Partido do proletariado nas ações de massas da classe operária e do povo. Trata-se, sim, de um movimento vinculado com o que há de real e concreto em cada momento do desenrolar dos acontecimentos, coisa aliás relegada ao desprezo em toda política burocrática em sanhos esquerdistas, tal como sucedeu durante a greve de 1958 em São Paulo, onde impuseram a falta de unanimidade da classe operária e os métodos impositivos próprios daqueles que, preocupados exclusivamente com seus indolentes xingamentos, sua pressa e seus desatinos, completamente desmarcados. O proletariado, com sua peculiar seriedade sobre o campo de batalha a bom pé e com firmeza e maestria.

Porém, a greve geral do dia 1º de julho em Santos, não serviu apenas para demonstrar a pujança do proletariado e do povo santista, seu elevado nível político e sua disciplina consciente. O mérito principal desse movimento foi o ensinamento vivo que nos deixou de como se deve tratar os problemas levantando-se em conta e partindo-se de fatores objetivos e reais, em oposição sistemática ao aventurismo esquerdista baseado em palavreado ócio de sentido prático e na irresponsabilidade na prática das decisões fabricadas atrás

ARLINDO A. LUCENA SANTOS, 1º de julho de 1960

VICENTE AMORIM Fº (Santos)

## Com as Teses e Por um Amplo Movimento de Massas

A tese 71 diz que as condições políticas atuais são particularmente favoráveis ao crescimento e fortalecimento do Partido e a conquista da sua legalidade. A orientação unitária e patriótica dos comunistas, seu papel combativo no movimento nacionalista, nas organizações sindicais, estudantis e populares... é aqui que eu quero deter-me, nas organizações populares, ou seja, nas Sociedades de Melhoramentos de Bairros.

Preocupamos e a diversos companheiros que participam das discussões das teses, o problema da hegemonia: uns acham que só conseguiremos a hegemonia com os métodos do passado, quer dizer, nos colocando como absolutos e procurando apenas a aliança com os camponeses, ou seja, procurando fazer apenas a aliança operário-camponesa, e desprezando por conseguinte as outras forças que no momento acham-se interessadas em modificações na estrutura política de nossa Pátria (não importa que esse interesse esteja vinculado a questões pessoais); outros, que saliram com tanta força da esquerda, clamam na direita e acham que a hegemonia pertence à burguesia, portanto a luta de classes torna-se desnecessária e, — até quem sabe, para eles, o próprio Partido. — daí não precisamos mais lutar no Partido e sim ingressar em qualquer partido que pertença à burguesia; outros há ainda, que não querem nem uma nem outra coisa, preferem diletar.

Porém, eu sou daqueles que acho que o problema da hegemonia é realmente importante e deve merecer toda a nossa atenção e ser o centro de nossa preocupação. É claro que parte do princípio de que nada está isolado, tudo se interpenetra e precisamos ver tudo em movimento, porém, termos o cuidado de verificarmos a direção do movimento pois não é qualquer movimento que nos serve, parece-nos que o movimento que nos serve, de um modo geral, é aquele que, embora seja em círculo, mas tenha o sentido de uma espiral em ascensão, e a nossa atuação deve ser no sentido de fazer com que a coisa em si, seja transformada em coisa para nós (classe operária).

Assim sendo, gostaria de levantar aqui, para posterior estudo do Partido e com vistas naturalmente a todo o país, o problema das Sociedades de Melhoramentos como uma das frentes, ou melhor, um dos meios que se me afiguram, de muita importância para levantarmos a prática, nesta etapa da revolução brasileira, todo o militante do Partido a ligar-se as massas e aprenderem a trabalhar em frente única num ambiente o mais heterogêneo possível com as maiores contradições entre os elementos da massa, com todos os problemas possíveis e imagináveis, desde os de ordem política, até os profissionais, jurídicos, religiosos, educacionais, feminino, mirim, infantil, juvenil, literário, recreativo, esportivos, etc. etc. (A expressão, todos os militantes, é relativa, naturalmente eu reconheço, que o movimento sindical deve ter sua política específica, o camponês idem, a juventude também).

Mas, se, a par das outras frentes, concentrarmos nas Sociedades de Melhoramentos e procurarmos fazer uma política objetiva, com base na realidade existente no seu âmbito de ação, e procurarmos adotar o princípio — e torná-lo hábit — de realizarmos reuniões com os associados de cada sociedade inicialmente, depois de grupos de sociedades, ligando todas as sociedades de uma municipalidade em organismos e estruturas, a exemplo das Unões e Federações,

SANTOS, 2 de julho de 1960

### Encerramento do Debate

A comissão responsável pela «Tribuna de Debate» comunica a todos os companheiros que, de acordo com as normas estabelecidas para a presente discussão, o prazo para recebimento dos artigos e cartas destinados à publicação expira no dia 29 de julho.



# Contra Quem se Preparam os lanques em Guantánamo?

**CESAR LEANTE**  
Serviço especial de **PRENSA LATINA**  
Exclusivo para **NOVOS RUMOS**

Na imensa Baía de Guantánamo, na província de Oriente, está a base naval norte-americana, onde mil e tantos «marines» se exercitam no esporte da guerra.

«Bem, os rapazes de minha esquadra estão preparando um plano: estamos economizando os pesos e centavos que podemos, vamos comprar TNT e num belo dia faremos voar esta maldita baía de Guantánamo».

Este é o conceito não muito lisonjeiro, que têm os «marines» do pedaço de terra latino-americano que habitam provisoriamente, e seu desejo de partir é bastante veemente. Mas, o curioso é que ninguém lhes pediu que se estabelecessem ali. Pelo contrário, Cuba se viu obrigada a ceder esse pedaço de seu território durante a primeira intervenção norte-americana na ilha, em 1899, e o atual governo não se oporia em absoluto a que as forças dos Estados Unidos acantonadas, em Caimanera há mais de meio século, partissem com todo o seu aparato militar.

## Bares, «marines» e «mulheres alegres»

Até a segunda metade do século passado, Caimanera era uma tranqüila aldeia de pescadores de não mais de 50 habitantes. Hoje tem 4.000 e o aspecto que apresentava até antes do triunfo de Fidel Castro recordava as versões hollywoodianas de Hong Kong, Singapura ou Casablanca.

A rua principal do povoado costeia o mar e nela se concentram as fontes da «grande comércio» de Caimanera: bares e bordéis. A noite, a rua fervia com a música estridente das vi-

trolas, as luzes coloridas dos bares e a presença das «mulheres alegres» à porta de suas «casas». Tudo pronto para que os «marines» em licença se divertissem a valer, embriagando-se, escandalizando, entregando-se ao prazer fácil das prostitutas e «confundindo» várias vezes uma casa honesta com um bordel.

Nada poderia perturbá-los. A polícia especial destacada pela base — os PM — protegiam os fuzileiros navais em qualquer barulho em que se metessem, sem permitir que as autoridades cubanas os intersetassem. Na base, os «marines» eram apenas admoestados por suas «diabruras».

Com a chegada da Revolução as coisas mudaram bastante. O «ninho de pulgas, baratas e prostitutas» foi limpo pelo atual governo; as ruas de Caimanera já não têm o «exaltismo» de antes e agora são policiais cubanos que estão encarregados de fazer com que os «marines» andem direito.

## Dois mil dólares por uma baía

A base Naval de Caimanera foi estabelecida em Cuba por um convênio firmado em 1903, mas na realidade sua instalação já estava fixada na célebre Emenda Platt acrescentada à Constituição Cubana de 1901 como um apêndice que seu próprio autor, o senador Orville H. Platt, qualificou de «um substitutivo da anexação». De fato, dava aos Estados Unidos o direito de intervir militarmente em Cuba.

Segundo o artigo sétimo da Emenda, Cuba estava obrigada a arrendar aos Estados Unidos, na qualidade

de «carvoeiros», isto é, de bases de aprovisionamento de carvão para a esquadra norte-americana, partes de seu território nos portos de Havana, Baía Honda, Guantánamo, Capetão e Caibarién. Deste modo, quando Tomás Estrada Palma, primeiro presidente de Cuba «livre», chegou ao poder encontrou-se diante da exigência de cinco carvoeiros norte-americanos estipuladas na Emenda Platt.

Estrada Palma conseguiu reduzir as pretensões norte-americanas a apenas duas bases: a de Guantánamo e a Baía Honda. Mais tarde, ficaria apenas a de Guantánamo, mas com uma extensão maior do que a estabelecida em princípio. O convênio pelo qual Cuba outorgava aos E.U.A. a base de Caimanera (Guantánamo) foi assinado em 2 de julho de 1903. Tinha uma duração de 99 anos e seu preço de arrendamento era de menos de 2.000 dólares ao ano. Jamais pois algum havia alugado uma parte de seu território por um preço tão irrisório. Naturalmente o domínio que os E.U.A. exerciam sobre Cuba pôde levar o governo cubano a aceitar o desastroso convênio imposto por Theodore Roosevelt, então presidente da América do Norte.

## Provocações contra cubanos

A base naval de Caimanera tem mais de 144.000 ha., possui uma baía suficientemente profunda para que possam penetrar na nauyas de grande calado e suas instalações incluem um aeroporto, quartéis, armazéns e outros edifícios. Nela vivem cerca de 140 oficiais, 1.400 fuzileiros navais, e



Antes era assim

2.800 empregados, mas este número aumenta e diminui frequentemente de acordo com a chegada e saída dos navios.

Centenas de operários cubanos trabalham na base naval. As condições vigentes para os trabalhadores cubanos são semelhantes às que prevalecem para os operários panamenos na zona do Canal. Ganham salários inferiores aos dos empregados norte-americanos e são tratados de forma humilhante. Em março passado o Secretário Geral do Sindicato de Operários e Empregados da Base, Federico Figueroa, foi despedido porque denun-

Os fuzileiros navais norte-americanos mandados para Cuba transformaram uma pacífica aldeia de pescadores numa «cidade alegre». Somente depois da derrota da ditadura batista pelos revolucionários de Fidel Castro é que os «marines» tiveram que entrar nos eixos. Antes da revolução, na baía de Guantánamo os fuzileiros eram a própria lei

ciou o fato de que os operários da Base são periodicamente revistados pelos «marines».

## Trincheiras numa base naval

Em várias ocasiões, Fidel Castro chamou atenção para as manobras militares que se realizam na Base.

A 24 de fevereiro passado, por exemplo, dia em que se comemora em Cuba o início da guerra de independência de 1895, em Caimanera houve uma grande mobilização de forças. Os comandos militares norte-americanos colocaram baterias pesadas

apontando para os montanhas que rodeiam a Base. Os exercícios de guerra levados a cabo nesse dia incluíram a escavação de trincheiras. Além disso, são constantes as práticas de guerra de guerrilhas que os fuzileiros navais realizam por toda a fronteira da Base com o território cubano.

Entre outras denúncias do governo cubano há o aumento das efetivas militares da Base, realizado recentemente, assim como o recrutamento — de membros do dissolvido exército de tirania, muitos deles procurados pela justiça.

## Tribuna de Debate

NESTOR VERA

# AINDA SOBRE OS CAMPONESES

Voltamos novamente ao problema camponês, por ser de fundamental importância na atualidade. É uma questão que preocupa seriamente todos os Partidos Comunistas nas diversas fases da revolução. Trata-se de problema difícil e complicado. Por isso, nunca é demais discutí-lo, principalmente em nosso Partido que não tem ainda um Programa Agrário elaborado. Temos elementos desse Programa, mas não está ainda resolvida tarefa de tamanha importância para a revolução. Além disso, é necessário aprofundar este assunto, a fim de que fique bem claro para todo o Partido o papel que ocupam os camponeses na revolução e a atuação que o Partido e o proletariado devem desenvolver entre eles.

Estamos num debate franco e aberto, com prazo estabelecido para expressarmos nossa opinião. O dever de cada um de nós é dizer o que pensa de maneira que ajude o Partido a encontrar a verdade e a reforçar sua unidade. Depois de encerrados os debates, a linha política que for aprovada será obrigatória para todos os comunistas. Todos têm o dever e a obrigação de aplicá-la, defendê-la e lutar por ela. Com um instrumento bom trabalharemos melhor. Com uma linha política acertada o trabalho revolucionário avança mais rapidamente e a unidade do Partido se reforça.

Nunca como agora o problema camponês foi posto tão em evidência em nosso país. Todos os partidos políticos, os governos da República, dos Estados, dos Municípios e, inclusive, o clero, fazem em reforma agrária e nos trabalhadores do campo. Isto não é por acaso. A burguesia e toda a reação querem tirar proveito da atual situação objetiva. De um lado, aproveitam o fato de existir no Brasil eleições quase todos os anos, o que cria condições propícias para a desorganização, com que enganam as massas camponesas, arrastando-as para si. De outro lado, procuram desviar a luta dos camponeses de seu verdadeiro caminho, com o intuito de impedir uma solução radical do problema agrário e manter o atual regime de posse da terra.

Numa situação desta, a influência da burguesia com suas forças penetra nas massas e chega mesmo a influenciar alguns elementos de nossas fileiras. Diante disso é preciso ter uma posição definida de classe, com um programa agrário de conteúdo proletário, marxista-leninista, diferente da burguesia, para orientar os camponeses, a classe operária e todas as forças revolucionárias por um caminho justo. Foi isto que indicou Lenin às vésperas da primeira revolução russa de 1905, quando o problema da derrota do czarismo e da realização da hegemonia do proletariado apresentou-se em toda sua grandeza ao Partido e o problema do aliado fundamental do proletariado na revolução burguesa eminentemente lançou um caráter palpante. Naquela época, a burguesia monárquico-liberal desesperadamente lutava para manter os camponeses sob sua influência. Mas Lenin, na direção do Partido Bolchevique, apresentou um programa agrário justo, o qual durante o período de 15 anos, que decorreu de 1905 a fevereiro de 1917, serviu de instrumento para o Partido tirar os camponeses de sob a influência da burguesia liberal e ganhá-los para a influência do proletariado.

Todas os Partidos Comunistas para agir com acerto, partem dos clássicos do marxismo-leninismo. E nestes que vamos buscar os ensinamentos gerais para, de acordo com as particularidades de cada país, elaborar programas acertos.

Stalin, em «Os Fundamentos do Leninismo», obra que dedicou à defesa do

leninismo, em 1924, dizia que o problema fundamental do Leninismo é o problema do poder político, da ditadura do proletariado, e que o problema camponês, como a questão do aliado do proletariado em sua luta pelo poder, é um problema derivado. No entanto, esta circunstância não reduz em nada a grande e palpitante importância que sem dúvida tem esta questão para a revolução proletária, e mais adiante diz: «Neste sentido, o problema da... é uma parte do problema geral da ditadura do proletariado, e como tal, um dos problemas mais palpitantes do Leninismo». Isto quer dizer que, para o proletariado brasileiro e para seu Partido revolucionário, o Partido Comunista do Brasil, a questão fundamental da luta é a questão do poder, a formação de um governo das forças revolucionárias constituintes da frente única, sob a direção da classe operária. Só neste governo e não em nenhum outro conduzir-se o povo à revolução, à ditadura do proletariado, à total libertação de nosso país. Esta não é uma questão fácil de ser resolvida. É um problema difícil de definir e de resolver, segundo as condições concretas de cada país. Esta é a perspectiva e a questão real e principal que deve ficar bem clara, bem explícita para o proletariado, para os camponeses e para todas as forças revolucionárias, a fim de que elas possam ser mobilizadas e unidas para derrotar o inimigo e alcançar a vitória final.

Uma das grandes falhas das Teses que ora discutimos é a questão do poder. Nas Teses a luta pelo Poder se apresenta de modo falho, não corresponde aos verdadeiros objetivos de classe do proletariado e não abre as perspectivas desejadas para a luta revolucionária. Precisamos de um governo de transição entre o atual governo brasileiro (da burguesia e dos latifundiários) e a ditadura do proletariado. A este respeito é bom recorrer ao grande revolucionário Jorge Dimitroff e examinar o que ele diz em seu informe, apresentado ao VII Congresso Mundial da Internacional Comunista, a 2 de agosto de 1935, onde cita Lenin, quando trata do governo de frente única:

Há quinze anos, Lenin nos convidava a que nos concentrássemos toda a atenção em procurar formas de transição ou de aproximação para a revolução proletária. Poderá acontecer que o governo de frente única seja, numa série de países, uma das formas transitórias mais importantes. Os doutrineiros de esquerda passaram sempre de longe em relação a esta indicação de Lenin, falando simplesmente da «frente» como propagandistas limitados, sem preocupar-se jamais com as formas de transição. E os oportunistas de direita tentaram estabelecer uma «fase democrática intermediária especial» entre a ditadura da burguesia e a ditadura do proletariado, para sugar à classe operária a ilusão de um pacífico processo parlamentar de uma ditadura a outro. A esta «fase intermediária» Heitch chamavam também «forma de transição» e invocavam inclusive o nome de Lenin. Mas não foi difícil descobrir a fraude, pois Lenin falava de uma forma de transição e de aproximação da revolução proletária, isto é, a destruição da ditadura burguesa, e não de uma forma qualquer entre a ditadura burguesa e a ditadura da Classe Operária Contra o Fascismo. — Editora Vitória Ltda., — proletária. (A Luta Pela Unidade 1916, pág. 81.)

As Teses, no que se referem ao Poder, precisam precisamente uma fase democrática intermediária especial,

em que se busca o fortalecimento das posições da burguesia no Poder.

O proletariado e os camponeses não podem ficar lutando por um governo qualquer, de conteúdo burguês, a prestação, com várias fases, dentro do atual regime referindo os elementos «bons» do governo e colocando os «moss», como propõem as Teses. Isto não resolve, no fundamental, a situação das massas trabalhadoras. E nós, como Partido do proletariado, temos que ter como centro de nossas preocupações é resolver a situação das massas trabalhadoras. E todas as medidas que tomamos devem encaminhar às soluções neste sentido e não no fortalecimento da burguesia e dos latifundiários. Para isso já está em esse governo de Juscelino, que é um verdadeiro representante da burguesia e dos latifundiários, contra os trabalhadores. O tipo de governo apresentado nas Teses não resolve, no fundamental, a situação dos trabalhadores. Só pode solucionar a situação das massas um governo que expresse um novo regime democrático e popular. Governos burgueses, qualquer tipo que sejam, nem no passado nem no presente, podem solucionar a situação de penúria das massas.

As revoluções burguesas do ocidente (Alemanha, França, Áustria etc.) libertaram os camponeses do regime de servidão, da sociedade feudal, onde as relações de produção se expressavam na propriedade do senhor feudal sobre os meios de produção e sua propriedade parcial sobre os produtores, isto é, sobre os servos, aos quais podiam comprar e vender como animais. Aquelas revoluções dirigidas pela burguesia, há 100 anos atrás só libertaram os camponeses das garras dos senhores feudais, porque a burguesia precisava de um camponês em condições de produzir mais e ter mais iniciativa. Mas que sorte lhes deu? Em que condições ficaram os camponeses? Ficou sob o regime dos grandes latifundiários, dos senhores das grandes propriedades de terras. Mudaram-se vários governos, mas o camponês continuou sempre explorado, faminto, perseguido e massacrado. Isso deu-se com as revoluções onde a burguesia ficou com o poder em seus países. E, em nossa época, o que é que se passa? Citamos alguns exemplos:

Em 1947, a Índia conseguiu sua independência depois da segunda guerra mundial, e estabeleceram-se no país um governo burguês sob a direção de Nehru, que libertou os camponeses do regime colonial. A China, em 1949, conseguiu sua independência e estabeleceram um regime popular sob a direção da classe operária, com seu partido de classe e Mao-Tse-Tung à frente. Qual a diferença entre essas duas situações? Na Índia, o aspecto social não mudou quase nada. Os camponeses continuam sem terras, sob o regime dos grandes proprietários de terras, sob o regime dos latifundiários. Não se realizou a reforma agrária radical e por isso não foi solucionado o problema camponês. O exército e a polícia são jogados contra os camponeses que os espanhóis, os alemães e os assassinos. Conserva-se a velha e arcaica estrutura da antiga sociedade com sua classe dominante no poder.

A China libertou-se dois anos depois. Isto é, em 1949. Então era um país mais atrasado industrialmente que a Índia. No entanto, junto com a libertação nacional, foi realizada a reforma agrária radical, foi liquidado o regime de latifundiários, desapareceu toda espécie de exploração e opressão e a fome morreu. Nesse curto prazo de tempo a China adiantou-se à Índia toda uma época histórica. Já alcança uma produção industrial e agrícola que assombra o mundo, e seu campesinato

adquire um poder aquisitivo cada vez maior.

Olheemos agora para nosso país. O Brasil, depois de sua descoberta, viveu séculos no regime da escravidão, onde o índio e o negro eram escravos dos grandes proprietários de terras. Eram vendidos, trocados e mortos como animais. Em 1888, o movimento democrático burguês libertou os escravos daquele regime despótico. As necessidades do desenvolvimento econômico do país reclamava um camponês mais desenvolvido e com mais iniciativa. Foram abolidas as leis que legalizavam a escravidão, que davam o direito ao fazendeiro de vender e matar o escravo. Foi sem dúvida uma grande vitória de nosso povo, mas a base econômica no campo continuou a mesma. Nenhuma reforma agrária foi feita. Permaneceu o regime das grandes propriedades de terras, com os mesmos latifundiários, com as leis de proteção aos grandes proprietários de terras, aos grileiros e seus capangas. Assim se desenvolveram as fazendas de café, de cacau, cana de açúcar e pecuária.

O Brasil já passou pelo regime colonial, pelo Império e alcançou a República. Sob a República tivemos períodos de relativa liberdade e de duradoura. O capitalismo foi se desenvolvendo, facilitando a penetração dos imperialistas. Qual a situação do camponês, seja de índio, negro ou branco? De um modo geral sua situação é parecida à do escravo. Na prática, a escravidão deixou de ser só dos negros para abarcar todos os trabalhadores do campo indistintamente, sob triplice exploração: a dos latifundiários, do capitalismo nacional e do imperialismo.

No tempo da escravidão, o escravo trabalhava com o capataz ao lado, de revólver e chicote na cinta e chicote na mão. Só mudava de fazenda quando era vendido ou trocado. Para vergonha nossa, quase nada mudou dessa situação desumana em nossa agricultura. A herança que o camponês recebeu do passado são as farras apertadas de exploração. Há fazendas de café onde é proibido a uma moça casar-se com um rapaz de outra fazenda, para que o fazendeiro não perca uma «caçada». Fazendas são vendidas a «porteira fechada». Isto é, entra no negócio tudo o que há na propriedade: terras, ferramentas, animais, veículos e os trabalhadores, que ficam sujeitos ao novo latifundiário, graças às dívidas que já meses podem pagar. Esses trabalhadores não podem sair da fazenda enquanto não realizem a colheita ou saldem as dívidas transferidas para o novo proprietário. São dispensados só quando não mais interessam ao patrão. Nas fazendas das estradas da fazenda estão os capangas armados para impedir qualquer saída de gente ou de mercadorias. Nos latifúndios onde trabalham milhares, milhares e milhares não são permitidos a entrada e saída de veículos sem autorização da administração da fazenda e sem que antes seja paga a renda da terra.

Famílias de colonos ou de quaisquer outros tipos de trabalhadores são dispensados sem receber nenhuma espécie de indenização. São jogados em seus trens em casa, na divisa da fazenda ou nas estradas, chuva, frio, frio, fome ou não recursos ou pessoas carentes na família. Nada é levado em consideração, são escoroados como se fossem animais imprudentes. Nada adianta reclamar. Não há justiça para isso. As autoridades, em geral, estão a serviço dos fazendeiros e só atendem às ordens destes. Isto se passa não somente nos pontos mais atrasados e longínquos do país, onde a situação do trabalhador é pior, mas também nos centros mais desenvolvidos, como

no Estado de São Paulo. Fatos como estes mostram que há um ano mais usamos de acúcar dos Unidos e em outras fazendas no município de Limeira, que fica a 150 quilômetros da Capital de São Paulo, o maior centro industrial da América Latina, e em Campinas, na Fazenda Melão-Limão, a 90 quilômetros da Capital, famílias jovens jogadas na rua, com famílias de 20 e 30 anos de serviços, algumas delas, sem indenização.

São milhares as fazendas em que os trabalhadores não podem receber visitas sem comunicar o encarregado quem é a pessoa que chegou e o que veio fazer, com pena de ser multado. Igualmente o trabalhador não pode sair da fazenda sem comunicar o que vai fazer, depois das 8 horas da noite não são mais permitidas visitas e é proibido qualquer movimento. As 5 horas da manhã, o fiscal (jagunço) percorre as casas dos trabalhadores a cavalo, de chicote na mão e revólver na cinta, examinando se todos já foram trabalhar ou se algum ficou em casa, para evitá-lo para o serviço.

No Brasil colonial e em toda época da escravidão, havia os fazendeiros de escravos que andavam prendendo indios pelo sertão para venderem aos latifundiários, e outros traziam os negros da África, negociando-os no Brasil. Hoje há os traficantes de mulheres, que ganham uma importância em dinheiro nos fazendeiros do sul, por causa de sua família, que emerge em suas fazendas. Esses traficantes, negociadores de nordestinos vêm ao norte e levo-os e os fazem entrar aquela massa humana de empregada e faminta, os camponeses. Isto é, os que apresentam mais resistência para o trabalho, incluem os camponeses sem condição nenhuma, os pais-de-família, como se fossem animais. Transporam-nos para as fazendas do sul e pediram dos fazendeiros de acordo com o número de cabecas e a qualidade da «mercadoria». Esses homens e mulheres, que viram parecido de mais um deumo do que ser vivo devido aos sofrimentos, vão para o trabalho entrando do pior e ganhando uma miséria amontoada em casas sem o mínimo de conforto ou tranqüilidade, os camponeses para não fugirem. Os que sobram, que não foram negociados, por serem «mercadoria inferior», isto é, os homens mais fracos, as mulheres mais anêmicas e as crianças, entram as estradas, como podem muitas, às vezes por um emprego, sem o mínimo de recursos, num país tão rico como o é este grande Brasil.

O surgimento da grande produção econômica no Brasil, deu-se no período de 1930, e no norte do país com a penetração de açúcar. Os meios camponeses criaram a mobilização para a luta dos camponeses de organizar um espírito de luta e que duraram praticamente a vida do país até o fim da império para o açúcar entrou em declínio. E a mobilização rural conseguiu marchar os camponeses nas piores condições possíveis. Tal situação foi transferida a parte a República onde a economia exterior, com as grandes fazendas de café no Estado de São Paulo, deu origem à oligarquia rural paulista, que nasceu com o advento do café, e com o mesmo espírito de luta que a do norte, passou a dominar a vida política do país.

As enormes levadas camponeses realizadas em milhares de um para outro lado do país, aumentam assistencialmente. Este é o fenômeno do crescimento da exploração das massas trabalhadoras pelas classes dominantes. Esta é uma lei dos desenvolvimentos do capitalismo que cria um grande exército de desempregados, não de obra atendida e barata para os industriais e para os latifundiários.

As grandes fazendas, as mais ricas da agricultura do Brasil, os latifúndios, os camponeses que vão para o campo, com assalariados agrícolas. Cada veículo transporta de 40 a 60 pessoas, e mais de metade desses trabalhadores, não leva nada para comer. Não por economia e sim porque não tem. Come o que algum dos camponeses lhe pode dar, ou nada — com algumas frutas que consegue no campo.

A situação dos camponeses trabalhadores e dos assalariados agrícolas brasileiros não mudou, no essencial, nos últimos anos. Mas os camponeses e os trabalhadores do campo vem recebendo o ensino do capitalismo, e o desenvolvimento dos latifúndios e do latifundismo com um setor camponês. Em situação tão paupérrima o camponês possui um poder aquisitivo muito baixo. O seu consumo consumido constitui um forte entrave para o desenvolvimento da economia nacional. Mas pois há enorme custo do Brasil e por que o camponês produz a maioria da produção, o campo deve ser o maior fornecedor de matérias-primas para a indústria, e o camponês não pode pagar internacional dos produtos agrícolas. Mas para isso é preciso a mudança do atual regime e a adoção de um governo completamente diferente daquele que está. Esta é a realidade brasileira, que se trata de conhecer a realidade para se poder elaborar uma linha política correta, partindo sempre, como nos ensinam o Leninismo, da situação das massas e de suas necessidades e não dos interesses da burguesia e dos latifundiários. O fundamental não é colocar em primeiro plano a defesa da burguesia e dos latifundiários porque estes têm condições com o imperialismo, o fundamental é a defesa das massas trabalhadoras famintas e exploradas pelos capitalistas nacionais e estrangeiros.

Minha esperança sobre a situação dos camponeses não necessita nada de exagerado, já que me refiro a fatos muito conhecidos. A essa visão de todos que os queremos ver, Refletiu a eles para chamar a atenção para a situação, fechando os olhos ao que se passa no campo se tornam correntes do capitalismo imperialismo atual, pregando que, dentro dos limites do atual regime, é possível mudar esta situação. Pensam o mesmo com eles de brigas dados para o campo, colher flores e ganhar os camponeses. Que as liberdades democráticas já chegaram ao campo. Que a questão é saber tratar tudo com zelo para não assustar a burguesia e os latifundiários, a fim de se evitar os choques e não prejudicar aliados e nem quemeres os inimigos. Para isso, nada de reforma agrária radical na atualidade, nem medidas radicais contra as bases camponeses do imperialismo e dos latifundiários. Deixar isto para quando a burguesia se convence e ca mesma, então dirija tal luta e nós a apoiamos.

Certo que a revolução democrática burguesa, dirigida pela burguesia, já realizou algumas de suas tarefas como a conquista da Independência, e a proclamação da República, a Abolição da Escravidão, a elaboração da Legislação Trabalhista e a introdução na Constituição de algumas medidas de caráter democrático, como resultado da pressão dos camponeses. Mas hoje a burguesia não está em condições de dar passos decisivos adiante. A transformação radical do país, como a completa e consciente reconstrução do modo de produção da terra, a transformação do exército permanentemente num exército do povo, a constituição de um governo popular, verdadeiramente nacionalista e democrático, só poderão ser realizados sob a direção do proletariado, aliado, principalmente, com os camponeses.

EM SÃO PAULO:

# Prestes Abraça Antigos Companheiros da Coluna Invicta

«Prestes quer ver e abraçar os velhos heróis da Coluna». Assim foi feito o convite do Dr. Octávio Ramos e sua filha, D.ª Maria do Carmo Pastore, para a reunião que promoviam em sua casa, em São Paulo, para comemorar o movimento revolucionário de 5 de julho de 1924. O 26.º aniversário do movimento, do qual nasceu a Coluna Prestes, era uma oportunidade para que se reencontrassem, e revissem o seu antigo comandante, os velhos revolucionários, que a vida separou, mas não desuniu.

E grande foi o número dos que atenderam ao chamado. Vieram de quase

todos os bairros da Capital paulista, e outros viajaram especialmente do interior. O Cel. Aristides Correia Leal, o Major Euclides Boppi Krebs, o Capitão Italo Landucci, os irmãos Bacelar, de Limeira, e muitos e muitos outros velhos companheiros de luta acorreram ao encontro com Prestes. Em ambiente de grande fraternidade, lembraram os seus antigos feitos e a antiga camaradagem.

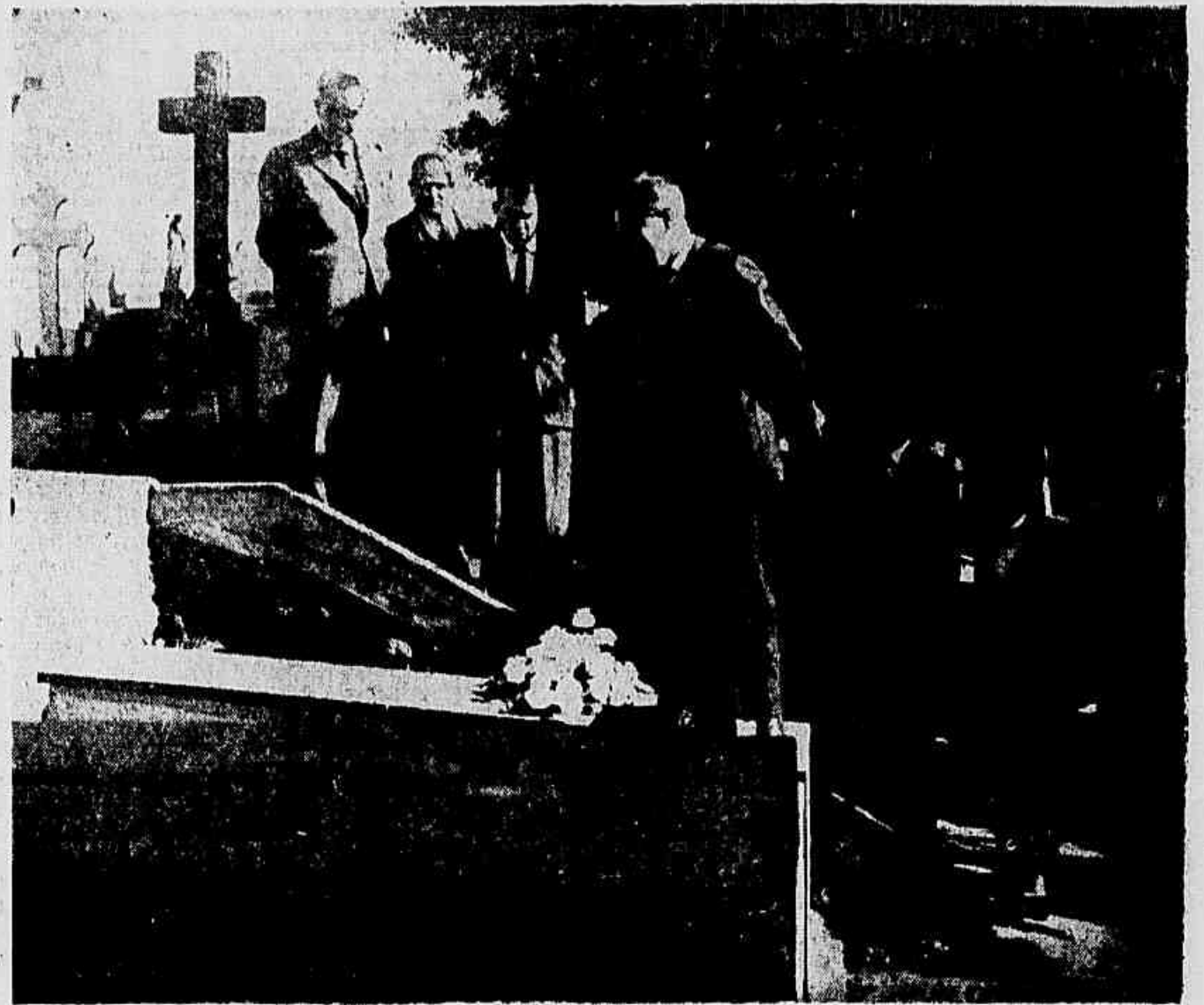
Cada um evocava um fato curioso, ou a ato arrojado de um companheiro. Os dias da luta no Iguacu, a travessia do Paraguai, a marcha gloriosa pelas 14 Estados eram sempre lembrados com entusiasmo. João Nunes, por exemplo,

que nos dias da Coluna era conhecido como «João Mãozinha», por ter apenas uma das mãos, mas também como homenagem à sua habilidade como artilheiro, narrou como se livrou da morte, graças à intervenção de Miguel Costa. Ele ficara ferido, atingido pela explosão das munições de sua metralhadora, e durante 12 horas, de 10 da manhã às 10 da noite, perdendo sangue, ficou à espera de que alguém o socorresse. Já se desesperava quando foi visto por Miguel Costa, que imediatamente providenciou o socorro. Mas teve seu braço amputado a facção, e costurado com linha e agulha caseiras, porque os recursos da Coluna eram precários. E continuou lutando.

Para todos Prestes tinha uma palavra de amizade, e todos o ouviam com a mesma admiração e respeito de 20 anos atrás. Um filme sobre o «mício de Prestes no Pacaembú, em 45, e outro sobre a comemoração do 10.º aniversário da vitória da revolução chinesa, exibidos durante o encontro, vieram depois lembrar aqueles velhos revolucionários que o seu movimento não morreu, mas continua, vitorioso, e como parte de um movimento mais vasto, que empolga toda a humanidade.

E também continua em nosso país, tomando hoje a forma da luta na frente única nacionalista e democrática. Foi este o tema da palestra de Prestes, que tomou a palavra, ao fim da reunião, para dirigir-se a todos os presentes. Obtendo o acórdio e o aplauso gerais. Prestes explicou a estreita vinculação entre o espírito que comandava aos revolucionários dos anos 20 e a luta travada hoje por nosso povo pela emancipação nacional e a consolidação e aperfeiçoamento da democracia. E convidou a todos para que participassem imediatamente desta luta, atuando em favor dos candidatos nacionalistas para as próximas eleições, Lott e Jango.

Além do encontro na residência de D.ª Maria do Carmo, diversos outros atos de grande repercussão marcaram a passagem, na Capital paulista, do aniversário de 5 de julho: a missa na Catedral da Sé e a visita ao túmulo de Miguel Costa, em particular, prenderam a atenção do público e da imprensa. Em todos eles Prestes foi a figura festejada, o líder sempre lembrado e reafirmado.



Homenagem ao herói desaparecido

A visita ao túmulo de Miguel Costa foi um dos atos concorridos e que mais atenção despertaram, na imprensa e na opinião pública, durante as comemorações do 5 de julho em São Paulo. Na foto, Prestes rende homenagem ao seu velho e inesquecível companheiro de lutas que com ele cruzou as terras brasileiras na marcha invicta



Comandante de ontem e de hoje

O artilheiro João Nunes recordou a salvação de sua vida, numa hora extrema, pela intervenção providencial de Miguel Costa. Ele-lo com Prestes, apresentando-se ao comandante de sempre.



Duas gerações de revolucionários

Na residência de D.ª Maria do Carmo e do Dr. Octávio Ramos realizou-se o encontro de Prestes com os velhos companheiros da Coluna Invicta. Os netos do anfitrião já conhecem e admiram o líder revolucionário, e fizeram questão de aparecer ao lado, na fotografia. Os garotos desejam continuar ao lado de Prestes, no futuro, acompanhando suas lutas



A lembrança dos que se foram

Entre as comemorações da revolução que deu origem à Coluna foi realizada uma missa na Catedral da Sé, para render tributo a inúmeros heróis de geração durante e depois da luta. Prestes compareceu, solidário com seus companheiros aquele ato cristão, uma das muitas formas de homenagem os que não puderam prosseguir na luta que continua nos dias de hoje, a luta da libertação do povo brasileiro. Na foto, um aspecto do interior da igreja que dá nome à praça central da capital paulista

## NOVOS RUMOS



Evocações dos dias de glória

Cada um quis lembrar um episódio, heróico ou apenas curioso, da marcha da Coluna, durante o encontro na residência do grande amigo dos revolucionários, Dr. Octávio Ramos.